



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de História

Curso de Mestrado em História de Moçambique e da África Austral

Dissertação

A Madeira e Zinco da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique como Exemplos de um Turismo Cultural Repensado em Moçambique, 1975 à Actualidade

Kátia Claudina Baptista de Oliveira Filipe

Supervisor: Eléusio dos Prazeres Viegas Filipe, PhD

Maputo, Setembro de 2018

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História

Mestrado em História de Moçambique e da África Austral

A Madeira e Zinco da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique como Exemplos de um Turismo Cultural Repensado em Moçambique, 1975 à Actualidade

Kátia Claudina Baptista de Oliveira Filipe

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História de Moçambique e da África Austral pela Universidade Eduardo Mondlane

O Júri		
O Supervisor	O Presidente	O Oponente
_____	_____	_____

Maputo, Setembro de 2018

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ela constitui o resultado do meu labor individual. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestrado em História de Moçambique e da África Austral, da Universidade Eduardo Mondlane.

Kátia Claudina Baptista de Oliveira Filipe

Dedicatória

À minha Mãe (em memória)

Ao meu pai,

À minha Filha,

Minhas fontes de inspiração!

Agradecimentos

Neste momento de reconhecimento pelo contributo individual e ou colectivo em relação ao processo que conduziu á presente Dissertação, a memória pode trair-nos e com isso omitir certos nomes e ou instituições. Assim e de maneira generalizada, prostro-me á todos e cada um de Vós que de forma directa e ou indirecta contribuiu para a materialização deste trabalho. De forma particular aos docentes do Departamento de História por todas as experiências de vida e profissionais partilhadas ao longo dos anos de formação. Ao supervisor, Prof. Dr. Elú시오 Filipe, pelo exigente cunho académico e profissional para que esta Dissertação fosse surgindo e se definisse tal como ela é hoje. Agradecimento especial e sem igual para a Prof. Dra Benigna Zimba, pelo impulso qualitativo que deu á esta Dissertação. Ao Prof. Dr. Yussuf Adam, por nunca me deixar desistir quando algumas vezes me senti tentada a fazê-lo face á desafiante condição de estudante-trabalhadora. Aos meus colegas do Departamento de Arqueologia e Antropologia, agradeço pelo suporte, pelas trocas de ideias que foram enriquecendo o meu trabalho. Ao Albino Jopela, ao Baltazar Muianga, ao Elísio Jossias e ao Johane Zonjo, de quem muitos puxões de orelha recebi, depois suavizados pelo material partilhado ou pelos contributos para melhorar o trabalho, só posso dizer “a próxima é por minha conta!” Vanessa, Shaista, Paulina, Olga, Ana, Nicha e Mayesa, a ala feminina dos puxões de orelha, missão cumprida minhas amigas! Aos meus estudantes de Arqueologia e Gestão do Património Cultural, pelas discussões nas salas de aula que ajudaram a conceber e consolidar este trabalho.

Meu pai, Gilberto Filipe, meu incansável herói, mais ansioso do que eu por este trabalho, quis Deus que este fosse seu presente de aniversário. Cada palavra desta Dissertação foi possível porque nunca me faltaste e nunca me deixaste que faltasse tempo e condições para eu trabalhar e chegar á este momento. Minha filha, Karen, meu tesouro, minha força motriz, de quem muitas vezes ouvi “não faz mal mãe, tens que ir trabalhar, eu percebo”, eu digo *thank u my sweetie*, e que te inspires para manteres o teu sonho de “ser professora como a minha mãe”! Ao meu irmão Milton Filipe, por todo apoio incondicional e motivação sempre que precisei. Ao dono do meu coração, Edgar Vaz, por cada minuto á dois que tivemos que triangulizar com esta Dissertação. Á minha família, por ter sabido esperar que este “bebé” nascesse para eu me reintegrar nos

nossos convívios. Á Deus, luz de Sabedoria e fonte de gratidão. Á todos, mais do que agradecer, renovo a importância que têm em minha vida!!!

Índice

Declaração	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
<i>Abstract</i>	v
Lista de Abreviaturas	vi
Lista de Figuras e Representações Gráficas	vii
CAPÍTULO I - Introdução	1
1.1- Nota Introdutória	1
1.2 – Objecto de Estudo	2
1.3- Objectivos	2
1.4- Justificativa	3
1.5- Problematização e Pergunta de Partida	4
1.6- Metodologia	5
1.6.1- Método de Pesquisa	5
1.7- Hipóteses	6
1.8- Estrutura da Dissertação	6
CAPÍTULO II – Enquadramento Teórico e Conceptual	8
2.1- Revisão da Literatura	9
2.1.1- Turismo na Perspectiva Histórica	9
2.1.2 – Teorias Sobre Turismo	11

2.1.3- Boas Práticas de Turismo em Moçambique -----	14
2.2- Quadro Teórico -----	15
2.3- Quadro Conceptual -----	18
2.3.1- Turismo -----	18
2.3.2- Turismo Cultural -----	20
2.3.3 – Turismo Diferente/ Contextualizado -----	21
2.3.4 – Património Cultural -----	23
2.3.5- Participação Comunitária -----	26

CAPÍTULO III – O Contributo das Normas Internacionais sobre Turismo para a Actividade Turística em Moçambique -----27

3.1- Turismo em Moçambique: Uma hipótese de percurso -----	30
3.1.1- Contexto do Turismo no Período Colonial -----	31
3.1.2- Turismo no Período Pós-independência à Actualidade -----	34
a) Criação da Secretaria de Estado da Cultura e seu impacto sobre o Turismo -----	36
b) Inclusão do Sector Privado e dinâmica da actividade turística (década de 1990) -----	37
c) Novas demandas turísticas (década de 2000) -----	39
3.2- Um Breve Olhar às Estatísticas do Turismo em Moçambique -----	44

CAPÍTULO IV- Bairro da Mafalala e Ilha de Moçambique: Exemplos de Turismo Inovador que se Tornou Diferente -----50

3.1- O Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo -----	51
3.2- A Ilha de Moçambique -----	58

CAPÍTULO IV- Estratégia Para a Implementação de um Turismo Diferente (na óptica de Samora Machel) -----	64
5.1- Inovar em Turismo -----	64
5.2- Informação Turística e sua Divulgação - -----	67
5.3- Facilidades Turísticas -----	72
5.4- Repensar a Acomodação e Restauração -----	76
5.5- “Oficinas Turísticas”-----	79
CAPÍTULO VI- Conclusões e Recomendações _____	82
6.1- _____	Conclusões 82
6.2- Recomendações -----	83
7- Referências e Bibliografia -----	88
Anexos	

Resumo

O objecto de estudo desta Dissertação é o conjunto de acções, programas e estratégias de implementação do turismo em Moçambique. Os discursos relativos à este sector, de reconhecida importância em termos de contributo para a economia moçambicana, quando confrontados com os dados estatísticos produzidos, revelam alguma disparidade entre o que se defende como receita do turismo e o que se torna palpável em termos de ganhos a partir do desenvolvimento da actividade turística. Uma das reflexões dominantes na Dissertação em mãos é em torno da planificação, que poucas vezes tem em conta as reais condições dos locais sobre os quais se pensa implementar algum tipo de actividade turística. O aspecto mais saliente desta constatação diz respeito à fraca qualidade ou mesmo inexistência de infra-estruturas capazes de assegurar um turismo competitivo e, por tal, garante de desenvolvimento económico. As facilidades turísticas, o conteúdo da informação turística divulgada, a qualidade dos serviços de transporte, acomodação, restauração e afins comprometem e muito a implementação de um turismo mais bem sucedido e que de facto contribua com receitas visível e economicamente sustentáveis. Por isso defendemos que para o desenvolvimento pleno do turismo em Moçambique só será possível se forem concebidos programas e estratégias de desenvolvimento turísticos que tenham em conta a solução de problemas locais a partir dos recursos locais, processo no qual se deve ter em conta uma acção colaborativa e integrada de diversos actores.

Palavras-chave: **Turismo, Turismo Cultural, Turismo Diferente, Inovação, Património, Património Cultural, Participação Comunitária**

Abstract

The subject of this Dissertation is a set of actions, programs and strategies of tourism implementation in Mozambique. The discourses related to this sector, which are of recognized importance in terms of contribution to the Mozambican economy, when confronted with the statistical data produced, reveal some disparity between what is defended as tourism revenue and what becomes palpable in terms of earnings to from the development of tourism. One of the dominant reflections in the Dissertation in hand is around planning, which rarely takes into account the real conditions of the places on which it is thought to implement some type of tourist activity. The most salient aspect of this finding concerns the poor quality or even lack of infrastructure capable of ensuring competitive tourism and, therefore, a guarantee of economic development. The tourist facilities, the content of the tourist information divulged the quality of the services of transport, accommodation, catering and the like compromise and much the implementation of a more successful tourism that in fact contributes with visible and economically sustainable revenues. That is why we argue that for the full development of tourism in Mozambique it will only be possible if tourism development programs and strategies are designed that take into account the solution of local problems from local resources, a process in which collaborative action and integrated of diverse actors.

Keywords: Tourism, Cultural Tourism, Different Tourism, Innovate, Heritage, Cultural Heritage, Community participation

Lista de Abreviaturas

ARPAC	Instituto de Investigação Sociocultural
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia
DH	Departamento de História
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural
FEIMA	Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
GACIM	Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique
GPS	Sistema de Posicionamento Global
ICOMOS	O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INE	Instituto Nacional de Estatística
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEDTM I	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013)
PEDTM II	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2016-2025)
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

Lista de Representações Gráficas

a) Tabelas

Tabela 1- Tipologia das fontes-----	8
Tabela 2- Perspectivas e acções dos Governos-dia em Moçambique-----	44
Tabela 3- Recomendações para o Turismo em Moçambique, com base em outros países -----	83
Tabela 4- Recomendações a partir do Turismo Diferente/Contextualizado-----	86
Tabela 5 – Cronologia sobre Turismo em Moçambique-----	(anexo)

b) Esquemas

Esquema 1- Princípios e Normas Para o Desenvolvimento do Turismo -----	29
Esquema 2- Como Reinventar o Turismo na Cidade de Maputo -----	57
Esquema 3- Como Reinventar o Turismo na Ilha de Moçambique -----	63
Esquema 4- Como Inovar em Turismo -----	66
Esquema 5- Como Conceber Informação Turística Para um Turismo Diferente -----	71
Esquema 6- Facilidades Turísticas a Considerar num Turismo Diferente -----	75
Esquema 7- Como Repensar Acomodação e Restauração no Contexto de Turismo Diferente -----	78
Esquema 8- Oficinas Turísticas para a Valorização da Experiência do Turista -----	80

c) Mapas

Mapa de Localização do Bairro da Mafalala -----	52
Mapa de Localização Da Ilha de Moçambique -----	58

d) Figura/foto

Fig. 1- Personalidades históricas da Mafalala -----	53
Fig. 2- Passeios Turísticos pela Mafalala -----	55

Fig. 3- “Património Vivo” da Mafalala -----	56
Fig. 4- “Imagens Turísticas” da Ilha de Moçambique -----	58
Fig. 5 – Casa típica do Bairro Macúti -----	59
Fig. 6- Bairro de Macúti Vs. Bairro de Pedra e Cal -----	60

e) Gráfico

Gráfico 1- sobre acomodação em Moçambique -----	45
---	----

Capítulo I- Introdução

1.1- Nota Introdutória

Esta Dissertação, com o título “A Madeira e Zinco da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique como Exemplos de um Turismo Cultural Repensado em Moçambique, 1975 à Actualidade”, discute estratégias para a implementação de um Turismo, que, Samora Moisés Machel, o Primeiro Presidente de Moçambique Independente, qualificou de “Diferente”, expressão que, nesta Dissertação surge com o termo ”contextualizado”. Por outras palavras o presente estudo dedica-se ao turismo “diferente/contextualizado” que é aquele que privilegia os recursos locais e a inovação no âmbito do desenvolvimento da prática turística nacional.

Para repensar as estratégias sobre as quais se assenta o Turismo em Moçambique, baseámo-nos na análise documental sobretudo de fontes primárias e secundárias. Foi-se percebendo que o Turismo nacional se desenvolvia em moldes relacionados com o fraco nível de competitividade, com o domínio do Turismo de Sol e Praia, ainda que com alguma tendência para novos segmentos turísticos, com uma gestão centralizada e um não claro posicionamento institucional sobre o perfil do turista em Moçambique.

Pretende-se assim, com esta Dissertação, contribuir para a concepção de novas formas de pensar e fazer Turismo em Moçambique, tendo em conta a importância da combinação dos recursos locais, das expectativas das pessoas, das necessidades económicas locais com a possibilidade de desenvolvimento local, a partir do Turismo.

A materialização do nosso objectivo e para melhor enquadramento desta Dissertação centrou-se na aplicação da análise histórica e comparativa ao Turismo em Moçambique, destacando acções e perspectivas dos governos-dia. Centrámo-nos no Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo e na Ilha de Moçambique, na Província de Maputo, como nossos estudos de caso, pois ambos casos revelam estratégias muito particularizadas e inovadoras que nos permitiram classificá-los como parte de um Turismo Repensado.

1.2- Objecto de estudo

Com base nos exemplos do bairro Mafalala e Ilha de Moçambique, a presente Dissertação analisa a situação do Turismo em Moçambique, entre 1975 e a actualidade, focando nas principais estratégias dos governos-dia nacionais. A análise destas estratégias sustenta o nosso estudo que pretende reconceptualizar o Turismo nacional, qualificando-o de “Turismo Diferente/Contextualizado”.

Cada governo do período pós-independência, dentro de um contexto temporal, ideológico e económico específico, promulgou normas e implementou estratégias de gestão turística. É neste sentido que estudamos o Turismo Contextualizado destaca a importância do contexto espaço-temporal, político, económico e cultural no processo da definição e implementação de estratégias de desenvolvimento turístico.

1.3- Objectivos

a) Objectivo geral

- Analisar a importância do contexto turístico- cultural local de modo a contribuir para a redefinição de práticas turísticas inovadoras e repensadas.

b) Objectivos Específicos

- Delimitar o estudo sobre Turismo Diferente/Contextualizado no âmbito de outras pesquisas similares, sobre Turismo em Moçambique e no Mundo;
- Analisar as formas de actuação dos governos-dia em relação ao desenvolvimento turístico nacional;
- Relacionar os exemplos da Mafalala e da Ilha de Moçambique com as boas práticas de gestão turística local e repensada;

- Elaborar estratégias que demonstrem a relevância do Turismo Diferente/Contextualizado para o desenvolvimento turístico de Moçambique.

1.4- Justificativa

A elaboração da presente Dissertação foi motivada pela percepção de que o potencial turístico de Moçambique é alimentado pela sua diversidade sociocultural e natural, o que possibilita a prática de vários segmentos turísticos. No entanto, não obstante tamanha diversidade, a ideia que se tem é de um turismo gerido de forma centralizada. Esta gestão centralizada limita os níveis de abrangência dos impactos desta actividade em relação aos espaços, pessoas, manifestações culturais e acesso aos recursos naturais de valor turístico. Assim, ao combinar as teorias sobre inovação e glocalização, ambas suportes desta Dissertação, foi possível criar um campo de análise que permitiu desenvolver a ideia de Turismo Repensado, Inovador e por isso um Turismo Diferente e Contextualizado. A partir dos vários exemplos trazidos pelas fontes consultadas percebe-se que o primeiro passo para a inovação, no sentido pretendido nesta Dissertação, é dado ao se prestigiar e priorizar o potencial dos recursos locais, o que conduz à uma gestão turística do tipo micro.

É dentro deste contexto que enquadrámos os casos da Cidade de Maputo, em particular do Bairro da Mafalala e o caso da Ilha de Moçambique, na Província de Nampula. Ambos partilham dos seguintes aspectos: (i) um Turismo assente num património sociocultural local, muito particular e por isso um enorme atractivo turístico; (ii) aspectos do quotidiano (arquitectura, paisagem urbana, gastronomia, danças, história local e herança cultural trazida de outros lugares e ou adaptada localmente) podem ser entendidos como um conjunto de manifestações que pode ser chamado de *Património Vivo*. Este conceito, de *Património Vivo* pode ser percebido como o conjunto de elementos históricos e socioculturais adoptados e adaptados ao longo dos tempos, que podem ser vistos ou revistos através das simples actividades do quotidiano, portanto, uma herança “viva” e materializada na mais simples actividade do dia-a-dia (Filipe, 2006); (iii) em ambos casos a prática foi demonstrando que a melhor maneira de fazer turismo localmente era sob a forma de *tour* (passeios sob a forma de roteiro turístico), por se tratar de espaços facilmente percorridos á pé.

A madeira e zinco do Bairro da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique, entanto que elementos arquitectónicos muito específicos de cada um dos locais podem igualmente ser usados para contar a história da habitação em Moçambique. Em simultâneo contam-se histórias de vida e do local, no geral. É assim que o Bairro da Mafalala e a Ilha de Moçambique são usados nesta Dissertação como exemplos de um Turismo Cultural Repensado que nos remete ao Turismo Contextualizado.

1.5- Problematização e Pergunta de Partida

A presente Dissertação pretende demonstrar a importância e significado de uma actividade turística implementada de forma inovadora, contribuindo deste modo para a reconceptualização do turismo idealizado e implementado em Moçambique. Este procedimento iria significar uma maior valorização dos recursos locais no processo de implementação turística, de modo a haver diferentes tipos de actividades turísticas e diferentes formas de potencializar recursos turísticos locais.

Pretende-se assim, nesta Dissertação discutir experiências e práticas sobre a necessidade de revitalização do sector turístico nacional e assim, muito mais facilmente responder aos desafios plasmados no PEDTM II (2015: 1), de dotar Moçambique de uma indústria turística crescente e sustentável. No entanto, o Turismo nacional ainda se caracteriza por baixos níveis de competitividade, é considerada uma actividade para uma minoria da população moçambicana, por ser considerada cara. Isto se adiciona às limitações em termos de acesso por terra, mar e ar, ao excessivo índice de burocracia para se iniciar um investimento turístico e, sobretudo, o nível de qualidade dos serviços prestados no Sector, comparativamente à situação regional e mundial.

Deste modo, ao analisarmos a situação do sector turístico nacional, almejamos contextualizar a importância da inovação no desenvolvimento turístico. Assim, a Dissertação irá sustentar-se na pergunta de partida que indaga sobre a relação entre a reconceptualização do Turismo nacional a partir da implementação de estratégias de gestão turística, no âmbito de um Turismo Diferente/Contextualizado.

1.6- Metodologia

Para a elaboração desta Dissertação, desde a colecta de dados até á sua análise recorreu-se à combinação de métodos e técnicas que permitiram abordar sobre o Turismo Diferente/Contextualizado.

1.6.1- Método de Pesquisa

Esta Dissertação assenta no método qualitativo, com particular ênfase para a análise documental, que nos permitiu categorizar o Turismo Diferente/Contextualizado. Nos métodos quantitativos, e de acordo com as recomendações de Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (2008: 145-146) destacamos a análise complexa de dados estatísticos, por exemplo, no capítulo III, quando fazemos referência á descrição da situação do Turismo nacional.

O método qualitativo foi aplicado no contexto da pesquisa descritiva (riqueza bibliográfica para enquadramento dos principais debates); pesquisa explicativa (para aprofundar o conhecimento sobre o tema em estudo, explicando como é praticado o Turismo em Moçambique, no Bairro da Mafalala e na Ilha de Moçambique); pesquisa bibliográfica, análise documental e revisão de literatura sobre estudos similares prévios e eventuais contributos dos mesmos para esta Dissertação; estudos de caso seleccionados a partir da possibilidade de muito mais facilmente responderem aos objectivos da Dissertação.

O método histórico foi usado para se perceber o presente a partir de acções do passado (peso das acções dos governos-dia sobre o desenvolvimento turístico nacional, desde 1975-2018); Heurística (selecção das fontes que poderiam trazer o percurso e análise histórica sobre o Turismo); Crítica (validação das fontes pelo enquadramento no contexto espacial e temporal em análise); Hermenêutica (interpretação das fontes face ao percurso histórico referido); Matriz cronológica (elaboração da tabela que sistematiza as acções dos governos-dia).

Já o método comparativo permitiu a análise de factos ou procedimentos (no caso o Turismo nacional), para ajudar a definir posicionamento e definição das estratégias de implementação do

Turismo Diferente/Contextualizado; Mafalala e Ilha de Moçambique como exemplos de Turismo Repensado.

Ainda no contexto do método comparativo, foram usados os seguintes indicadores entre o Bairro da Mafalala e a Ilha de Moçambique: (i) arquitectónicos; (ii) dimensão geográfica; (iii) ligações históricas e culturais entre os dois locais; (iv) o papel de cada um na História de Moçambique; (v) potencial turístico; (vi) tipos de turismo local; (vii) práticas culturais; (viii) formas de gestão turística local e (ix) elementos inovadores. Apesar da complexidade em comparar elementos distintos (um bairro e uma cidade), recorreu-se á ideia da dimensão e abrangência geográfica de ambos, considerando a Ilha de Moçambique a partir de um conjunto de bairros.

1.7- Hipóteses

A elaboração da Dissertação baseou-se em três (3) hipóteses:

H1- As práticas turísticas inovadoras no Bairro da Mafalala e na Ilha de Moçambique, permitem encontrar fundamento para a implementação de um Turismo Repensado.

H2- O Turismo Repensado constitui uma mudança de atitude, de perspectiva e de estratégia que faz a diferença necessária para implementar-se um turismo melhor planificado e melhor gerido, que valorize o contexto, os recursos e as necessidades locais.

H3- O Turismo Contextualizado permite o desenvolvimento de boas práticas turísticas que têm em conta necessidades locais para problemas locais, criando uma maior harmonia em termos de expectativas, perspectivas e ganhos a partir da prática do turismo.

1.8- Estrutura da Dissertação

A presente Dissertação está dividida em cinco (5) capítulos. O Capítulo I apresenta a ideia geral da Dissertação. A Introdução traz aspectos gerais relativos á forma de pensar Turismo, como um primeiro passo para se conceber a perspectiva de Turismo Diferente que é depois materializado como Turismo Contextualizado. Esta visão geral antecede á apresentação do objecto de estudo, da definição dos objectivos da Dissertação e da justificativa, encerrando com a definição dos marcos cronológicos do nosso estudo. A seguir, a problematização contextualiza a apresentação

da pergunta de partida e refere o contributo que se espera desta Dissertação. A menção à metodologia e a apresentação das hipóteses de pesquisa encerram este primeiro capítulo.

Capítulo II traz aspectos relativos ao enquadramento teórico e conceptual, o que sustenta a revisão de literatura, o Quadro Teórico e a discussão dos conceitos-chave. Ao assim proceder, estabelece-se o percurso histórico do Turismo, primeiro numa perspectiva global e depois com ênfase para a evolução histórica do Turismo em Moçambique. É igualmente abordada a situação actual do Sector do Turismo no nosso país, através da apresentação de dados estatísticos sobre este sector de actividade. Neste capítulo encontramos espaço para discutir a aplicabilidade dos conceitos operacionais desta Dissertação, nomeadamente Turismo, Turismo Cultural e Turismo Diferente á que chamaremos de Turismo Contextualizado. Capítulo III destaca os exemplos do Bairro da Mafalala e da Ilha de Moçambique como locais onde foi possível combinar a inovação e a criatividade para maximizar o potencial turístico local.

O Capítulo IV apresenta aquela que é a essência da Dissertação, por trazer as estratégias definidas como suporte do Turismo Diferente/Contextualizado. As cinco (5) estratégias propostas constituem o materializar da necessidade de se repensar o tipo de turismo praticado em Moçambique. Nesse processo de apresentação das estratégias, é demonstrado como cada uma delas pode efectivamente ser aplicada, em particular, nos dois locais escolhidos como nosso objecto de estudo, nomeadamente o Bairro da Mafalala e a Ilha de Moçambique. O Capítulo V é relativo ao que chamamos de conclusões deste estudo. A complementar as conclusões são trazidas recomendações para iniciativas similares em termos de pesquisa sobre turismo em Moçambique. No final da Dissertação é listada o conjunto das fontes citadas e consultadas que servem de base teórica e experimental desta Dissertação.

Capítulo II – Enquadramento Teórico e Conceptual

No presente capítulo iremos apresentar e discutir as bases teóricas da Dissertação. Serão focadas as principais perspectivas dos autores e fontes consultadas, o que nos conduz à análise do quadro conceptual que fundamenta a ideia de Turismo que por se mostrar diferente passa a ser denominado como Turismo Contextualizado.

2.1- Revisão da Literatura

Conforme mencionado na parte referente à metodologia, a presente Dissertação é alimentada por um conjunto de fontes que versa sobre vários aspectos ligados ao Turismo. A natureza das fontes, o conteúdo geral e específico sobre o tema em análise e o nível de resposta de cada fonte em relação às inquietações que motivaram a elaboração desta Dissertação, surgem como critérios determinantes para a selecção e validação das fontes usadas. A pesquisa bibliográfica revelou uma grande riqueza documental, o que implicou um maior cuidado no processo de selecção das fontes de modo à responder aos objectivos preconizados nesta Dissertação. Estrategicamente e para dar uma visão geral em termos de fontes consultadas e respectivo contributo para esta Dissertação, foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 1- tipologia das fontes

Balizas temporais de análise	Breve referência ao período colonial, mas enfoque desde 1975 à actualidade (2017/18)
Categorização das fontes	Documentos normativos: regulamentação do Sector Turístico e de actividades afins; perspectiva institucional dos governos-dia; Documentos de funcionamento do Sector: perspectiva específica em termos de planificação e materialização de acções turísticas; Artigos, Monografias e Dissertações: contextualização do tema em análise, identificação de perspectivas gerais e particulares de e sobre Moçambique; similaridades e busca de exemplos ou boas práticas para o contexto em análise; Informação <i>on-line</i> : aspectos complementares.
Classificação geral dos temas	Aspectos de regulamentação; perspectiva institucional,

	académica e da comunidade; usos do património e outros recursos locais; historicização do turismo e do turismo cultural; experiências do Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo e da Ilha de Moçambique; práticas inovadoras e de sustentabilidade pelo mundo afora; discussão conceptual; perspectivas e desafios para o turismo repensado em Moçambique
Base conceptual para o Turismo Diferente/ Contextualizado	Uso e valorização de recursos locais (soluções locais para problemas locais); interacção entre turista e comunidade local; criatividade; competitividade; gestão descentralizada

Deste modo e de forma estrategicamente classificatória, os autores consultados foram tematicamente agrupados de acordo com a incidência em relação aos objectivos desta dissertação. Tem-se uns que abordam aspectos referentes às ideias, percepções e evolução dos conceitos que norteiam este trabalho. Outros fazem referência às experiências e práticas relacionadas com o desenvolvimento da actividade turística e do turismo cultural em particular. De entre estes surge um subgrupo que traz experiências bem-sucedidas sobre como estratégias ligadas às ideias de inovação e de fazer diferente podem ser usadas para reflectir o Turismo Diferente/ Contextualizado que se almeja para Moçambique. Sobre aspectos mais gerais mas nem por isso menos importantes para a consolidação do nosso argumento, temos vários autores que discutindo um ou outro aspecto dão-nos luzes para melhor teorizar os conceitos operacionais que norteiam esta dissertação.

2.1.1- Turismo na perspectiva histórica

Neste ponto iremos destacar as fontes que permitem estabelecer uma evolução histórica da prática do Turismo em Moçambique e no Mundo. Esta perspectiva cronológica permite-nos perceber melhor alguns preceitos e procedimentos de um sector económico que se foi destacando de formas bastante distintas ao longo dos anos. Pellicciota & Solha (2016) apresentam um quadro cronológico que julgamos importante para se contextualizar o desenvolvimento do Turismo, ainda que numa perspectiva normativa. As autoras mostram os significados e impactos de instrumentos reguladores do Turismo, que mesmo sendo de abrangência internacional acabam

por servir de base para a promulgação de legislação específica em Moçambique. Ainda sobre Moçambique, os artigos da Revista TEMPO (1980) contextualizam a prática do Turismo em Moçambique, desde o período colonial até aos primeiros anos da independência. É nesta fonte que encontramos os elementos que sustentam a conclusão de que uma das visões estratégicas do primeiro governo-dia nacional, ao tentar diferenciar-se do período colonial, consistia na definição de uma indústria turística que assentava no ramo hoteleiro.

Mubai (2014) partilha da mesma perspectiva metodológica e nesse percurso histórico que estabelece faz menção ao caso da Ilha de Moçambique. Este autor refere ainda aspectos importantes, que coloca como desafios, mas que se tornam fundamentais nesta Dissertação, por inspirarem a concepção do que chamamos estratégias de implementação do Turismo Diferente/Contextualizado. Costa (2018) destaca a importância e o papel da valorização da Cultura como factor crucial de Identidade, que foi sendo potencializado em termos turísticos. Este reconhecimento alimenta, ao longo dos anos, o desenvolvimento de práticas relacionadas com o Turismo Cultural em Moçambique.

Nesta historicização do turismo é possível perceber desde logo a importância atribuída à relação entre Turismo e Património Cultural. Smith (2006, 2010) e Gillman (2011), ainda que num olhar mais específico para questões arqueológicas, demonstram a importância dos bens culturais que se tornam patrimoniais pelo conjunto de significados e valores em volta dos mesmos. Esta apropriação rapidamente transforma os bens culturais em factores de atracção turística. González-Varas (2015), já de forma mais abrangente discute a ideia, contornos e implicações do que chamar ou não Património Cultural. Ao assim procederem, estes autores têm em comum a noção de uma relação bem-sucedida entre Turismo e Património Cultural e são aqui abordados para demonstrar que a história do Turismo está de alguma forma relacionada com a importância e visibilidade que se atribui à Cultura. Aqui encontramos suporte para a perspectiva de que a Identidade Local e o Património Cultural são importantes bases para um Turismo que se bem planificado, gerido e repensado, se torna diferente e valoriza o particular e o local mas não o geral ou o global.

Recorrendo ao exemplo da Ilha de Moçambique, Património Mundial da Humanidade, Jopela (2015) e Hougaard (2018), revelam os vários processos histórico-económicos e sociais pelos quais a Ilha foi passando mas destacando a forma como os ilhéus se foram adaptando, exaltando o sentimento de pertença e os valores patrimoniais como suporte da noção de comunidade. Esta união assente no património local foi importante para não ofuscar as iniciativas turísticas nesta ilha, no meio á mudanças políticas e económicas, sobretudo. Jopela (2015) destaca as mudanças políticas (regimes políticos) em termos de formas de gestão distintas quando num regime ou noutro. É assim que Jopela (2015) é um importante exemplo de como o nível de comprometimento institucional e a gestão do tipo centralizada, podem determinar o tipo de estratégia de desenvolvimento turístico. Matsui (2017) ao debater as mudanças socioeconómicas que algum movimento migratório local e o desenvolvimento turístico local trazem sobre a paisagem urbana da Ilha, vai fazendo menção à processos históricos que afirmam o potencial turístico desta ilha. Em simultâneo, Matsui (2017) induz à uma reflexão sobre que futuro se pode esperar do turismo praticado na Ilha de Moçambique, o que na presente Dissertação nos remete às estratégias de implementação do Turismo Diferente/Contextualizado. Ambos autores chamam assim atenção para alguma cautela ao pensar turismo em Moçambique, de uma forma geral e na Ilha de Moçambique, de forma particular, sobretudo em termos de contextos e impacto.

2.1.2- Teorias sobre Turismo

Repisando a necessidade de uma maior discussão dos conceitos, tendo em conta suas particularidades, *nuances* e implicações, Silva (2000), Köhler (2007), Carneiro (2010), Cruz (2012), Paes (2012), Ferreira (2012), Pellicciota & Solha (2016), complementam-se pelo facto de demonstrarem a complexidade de definir Turismo Cultural. A acrescer tal dificuldade, segundo eles, está a pretensa ideia de ser fácil combinar o simples turismo com questões muito particulares como a Identidade, o sentimento de pertença e Património. A complexa operacionalização de conceitos também se estende às reflexões de Palmer (2009) e Richards (2009), em relação á falta de consenso sobre o que definir como Turismo Cultural, tendo em conta as particularidades dos vários locais onde se pretende implementar tal tipo de turismo. Esta complexidade reforça um dos argumentos desta Dissertação sobre a importância de se potencializar Valores e recursos locais para se garantir a implementação de um Turismo que seja

mais fácil de ser pensado e gerido. Um maior envolvimento da *Comunidade Local* defendem estes autores, garantiria uma implementação sustentável do Turismo Cultural, ainda que para nós não seja isto suficiente para criar consenso em termos de definição de Turismo Cultural, porque atendendo às tendências de debate actuais, o conceito de *Comunidade Local* torna-se discutível.

A discussão em torno do conceito de *Comunidade Local*, assenta na dificuldade em responder às questões seguintes: como definir e legitimar membros de uma comunidade local; conceito que diz respeito á quem, efectivamente? Ao nativo que vive na comunidade ou quem está na comunidade no momento em que se fizer uma pesquisa ou implementar um projecto de desenvolvimento? São estas questões de imperiosa reflexão que Dava (2003), Chirikure & Pwiti (2008), Chirikure, Manyanga, Ndoró & Pwiti (2010), Manyanga (2015), Jopela & Fredriksen (2015) e Jopela (2017) trazem ao discutirem a participação comunitária como forma de empoderamento local. Defendem os autores, é falsa a percepção de homogeneidade de perspectivas, expectativas e interesses. Se atendermos que o conceito de comunidade diz respeito á um grupo alargado de indivíduos torna-se de facto difícil perceber que haja comunhão efectiva de interesses desses e entre esses mesmos indivíduos. O eventual choque de interesses não permite que se fale em homogeneidade.

Esta conclusão remete-nos á outro debate, sobre o significado de sustentabilidade. Abungu (2018) sugere-nos alguma cautela ao definir e aplicar este conceito. Defende Abungu (2018) que não se deve replicar modelos importados sobre conceitos e procedimentos em torno da noção de sustentabilidade, pois esta só é válida, exequível e realística se tiver em conta os recursos, as pessoas e as necessidades locais. Esta perspectiva de Abungu reforça uma das ideias base desta Dissertação sobre a importância da gestão descentralizada para um desenvolvimento local mais realístico. Hanlon & Smart (2008) questionam a noção de desenvolvimento e discutem a forma como essa ideia de desenvolvimento pode ser apreendida e ou apropriada pelos principais intervenientes do processo de implementação do Turismo Diferente/ Contextualizado. Esta posição reforça as cautelas a ter em relação ao que considerar como comunidade local e ao conceito de sustentabilidade. Não obstante, Teather & Chow (2003), Vafadari (2009), Jones (2009), trazem exemplos concretos da importância da sustentabilidade como suporte do desenvolvimento turístico local. As virtudes da sustentabilidade e da participação comunitária

são trazidas por estes autores numa altura em que ainda não se discutia a necessidade de se *despadronizar* ambos conceitos, o que ainda assim não tira mérito às reflexões destes autores. Portanto, pese embora as críticas aos conceitos de *Comunidade Local* e de Sustentabilidade, eles parecem prevalecer como elementos intrínsecos da perspectiva de um turismo inclusivo, inovador e por isso, diferente. Ou seja, os dois conceitos são válidos para a implementação do Turismo Contextualizado, conforme veremos ao longo da Dissertação.

A implementação desse turismo inclusivo e diferente irá assentar no sentido de fazer mais e melhor para se poder (re)afirmar e destacar-se quando se desenvolve o turismo. Lima (2011), Martins (2011), Silva & Teixeira (2017), Cunha e Costa (2017) e Amaro (2017), discutem a essência do conceito de inovação. Ainda que não recorrendo ao conceito em si mas deixando implícita a ideia de inovar, Machel (1976), é um exemplo importante em relação à Moçambique. Em comum, estes autores identificam a relação entre o fazer surgir algo que responda aos desafios e necessidades de novos momentos e novas vontades.

Machel (1976) introduz a ideia de *Turismo Diferente*, que serve de base conceptual da presente Dissertação. Ou seja, estes autores encontram no acto de repensar sobre o que se tem, idealizar o que se pode ter e melhorar a forma de ter o que se pretende, a fórmula ideal para fazer diferente. Em linguagem de senso comum falaríamos apenas de criatividade.

Dentro desta perspectiva, Navalshankar (2007), Richards (2009), Rebelo & Gonçalves (2018), consideram aspectos como a Comunicação, a motivação para criar, para fazer coisas novas e o Marketing Turístico como elementos essenciais para o processo de inovação. Estes elementos devem ser vistos como o ponto de partida e de chegada de quem quer inovar, quem quer fazer diferente. Novamente Machel (1976) mesmo não usando o termo inovar, trouxe perspectivas através do seu governo-dia, que permitiu repensar o Turismo em Moçambique. Ceesay (2018), sobre uma aldeia na Gâmbia, Battle, Moriset, Munöz e Magina (2018), sobre Kilwa na Tanzânia, Tavuringa (2018) sobre Robben Island na África do Sul, demonstram como foi possível combinar interesses locais com ideias inovadoras e desse modo alavancar o turismo em cada um dos locais. É neste contexto que encontramos o Bairro da Mafalala e a Ilha de Moçambique como exemplos nacionais de Turismo Repensado.

2.1.3- Boas práticas do Turismo em Moçambique

Neste ponto, especial menção é feita às fontes que permitem discutir um conjunto de procedimentos que possam concorrer para a implementação do Turismo Diferente/Contextualizado. Um dos primeiros aspectos a realçar está relacionado com a necessidade de planificação. É assim que Filipe (2006, 2014) apresenta-nos um conjunto de estratégias para cuja implementação se deve ter em conta a inclusão de vários actores e a harmonização, sempre que possível, de perspectivas e expectativas dos mesmos. Filipe (2014), enfatiza desta maneira a necessidade de uma planificação inclusiva para minimizar eventuais impactos negativos aquando da implementação da actividade turística. Comoane (2009) repisa a importância da planificação como forma de mitigação de impactos a vários níveis e proporções, que tirem o mérito dos programas turísticos a implementar. Já em termos de procedimentos e directrizes de implementação da actividade turística, algumas das acções são mencionadas nos documentos sectoriais, Regulamentos, Decretos e Resoluções, Convenções diversas sobre o Turismo e áreas afins, publicações ministeriais e dos governos-dia. Aqui se encontra espaço para uma análise desafiante de idealizar estratégias de implementação do Turismo Diferente/Contextualizado á luz de directrizes um tanto ou quanto descontextualizadas, principalmente em termos temporais e económicos. Deste modo reforça-se mais um dos argumentos desta Dissertação, segundo o qual o nível de comprometimento institucional pode estimular maior flexibilidade no funcionamento do sector turístico, sobretudo porque o nível de burocratização constitui um verdadeiro entrave para o turismo competitivo que se almeja.

Para substanciar o sentido de competitividade, pode-se citar alguns autores. Por exemplo, Lopes e Gonçalves (2017) revelam uma Ilha de Moçambique com um mercado turístico pouco competitivo, que pode ser repensado através de inovação em termos de reabilitação de habitações locais tornando-as *homestays*. Xavier & Mestre (2017) com especial chamada de atenção para a complexidade da paisagem arquitectónica da Ilha, secundando Carrilho & Lage (2017), consideram que esta mesma complexidade pode ser maximizada ainda mais como atractivo turístico único. Para completar, Macamo (2017) sugere a estratégia de acção colaborativa entre os principais intervenientes, como forma de contribuir para um futuro turístico promissor da Ilha de Moçambique. De uma forma mais geral Santos (2012), Almeida, Mello & Costa (2017),

Godinho & Solha (2018), Silva & Miranda (2013), Estima, Ventura, Rabinovic & Martins (2017) e Martins & Gustavo (2018), apresentam estratégias para locais distintos mas que servirão de base para as recomendações sugeridas nesta Dissertação. Este conjunto de acções suporta assim a necessidade de valorização dos recursos locais como garante da implementação de um turismo que seja realístico e inclusivo.

Com esta revisão de literatura, espera-se contribuir para o enriquecimento do debate em relação á questões ligadas não apenas ao turismo mas sim e sobretudo á possibilidade de através do mesmo repensar-se o papel e lugar das pessoas, das suas manifestações culturais, dos seus Valores e Princípios, para que sejam vistos como algo mais do que produto turístico. A introdução do conceito de Turismo Repensado e por isso Diferente/ Contextualizado, é a grande virtude desta Dissertação pois numa reconhecida complexidade em termos de conceptualização, foi possível encontrar uma forma de demonstrar que a concepção e a implementação da actividade turística deverá ser aplicada de forma cíclica, inclusiva, local e realística. Ficou igualmente evidente com esta revisão de literatura que um maior cuidado na escolha dos recursos locais a potencializar em termos turísticos, permite uma maior abrangência em termos de procedimentos para a implementação do Turismo Repensado.

2.2- Quadro teórico

A base teórica da Dissertação assenta na perspectiva da *Glocalização*, conceito que traz um equilíbrio entre a noção de Globalização e o sentido de Local, como forma de responder ao debate em torno dos impactos da Globalização sobre os espaços localmente delimitados. Dito de outra forma, o facto de a Globalização tornar as sociedades numa espécie de rede, de interligação entre si ainda que espacialmente distantes, o sentido de Local vai buscar o que é específico e adapta-o ao contexto global, sem que o local perca suas particularidades. Tanto Mafalala como Ilha de Moçambique conseguem essa proeza. O conceito de *Glocalização* considera a Identidade local, entanto que construção social, como tendo papel decisivo no equilíbrio entre o que pode ser chamado de global em oposição ao que é local. Destaca a ideia de Identidade de Resistência, como a que permite ao indivíduo agrupar-se em comunidade, exaltar sentimentos de pertença e assim “defender-se” de um Mundo Globalizado e de suas influências á todos níveis (Castells,

1999). Bauman (1998), complementa Castells, ao referir-se à uma Identidade Territorial, que se torna colectiva e assim emerge como uma “especificidade cultural” que irá depois alimentar as actividades turísticas.

Deste modo, a teoria de *Glocalização* veio servir de pêndulo entre a Globalização e o sentido de local, dado que durante muito tempo prevaleceu a noção de que o global acabava por sufocar e quase fazer extinguir o que era de valor local. No presente trabalho, a ideia de local é usada para nos referirmos ao espaço muito particular, geográfica, social e culturalmente demarcado, sobre o qual devem incidir acções e programas turísticos desde que dentro das expectativas, necessidades e benefícios das pessoas que ali habitem.

A introdução do conceito de *Glocalização*, na década de 80, significou uma importante mudança. Esta mudança deve-se, entre muitos outros autores, á Castells, sociólogo espanhol que discute as transformações e dinâmicas sociais num contexto dominado pela informação e desenvolvimentos tecnológicos afins. Assim, considera-se a globalização como um factor que coloca as sociedades numa espécie de rede (tecnológica e de comunicação- telefones, internet, rádio, televisão), interligadas umas com as outras, dando ao Mundo uma perspectiva económica, política, tecnológica e de alguma forma cultural geral, comum, heterogénea. Contrariamente, a Identidade destaca e valoriza o particular. Por este motivo Castells considera decisivo o papel que a identidade passa a desempenhar para a garantia de um diferencial entre o local e o global.

É assim que Castells considera a identidade como produto da construção social, classificando-a em (i) *identidade legitimadora*, (ii) *identidade de resistência* e (iii) *identidade de projecto* (esta última como a que permite a transformação social nesse mundo globalizado). No entanto, destaque-se a *identidade de resistência* por ser através dela que as pessoas se “defendem” do meio globalizante, da individualização e têm tendência á agruparem-se em comunidade, gerando assim sentimento de pertença e a possibilidade de construção de uma identidade cultural. Portanto, a combinação das três (3) categorias de identidade de Castells impulsionam a necessidade de valorizar o local, ainda que não descurando o global. É este facto que depois faz combinar aspectos muito particulares de um local (como a religião, a cultura, o patriotismo, a identidade étnica e a identidade territorial) num outro nível de identidade, a identidade colectiva

que vale pelo conjunto de significados que tem em relação às pessoas e valores de um espaço geograficamente delimitado, o que conduz à noção de especificidade cultural, depois bastante usada como suporte de programas turísticos e garante do sucesso dos mesmos. É neste ponto que Bauman complementa Castells, pois apesar de reconhecer na globalização um efeito agregador, comum a tudo e todos, Bauman reconhece que nessa inquestionável unicidade há alguma diversidade, o que abre espaço para questionar até onde vai a localização/ o local e igualmente para a globalização. Deste modo e partilhando do conceito de Castells sobre a *liberdade de movimentos* trazida pela globalização, Bauman considera esta liberdade simultaneamente uma consequência da globalização e uma causa da valorização do local, o que torna ambos “duas faces da mesma moeda”, entenda-se, complementares.

Portanto, os dois autores, com destaque para Castells, consideram complexa a definição de local se vista de forma distinta da de globalização. E face à dinâmica migracional cada vez mais diversa e constante nos dias de hoje, a teoria de glocalização torna-se imperiosa. A porosidade das fronteiras ou dos limites geográficos entre um país, região ou local, tornam cada vez mais difícil um consenso entre o que pode ser ou não local. Tornam igualmente difícil delimitar geograficamente questões culturais, históricas, sociais, linguísticas entre outras. Neste contexto, enquadrámos o debate sobre a legitimidade do conceito de *Comunidade Local*. Conceito discutível sim, mas parece ser ainda o que melhor caracteriza a comunidade que está em determinado local, ainda que não seja nativa do mesmo.

A necessidade de distinção ou valorização do local e das identidades que o caracterizam pode ser vista como um dos principais suportes da actividade turística, que face à toda dinâmica inerente e num mundo cada vez mais competitivo destaca o específico, para o que é particular de um local como o grande diferencial para se destacar. Aqui também encontramos uma das bases para a perspectiva de um Turismo Diferente, que sustenta o presente trabalho. A *Glocalização* permite idealizar a combinação de produtos e serviços globalmente reconhecidos (como as grandes marcas internacionais) com produtos e serviços locais (*re-branding*) e assim garantir um turismo localmente sustentável, inclusivo e integrado, um Turismo Diferente/ Contextualizado.

2.3- Quadro Conceptual

Aqui iremos nos debruçar sobre a discussão em relação aos cinco (5) conceitos-chave desta Dissertação. A discussão sobre Turismo permite contextualizar a base teórica desta Dissertação. O Turismo Cultural é discutido na perspectiva de reafirmar o potencial dos Valores culturais e identitários locais como suporte das estratégias de implementação do Turismo Diferente, o que é complementado pela discussão sobre Património/Património Cultural. Um outro conceito é o de Turismo Diferente, entanto que terminologia que resume a necessidade de se repensar o tipo de turismo praticado em Moçambique e a forma como o mesmo é implementado. Por estar intrinsecamente ligado á ideia de contexto, espacial ou temporal, este Turismo Diferente irá ser chamado de Turismo Contextualizado e será suportado pelo conceito de Participação Comunitária.

2.3.1-Turismo

Aspecto comum para os autores consultados é de que existe uma certa complexidade em definir Turismo por ser um conceito que encerra em si, para além de uma perspectiva económica entanto que actividade lucrativa ou provedora de emprego ou de auto-emprego, outro tipo de perspectivas e expectativas. Do turismo se almeja igualmente um reconhecimento dos Valores sociais, culturais e identitários do local onde se desenvolve esta actividade. Através do turismo se projecta afirmação política, quer em termos Soberanos quer em termos locais.

Estas diferentes perspectivas fazem induzir à ideia de o Turismo poder ser considerado uma actividade integrada, inclusiva e abrangente, por ter que envolver ou pelo menos ter em conta as perspectivas e expectativas de vários actores (Comunidade Local, instituições públicas ou governamentais e sectores afins, agentes económicos privados, entre outros), o que significaria que mais do que uma simples actividade geradora de lucro, estar-se-ia em presença de uma actividade que possibilitasse inclusão social, política e económica, na qual a cultura seria o denominador comum.

Ainda assim, apresentamos a seguir algumas das definições possíveis para a operacionalização do conceito de Turismo na presente Dissertação: Para a Organização Mundial do Turismo,

Turismo é o “fenómeno social, cultural e económico relacionado com o movimento de pessoas á lugares que não sejam sua residência habitual, por motivos pessoais, de negócios ou profissionais, por um período inferior á um ano” (OMT, 2015). Köhler (2007: 186) reforça a definição da OMT mas acrescenta a perspectiva de combinação de fenómenos e relações que emergem da interacção entre as regiões emissoras e receptivas, de turistas, das empresas fornecedoras, dos órgãos do governo, das comunidades e ambientes locais.

Lima (2011: 630), considera o Turismo como uma actividade empreendedora, que ao difundir-se pelo Mundo consegue ter uma dinâmica própria que a permitiu adaptar-se aos vários contextos sociopolíticos, económicos e culturais ao longo da sua história e do Mundo. Esta adaptação, ainda citando Lima (2011), foi facilitada por acções de gestão, de capacidade organizacional e de planificação metódica, o que foi exigindo um maior nível de profissionalização da e na actividade turística. Em Moçambique, a Lei do Turismo define o Turismo como um conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas á turistas (Lei n° 4/2004). Não obstante apresentar uma definição aparentemente mais simplificada, comparativamente às anteriores, a definição patente na lei do Turismo acima, não especifica o tempo de duração da visita, tal como as outras o fazem. A forma como coloca a significado de turista conduz á alguma ambiguidade que depois resvala na ideia de senso comum de que “turista é só quem vem de fora” do país, da cidade ou da região de que se fala, facto que criticamos ao longo da Dissertação.

As imprecisões da Lei do Turismo, documento crucial em termos de definição de parâmetros de actuação turística em Moçambique, podem advir do facto de esta ser fruto da Política de Turismo e Estratégia de sua Implementação (Resolução n° 14/2003) cujos elementos constituintes na sua maioria, têm a sua base nas recomendações do Seminário Nacional da Indústria Hoteleira, realizado entre 07 e 09 de Agosto de 1980, em Chongoene, na Província de Gaza. Há também outros elementos que são herança da legislação colonial. O peso dos distintos contextos sociopolíticos, económicos e culturais para a definição das políticas e instrumentos normativos é bastante visível em cada um deles e por isso mesmo se torna imperioso inovar também em termos legislativos, tendo em conta o contexto, perspectivas e necessidades dos dias de hoje para

uma melhor implementação do Turismo Diferente/Contextualizado que nos propomos nesta Dissertação.

2.3.2- Turismo Cultural

O conceito de Turismo Cultural é um produto do desenvolvimento da actividade turística, no geral. À medida em que se reflectia sobre perspectivas e procedimentos para se desenvolver o Turismo, foi-se tornando evidente que não se poderia dissociar o turismo em si, das pessoas que o praticavam (turistas) ou das pessoas que habitavam os locais definidos como atractivos turísticos. A aprovação de Documentos como a Carta de Turismo Cultural (também conhecida como a Carta de Bruxelas), em 1976, a Declaração do México, de 1985 e a Carta Internacional Sobre Turismo Cultural, de 1999, revelam este sentido evolutivo da necessidade de uma maior combinação entre a simples actividade turística e a valorização das manifestações culturais dos destinos turísticos.

É nesta perspectiva que o conceito de Turismo cultural vai evoluindo assente nos seguintes pilares: (i) diversidade cultural; (ii) sustentabilidade; (iii) interactividade/interacção entre turista e comunidade local, de que resulta a valorização e reforço da Identidade de ambos. A reinvenção e a criatividade, em tempos mais recentes, foram a saída encontrada para reinventar um Turismo Cultural cuja essência era ameaçada pela transformação da Cultura num produto mercadológico, por consequência da demanda turística que se foi verificando. Carneiro (2010: 13-14), Cruz (2012:98) e Mubai (2014:16-17), descrevem este processo como uma espécie de comercialização excessiva, banal e abusiva dos Valores, Bens e manifestações culturais, uma vez que “a cultura, os produtos culturais” começam a ser vistos e usados como que concebidos e materializados apenas e exclusivamente para consumo turístico.

Este *empacotamento cultural* constitui uma das principais críticas que recaem sobre o conceito de Turismo Cultural, dado que algumas vezes vê-se no Turismo Cultural uma forma lucrativa de divulgar a cultura de um país ou região pelo que a valorização do contexto espaço-temporal e social é crucial para se fugir desta tendência, tal como demonstramos ao longo da Dissertação. Se assim for, o Turismo Cultural torna-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento

local, preferencialmente no sentido base-topo, valorizando soluções locais para necessidades locais (Filipe, 2006).

Para efeitos de definição, iremos considerar: Köhler (2007:188), que defende o Turismo Cultural como sendo uma “movimentação de pessoas em torno de atracções culturais específicas (locais históricos, manifestações artístico-culturais), fora de seu lugar próprio de residência” ou ainda como um “consumo turístico de atracções previamente classificadas como culturais” (Köhler (2007:188). Carneiro (2010: 9), define o Turismo Cultural como “fenómeno social e produto da experiência humana que aproxima e fortalece as relações sociais (...) gerando um processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, de uma mesma cultura ou cultura diferentes”.

No entanto, qualquer uma das definições apresentadas e outras não referenciadas remete-nos á ideia de interacção, de troca de Saberes, de troca de experiências culturais vivenciadas entre o turista e a comunidade do destino turístico, de que irá resultar uma apreensão de conhecimento histórico, social e cultural (Filipe 2006, Carneiro, 2010: 12). O factor interactivo que caracteriza este segmento turístico vai significar a possibilidade de o turista aprender algo mais enquanto viaja mundo afora, pelo que os níveis de competitividade, criatividade e divulgação criam uma dinâmica de mercado tal que rapidamente o turismo cultural se vai destacando entre outros segmentos turísticos, passando a impressão de que fazer Turismo é apenas fazer Turismo Cultural. Este aspecto reforça a nossa escolha em usar o Turismo Cultural como elemento-chave para propor um ponto de partida para o Turismo Repensado em Moçambique.

2.3.3 -Turismo Diferente/ Turismo Contextualizado

A noção de Turismo Diferente que norteia o presente trabalho está assente na perspectiva de concepção e implementação de um turismo que é planificado tendo em conta necessidades locais para problemas locais. O Turismo Diferente proposto nesta Dissertação considera a gestão descentralizada, a criatividade, a inovação e a “reinvenção” como suportes de um turismo realístico e exequível, desenhado a partir de potencialidades turísticas locais, implementado através de recursos locais e beneficiando, acima de tudo, os intervenientes mais directos em todo este processo. Trata-se de um conceito pessoal que é inspirado na perspectiva do Governo de Samora Machel que defendia a implementação de um *Turismo Popular* que deveria ser inclusivo

(por passar a integrar o moçambicano então excluído por conta da segregação colonial), deveria ser sustentável (por significar ganhos para todos e principalmente para alimentar a economia nacional) e deveria valorizar os recursos locais (Machel, 1976). Estas mudanças, ainda que concebidas e implementadas num momento muito próprio da história de Moçambique, mostraram que repensar o Turismo implica fazer diferença. Este repensar promovido pelo governo-dia de Samora, inovou em termos da definição do perfil do turista, da noção de Turismo e da harmonização de procedimentos, cujo ponto mais marcante se deu com a realização do Seminário Nacional da Indústria Hoteleira, já anteriormente referido e de onde saem as bases para a legislação nacional sobre Turismo.

Durante o Colonialismo, o Turismo era um negócio entre burgueses. (...)
O nosso povo só participava no turismo com o seu trabalho explorado (...)
O Turismo (...) assentava (...) na usurpação das zonas mais aprazíveis (...)
Nós queremos um Turismo Diferente (Machel, 1976).¹

O Turismo Diferente tem na inovação, um dos seus principais pilares. Por este motivo, a definição de inovação irá gravitar em torno das ideias de autores como Cunha & Costa (2017: 486), que colocam a noção de inovar como estando relacionada com a combinação entre o lazer e a capacidade criativa; de Lima (2011: 629), entanto que um sistema integrado de interdependência de sectores e serviços afins; e de Martins (2011: 12-13), como a capacidade de melhorar a qualidade de bens e serviços. Estas diferentes perspectivas partilham da perspectiva de que a competitividade é um elemento-chave para a inovação e, conseqüentemente pode-se dizer o mesmo em relação ao Turismo Diferente. Assim sendo, a inovação deve ser vista como um processo paliativo para a estabilidade do empreendimento e assim, determinar o sucesso do negócio.

Recorrendo mais uma vez á Lima (2011) que é quem traz uma discussão mais objectiva deste conceito, inovação é uma “ponte para a organização (entenda-se empresa ou empreendimento turístico) encontrar o seu próprio método de gerir mudança”, de se adaptar, de se destacar e de

¹ Excertos do Discurso do Presidente Samora Machel, na Reunião com os Trabalhadores da Indústria Hoteleira, 24 de Julho de 1976.

permanecer competitivamente no mercado. Por detrás desta planificação está a necessidade de se repensar, de se reinventar de forma regular, constante, cíclica e assim responder aos desafios que a demandas e ofertas turísticas vão determinando no mercado. Mubai (2014), também enfatiza a questão da planificação como um aspecto que pode contribuir sobremaneira para a garantia da competitividade que tanto falta ao Turismo em Moçambique. Deste modo isto vai exigir uma planificação mais metódica, descentralizada, abrangente, inclusiva, realística e acima de tudo inovadora. Assim se tem um Turismo Diferente, diferente porque faz diferença e diferente porque se diferencia. É dentro das perspectivas acima que por se ter em conta a valorização do contexto espaço-temporal para a implementação do Turismo Diferente aqui proposto, nos decidimos pela também adopção do conceito de Turismo Contextualizado como que respondendo aos objectivos preconizados nesta Dissertação.

2.3.4- Património/ Património Cultural

Os conceitos de Património/ Património Cultural são muito complexos e requerem cautela no processo de sua aplicação, tal como referem Sørensen (2009), Jones (2009) e Filippucci (2010). A carga subjectiva destes dois conceitos é apresentada como um dos aspectos a destacar em relação à ambos conceitos, o que não lhes retira a importância teórica ao nos debruçarmos sobre Turismo. Nesta Dissertação, os dois conceitos serão abordados apenas para dar o devido enquadramento em termos de usos de bens e manifestações culturais como parte do potencial turístico de um local.

Em Moçambique, a Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro define Património Cultural como “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo Moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana”. A iniciativa de relacionar Património Cultural com questões identitárias é igualmente suportada por outros autores. Por exemplo, González-Varas (2015) considera esta relação como o aspecto que liga uma geração à outra, processo no qual se adoptam e adaptam maneiras de Ser, Estar e Fazer que são depois enquadradas no conceito de Cultura. Smith (2006, 2010) reforça este posicionamento, acrescentando a conotação política que pode ser atribuída à noção de património, o que contribui para que discursos como os de revitalização do orgulho nacional e da própria identidade

nacional, possam ser usados para reforçar ideais políticos. Em jeito de analogia com Moçambique, o uso político do conceito de Identidade, de Património e de Património Cultural são usados nos discursos que sustentaram a criação da Nação moçambicana.

Uzzel (2010) e Filippucci (2010) propõem uma análise mais abrangente dos dois conceitos, por exemplo de carácter interdisciplinar, o que permite relacionar ambos conceitos com o Turismo. Nesse sentido, a ideia de “Propriedade Cultural”, enquanto que conjunto de elementos muito típicos de um lugar, de um território que pelo seu valor cultural é assumido como património local (Gillman, 2010), torna-se foco de atracção turística. Este uso turístico do Património conduz ao processo de Patrimonialização, que ocorre quando se cria um quadro legal específico, institucionalizando procedimentos de gestão do património (Cruz, 2012). Deste modo, o Património torna-se um elemento cultural que se alarga para a noção de Património Cultural.

De alguma forma, a Patrimonialização serve-se dos conceitos de Identidade, espaço e sentimento de pertença a um lugar, como suportes da sua legitimação. No entanto, esta legitimação pode ser questionada num contexto de um Mundo globalizado em que as pessoas se movimentam de um lugar para o outro, adoptando novas identidades e novos Valores à medida em que se vão fixando num ou noutro espaço. Esta mudança espacial motiva o rebuscar de valores identitários muito particulares para cada pessoa (González-Varas, 2015), proporcionando uma outra discussão em torno do conceito de “Identidades Territoriais” (Castells, 1999) e do conceito de “Lugares de Memória” (Paes, 2012). Os dois últimos conceitos irão sustentar o valor turístico desse mesmo lugar, desse território. Assim sendo, paulatinamente o Turismo se vai tornando numa espécie de medidor do nível de eficácia da gestão patrimonial. Os valores patrimoniais e a Patrimonialização em si passam a desenvolver uma relação mais coesa com o Turismo, destacando-se assim a emergência do Turismo Urbano (Paes, 2012). Este tipo de Turismo vai enfatizar os recursos locais como focos de atracção turística, permitindo uma maior diversidade em termos de ofertas turísticas então dominadas, principalmente, pelo Turismo de Praia. Em Moçambique, os exemplos do Bairro da Mafalala e da Ilha de Moçambique, espelham esta tendência em termos de demanda turística.

O Turismo urbano é uma tendência actual e por tal os seus níveis de procura são elevados. Nesse sentido, a procura por manifestações culturais e demonstração do património local são igualmente frequentes e exigentes, de modo à responder aos níveis de competitividade neste sector de actividade. É assim que se verifica a exibição e difusão de elementos culturais e patrimoniais muitas vezes fora do seu contexto espacial e temporal habitual, apenas para atender à demanda turística (Mubai, 2014; Cruz, 2000). Esta descontextualização do património entanto que produto turístico, faz incorrer à ideia de “esvaziamento/empacotamento cultural” (Carneiro, 2010), pois elementos culturais muito típicos de um local passam a ser turisticamente encenados, diminuindo o seu valor patrimonial e realçando o papel de mercadoria turística. Pode-se dizer que esta descontextualização também contribui para a subjectividade dos conceitos de Património/Património Cultural.

É neste contexto que é defendida nesta Dissertação, a importância de uma planificação e uma gestão de nível local, de modo a preservar o sentido e significado de Património/Património Cultural. Silva (2000) defende, assim, um uso mais racional, durável e sustentável dos recursos patrimoniais enquanto que Ferreira, Aguiar & Pinto (2012) defendem a concepção de roteiros turísticos realísticos, social e culturalmente reconhecidos, apreendidos e reproduzidos pela “Comunidade Local”. Isto pressupõe uma melhor interacção entre o passado, o presente e o futuro, atendendo ao facto de os dois conceitos estarem assentes na ligação entre gerações (González-Varas, 2015, Silva, 2000), criando bases para o chamamos nesta Dissertação, de “Património Vivo”.

2.3.5- Participação Comunitária

O conceito de Participação Comunitária é destacado pelo facto de contribuir para o sentido de sustentabilidade na actividade turística. Paes (2012) refere que no processo contemporâneo de gestão do património é importante a valorização das Identidades Territoriais, como elementos que suportam os valores patrimoniais sobre os quais se eleva o potencial turístico de um local. Ou seja, os valores identitários e significados culturais de um local são ressaltados através da Participação Comunitária, por esta dizer respeito ao envolvimento da “Comunidade Local” em projectos de desenvolvimento local dos quais se torna a principal beneficiária (Filipe, 2006).

Trata-se de um conceito que, quando aplicado revela a importância que se dá às expectativas e perspectivas da “Comunidade Local”. No entanto, é consensual que muitas vezes as necessidades desta comunidade são tratadas de fora para dentro, não tendo em conta suas reais necessidades ou pelo menos aquelas que a própria comunidade considere como prioritárias. É neste sentido que Vafadari (2008) sugere a noção de “Novo Tipo de Turismo”, como sendo aquele que tem em conta a materialização das necessidades e perspectivas locais. Foi nesta constatação que encontramos um dos suportes para a perspectiva de Turismo Diferente/Contextualizado, discutido ao longo da Dissertação.

Amaro, Silva & Seabra (2017), também podem ser enquadrados na noção de “Novo Tipo de Turismo”, por considerarem que as lembranças (*souvenirs*) que o turista leva do local visitado podem ser produto de uma experiência diferente das demais. Aqui enquadrámos uma das estratégias para a implementação do Turismo Diferente/Contextualizado, a relacionada com as “Oficinas Turísticas”. Esta experiência permite combinar o sustento da comunidade e o aprendizado do turista, respondendo assim a um dos principais desígnios da Carta Internacional de Turismo Cultural, segundo o qual o turista deve ser um agente pró-activo no decurso da actividade turística. A Participação Comunitária garante a autenticidade e singularidade do local. No contexto do Turismo Urbano, permite muito mais rapidamente enquadrar e aplicar os conceitos de Património/Património Cultural e assim garantir a visualização destes dois conceitos, através das manifestações culturais, por exemplo.

Capítulo III- O Contributo das Normas Internacionais sobre Turismo para a Actividade Turística em Moçambique

É consensual a complexidade e necessidade de identificar um momento muito particular que diga respeito ao início da actividade hoje conhecida como “Turismo”. De novo, lembramos que o objecto de estudo da nossa Dissertação é analisar o Turismo que vem sendo praticado em Moçambique e daqui conceber estratégias para um Turismo Repensado. Recorremos assim a autores como Lima (2011: 630), Köhler (2007: 189), Carneiro (2010: 11) que relacionam o surgimento do Turismo com a emergência da Revolução Industrial. O desenvolvimento tecnológico aliado aos transportes e às comunicações permitiu alargar o número, a regularidade e

a diversidade de viagens, sobretudo de lazer. São introduzidas inovações como: (i) a realização do *Gran Tour* que Köhler (2007: 189) e Mubai (2014: 11) definem como viagens sob a forma de roteiros turísticos, que combinavam experiências de lazer e de aprendizado; (ii) a criação de Agências de Viagens, em 1842 (Lima, 2011: 630). Estas inovações permitiram combinar o poder de compra de uma Sociedade cada vez mais consumista, com um uso mais criativo dos tempos livres através da promoção de viagens cada vez mais diversificadas em termos de tipo de transporte, locais de visita e toda a logística inerente (Lima, 2011: 630). É em torno desta perspectiva de evolução da actividade turística que nos debruçamos neste ponto da Dissertação.

Trazemos aqui uma linha cronológica assente nos principais instrumentos reguladores do Turismo, ao nível internacional e nacional, tendo como base uma linha similar trazida por Pellicciota & Solha (2016). Para responder às balizas cronológicas desta Dissertação (1975 à actualidade), estrategicamente, o marco inicial para a linha histórica proposta acima, será a década de 1970. Durante esta década, segundo Pellicciota & Solha (2016: 162) assiste-se ao reconhecimento do Turismo e da sua importância social, económica e cultural, facto de que resulta a grande dinâmica de publicação e homologação de vários instrumentos normativos relacionados com a gestão patrimonial e turística. Para estas autoras, as demandas político-económicas e sociais que iam acontecendo pelo Mundo, obrigavam ao repensar de formas que estimulassem o turismo mas que em simultâneo garantissem a implementação de agendas políticas mundiais, pois o Turismo era também usado como impulso e ou reforço de relações políticas, económicas e culturais entre vários países. Em Moçambique, o discurso de Samora Machel para os Trabalhadores da Indústria Hoteleira, em 1976, reflecte esta mesma perspectiva.

Esta dinâmica induz á reflexão sobre conceitos e significações ligadas á este conceito. Os debates, a educação turística e a facilidade de mobilidade geográfica, nacional e internacional, conduzem á outras reflexões sobre identidade, cultura e património, cujas respostas começam a ser dadas num contexto de implementação de acções turísticas cada vez mais integradas (Pellicciota & Solha: 2016: 157). Köhler (2007: 189-90; Mubai, 201: 60) falam da tendência de abandono de uma actividade turística padronizada e privilegiando as elites para uma abrangência mais inclusiva, portanto sai-se de um turismo elitizado para um *turismo de massas*, cuja intensidade motiva a reprodução espectacularizada dos atractivos culturais e turísticos. Na ânsia

de massificar o turismo em si e o turismo cultural em particular, réplicas, simulações e manifestações culturais descontextualizadas mancham este crescimento. A noção de autenticidade e do que era culturalmente real “fica aberto á discussão” (Köhler (2007: 189-90; Mubai, 2014: 60). Era importante reflectir e inovar. O grande eco desta transformação acontece na década de 90, á que Pellicciota & Solha (2016) chamam de “novo tempo nas relações entre turismo e preservação cultural”. É um novo tempo em que a planificação turística se acentua e se concebem ideias e práticas relativas ao comportamento turístico e, por consequência disso, avalia-se e reflecte-se sobre os impactos desta actividade. Seriam os primórdios do conceito de desenvolvimento sustentável, enunciado através do Programa 21, proposto pela ONU sem o qual muitos projectos de turismo não chegam a vincar por não se mostrarem realísticos e exequíveis.

Portanto o percurso acima mencionado pretende motivar uma outra perspectiva sobre a evolução do Turismo e do Turismo Cultural. São conceitos muitas vezes vistos como factos ou eventos espacial e temporalmente localizados, como se fossem criação muito recente. Deste modo, julgou-se necessário mostrar que os mesmos foram sendo construídos, definidos, adaptados e readaptados conforme circunstâncias muito particulares, processo no qual provavelmente a questão marcante e motivadora de todas estas idas e voltas conceptuais e operacionais deste conceito seria em torno de se perceber quem somos, de onde vivemos, o que temos, o que deixamos como legado e, sobretudo, como as outras pessoas nos vêem e como queremos ser vistos. Deste modo, no esquema abaixo iremos apresentar uma visão geral sobre algumas políticas e normas internacionais sobre turismo. Trata-se apenas de uma representação de um conjunto maior destes instrumentos legais. A selecção dos abaixo mencionados está relacionada com a abordagem de cada um em relação á nossa proposta de Turismo Cultural Repensado, de Turismo Diferente/ Contextualizado.

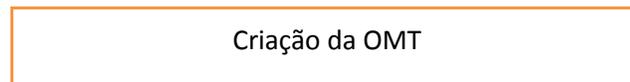
Esquema 1- Factores influenciadores para os Princípios e Normas que Contribuíram Para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique

Os aspectos a seguir mencionados foram adaptados de Pellicciota & Solha (2016).

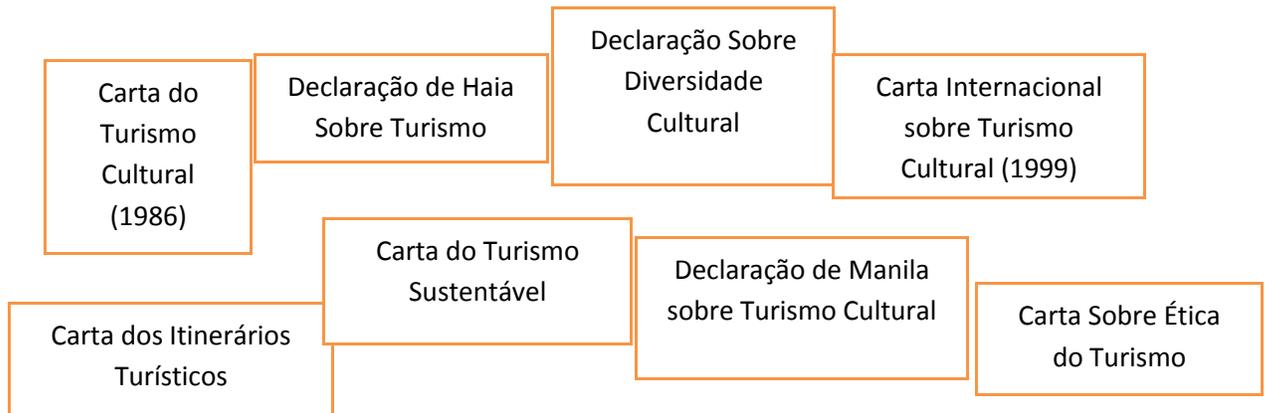
i- Factores impulsionadores do desenvolvimento de actividades turísticas

Viagens; Revolução Industrial;
Agendas Políticas; Comprometimento institucional;
Desenvolvimento tecnológico e no sector dos transportes
Sociedade de Consumo; Vontade de viajar e de conhecer o Outro;
Poder de compra; Facilidades Turísticas

ii- Instituições especializadas



iii- Instrumentos reguladores (alguns exemplos para efeitos da Dissertação)



3.1- Turismo em Moçambique: Uma hipótese de percurso

Ao contar a história do Turismo em Moçambique somos motivados a fazer referência aos vários processos sócio-político-económicos e culturais que, de forma isolada ou em conjunto, foram moldando a ideia que se tem de Turismo praticado no nosso país. Por este motivo analisamos o percurso pretendido através da actuação dos vários governos-dia, desde o período colonial aos dias de hoje.

Encontramos em Mubai (2014) uma base teórica muito importante para se perceber a história do turismo em Moçambique. Mubai (2014) reforça um dos argumentos principais desta Dissertação segundo o qual o crescimento, a estagnação ou o recuo do Turismo e da sua importância económica e cultural nacional, foi sendo em resposta das necessidades e políticas de momento.

Esta variação em termos de nível de prioridade para o desenvolvimento deste sector acaba por criar a ideia de falso desenvolvimento, dado que o fluxo turístico ao longo dos anos foi passando uma impressão economicamente positiva mas que depois não se reflecte, efectivamente na balança de receitas, algo igualmente partilhado por Comoane (2009). São estes os elementos que fazem assumir o “estágio emergente” do turismo moçambicano que vem caracterizando este sector nos últimos anos e a que nos propomos contribuir para uma mudança através da implementação do Turismo Diferente/ Contextualizado.

Ao ser assumido como desafio pelos órgãos de tutela, este estágio do turismo nacional induz à reflexão para a necessidade de inovação. Aqui que se encontra a base para a perspectiva de Turismo Cultural Repensado e por isso Diferente, que dá título á esta Dissertação. Reconhecendo que o principal problema do turismo em Moçambique se prende com questões estruturais, tanto Mubai (2014) como Comoane (2009) corroboram outra ideia premente desta Dissertação, segundo a qual o nível de intervenção governamental pode ser mais efectivo e visível se implementado no sentido base-topo, respondendo á problemas locais a partir de soluções locais. Ou seja, a implementação efectiva da Política de Descentralização pode gerar condições para o desenvolvimento de um turismo cultural local integrado, que satisfaça, acima de tudo a Comunidade do local onde se pretenda desenvolver esta actividade.

Para melhor percepção dos pontos acima mencionados, serão definidos dois períodos de análise: (i) durante o período colonial, com enfoque para alguns momentos importantes que respondem aos objectivos da Dissertação; (ii) desde a independência à actualidade, focando aspectos de destaque dos quatro (4) governos-dia.

3.1.1- Contexto do Turismo no Período Colonial

Para esta fase e de forma estratégica, serão apresentados apenas alguns dados que nos permitem muito mais facilmente estabelecer uma ponte entre o turismo colonial e o turismo de Moçambique independente. Desta forma e estabelecendo analogias entre certos aspectos, mais rapidamente se perceberá que muito do que se pensa e faz em torno do turismo em Moçambique, tem as suas raízes classificatórias, legais e de procedimentos no turismo praticado na Colónia de Moçambique. Um dos primeiros pontos a analisar está relacionado com questão ideológica e

como esta vai ser usada para responder outras questões ou necessidades culturais e turísticas. É assim que Costa (2018: 14-16) refere que a preocupação do governo colonial português em relação à pesquisa documental e arquivo, ao nível da cultura, vai-se reflectir na criação de várias instituições museológicas e de arquivo. Apesar de não se esconder a propaganda colonial por trás do funcionamento destas instituições, as mesmas vão servir igualmente como um veículo de propaganda cultural e turística. Exemplo a realçar é o da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, em 1943, que se vai destacar em acções de classificação e conservação do património em Moçambique (Costa, 2018) que depois com certeza foram alimentando iniciativas de implementação do Turismo.

Referindo-se à uma relação directa entre o desenvolvimento da actividade turística colonial e o desenvolvimento mineiro na vizinha África do Sul, a Revista TEMPO (1980), traz dados importantes sobre a história da indústria hoteleira e do turismo em Moçambique. O destaque da indústria hoteleira está relacionado com a perspectiva de Turismo assente nesta indústria, conforme referido anteriormente. Exemplo concreto é a referência do Hotel Real (então Carlton), criado em 1874 como consequência da indústria aurífera em Barbeton, Transvaal, para albergar os “aventureiros prospectores de ouro” (TEMPO, 1980: 15). Na mesma senda, continuando, vão surgindo bares, casinos e até locais para a prática da prostituição que se tornavam atractivos turísticos e pontos de passagem obrigatória de turistas sobretudo estrangeiros, face ao desenvolvimento e importância do Porto e da Cidade de Lourenço Marques para a economia local (TEMPO, 1980). O acentuado crescimento da actividade turística no período em análise traz outras dinâmicas, mas para garantir a objectividade desta Dissertação não iremos fazer menção à outros momentos ou períodos. Mas por exemplo, em 1959 é criado o Centro de Informação e Turismo em Moçambique o que vai implicar um grande afluxo de turistas portugueses e da região austral, com destaque para os sul-africanos, sobretudo no ano de 1971 (TEMPO, 1980: 17-18). Em consequência disso cresce o número de instituições hoteleiras e de restauração tal como cresce também o nível de investimento neste tipo de infra-estrutura e por consequência na actividade turística (TEMPO, 1980). É neste contexto que é criado o Fundo de Turismo para incrementar este sector que não conseguiu impedir que a demanda de turistas estrangeiros, mais uma vez com destaque para os sul-africanos, significasse o aproveitamento de

recursos locais, dado que tais turistas “traziam tudo consigo, desde a bebida á própria casa-roulotte” pelo que pouco ou nada gastavam por cá (TEMPO, 1980: 18). Eram assim chamados de *Turistas de banana*. Em analogia com o momento presente, pode dizer-se ser esta uma importante lacuna em termos de planificação turística que pode explicar o estágio “emergente” com que é caracterizado o Turismo em Moçambique. Parece ser uma actividade promissora e economicamente viável mas as contas mostram um cenário contrário.

Não obstante o desenvolvimento do turismo regional, assente basicamente no turismo de praia e no cinegético, o que atraía turistas dos países vizinhos, o facto de haver dificuldades de acesso ao interior do território moçambicano, tornou os centros urbanos os principais focos turísticos durante muito tempo (Mubai, 2014: 37). Ainda hoje este aspecto é uma realidade pois muitos operadores turísticos encontram nas facilidades já existentes nos centros urbanos e arredores, uma comodidade ou zona de conforto para fazer vincar seu negócio. O medo de arriscar e de investir de raiz pode estar a fazer do turismo praticado em Moçambique relativamente dependente dos centros urbanos. Trata-se, pois, de mais uma abertura para a necessidade de inovar e assim, de fazer turismo de forma diferente.

Mubai (2014: 25-30) ao apresentar dados sobre a prática do Turismo no período colonial reflecte também sobre o nível de envolvimento institucional do governo colonial português em relação ao Turismo. Por exemplo, citando um relatório do Centro de Estudos Técnicos-Económicos, de 1973, Mubai (2014) faz referência á identificação de três (3) “zonas com potencial para atrair turistas”: Parque Nacional de Gorongosa, a Cidade de Lourenço Marques e a costa em sua volta; Vilankulo e o Arquipélago do Bazaruto” por serem locais de geração de lucro não obstante o “investimento baixo por parte do governo” colonial. Citando um outro relatório, da Profabril-Centro de Projectos Industriais, de 1973, Mubai (2014: 27-28) menciona como riquezas de potencial turístico: de índole natural (clima, beleza natural, praias, recursos de pesca e caça) e histórica (monumentos e património artístico, folclore, esculturas e uma linha de transportes para servir a indústria turística). De facto, esta Dissertação defende que se olharmos para a situação actual, ainda continuam a ser estas as bases do investimento turístico em Moçambique. Ou seja, existe uma continuidade entre os parâmetros definidos no período colonial e os definidos mais recentemente. Ainda que mantendo a base em termos de classificação, pode ser encontrada aqui

uma importante saída para inovar no que Moçambique apresenta como recurso turístico e desse modo implementar-se o Turismo Diferente á que nos propomos na presente Dissertação.

Portanto, no período colonial o turismo mostrou-se como uma importante forma de fazer vincar não só a ideologia colonial, em si bem como a afirmação económica de Portugal em relação aos países da região austral, com especial destaque para a África do Sul e as duas Rodésias, do Sul e do Norte. O trabalho migratório e o uso do Porto de Lourenço Marques foram um importante suporte desta relação económica em torno do turismo. A combinação estratégica entre o intensificar do povoamento colonial (incentivo para a vinda de cidadãos portugueses) e o desenvolvimento da actividade turística, sobretudo através da proliferação de infra-estruturas afins², contribuiu para o massificar da ideia de considerar a Indústria Hoteleira como o pilar do Turismo em Moçambique, já no período pós-independência, como se verá a seguir.

3.2.2- Turismo do Período Pós-independência à Actualidade

Neste ponto iremos apresentar dados que dizem respeito ao período base da presente Dissertação: desde 1975 à actualidade. Será realçado o desenvolvimento em torno da legislação e dos Planos dos governos-dia em relação ao Turismo em Moçambique.

Em uma de suas primeiras acções, o primeiro governo de Moçambique independente, através do Decreto nº 1/75, de 29 de Julho ao definir as tarefas e funções dos Ministérios e de outras instituições do Estado, torna o turismo um sector superentendido pelo Ministério da Indústria e Comércio. O fito era planificar e promover um turismo virado para o turista nacional e estrangeiro, bem como a expansão do turismo ecológico ou da Natureza e das respectivas infra-estruturas. Numa ponte com o período colonial, percebe-se que a grande mudança acontece apenas no significado de “turista nacional” que agora passa a incluir o moçambicano até então excluído e tendo participado apenas como trabalhador (Machel, 1976: 25). Esta perspectiva de um turismo colonial segregacionista é também referida no artigo da Revista TEMPO (1980), elaborado por Calane da Silva.

² Conforme referenciado acima quando se mencionou a criação do Centro de Informação em Turismo de Moçambique, em 1959.

A perspectiva socialista do governo de Samora Machel fez com que a Indústria fosse definida como um “factor dinamizador do desenvolvimento económico”, desde que gerida de forma centralizada e planificada (Machel, 1977:117). As várias mudanças implementadas em sectores-chave como a Banca, o Sistema de Crédito, a Política Fiscal e de Seguros, de Transportes, do Ensino e da Cultura bem como no Sector privado (Machel, 1977) induzem, na prática, à noção de um turismo assente na Indústria Hoteleira. Deste modo e no discurso proferido no encontro com os trabalhadores da Indústria Hoteleira (Machel, 1976: 27), Machel deixa clara esta ideia ao referir que “devemos considerar o papel dos hotéis (...) a imagem que tiverem (os turistas internacionais) do hotel, contribuirá de forma vincada para a opinião que formam sobre o nosso país e sobre o nosso povo”. Completando esta ideia, a Revista TEMPO (1980: 13) considera a Indústria Hoteleira como uma “base segura para o desenvolvimento do turismo interno” usada para “servir o turismo externo”.

Ao mesmo tempo em que se define prioridade em termos de essência do turismo, conforme referido acima, também se define o turismo como “factor de unidade nacional” pelo que o seu desenvolvimento deveria assentar nas “organizações democráticas de massas” com particular destaque para os “trabalhadores e crianças” (Machel, 1977: 40-41). Este turismo ficou conhecido como *Turismo Popular* (Machel, 1976: 27). Fica assim assente que se deveria privilegiar o Turismo Interno para se elevar a cultura nacional, a “consciência de classe” e “compreender a dimensão e complexidade da nossa realidade nacional” através da troca de experiência (Machel, 1977; Machel, 1976: 26). Em relação ao Turismo Externo, deveria assentar mais numa base de consolidação diplomática e socialista (Machel, 1976). No entanto, nem tudo corre como o previsto tal como refere a Revista TEMPO (1980), pois aquela que é considerada como a base do turismo em Moçambique, portanto a Indústria Hoteleira, vai viver momentos muito conturbados. De uma forma geral, tais problemas são associados ao facto de não ter havido continuidade das atribuições do Centro de Informação e Turismo em Moçambique (referido acima, quando abordado o período colonial), que é extinto juntamente com a máquina burocrática colonial, substituída por uma nova burocracia de um Moçambique politicamente independente mas ainda dependente do legado administrativo colonial.

Agrupados sob o rótulo de “desorganização”, os problemas que assolavam a Indústria Hoteleira assentavam na má prestação de serviços, no atentado á saúde pública (questões sanitárias e de higienização), descortesia, inoperância, incompetência, falta de iniciativa e ausência de uma direcção de sector (TEMPO, 1980: 14 e 15-20). Não obstante a gestão hoteleira estar sob exclusiva responsabilidade dos próprios trabalhadores, era preciso inverter o cenário e tirar o turismo do estado “incipiente” em que se encontrava (TEMPO, 1980). Neste contexto várias medidas são tomadas. Por exemplo, a criação da Comissão Para a Definição de uma Política do Turismo de modo a definir uma estratégia de maximização das potencialidades turísticas nacionais (Machel, 1976:24). Ou a realização do I Seminário Nacional da Indústria Hoteleira, realizado em Chongoene, Província de Gaza (de 07-09 de Agosto de 1980) que vai definir as Orientações Gerais³ para este sector, de onde saíram recomendações que mais tarde foram alimentando os instrumentos reguladores relacionados com o turismo em Moçambique, como se verá mais adiante.

As recomendações emanadas a partir das acções acima, estavam relacionadas com a questão da (i) gestão ou liderança, (ii) legislação, (iii) distinção por mérito, (iv) normatização da indumentária, (v) planificação, (vi) racionalização dos espaços, (vii) sustentabilidade, (viii) incentivo á produção local, (ix) incentivo aos Valores patrióticos, (x) higiene, (xi) promoção das potencialidades turísticas locais, (xii) oferta de acordo com o tipo de actividade desenvolvida, (xiii) complementaridade entre turismo interno e externo, (xiv) relações diplomáticas, sobretudo regionais (parcerias), (xv) critérios de classificação hoteleira, (xvi) critérios de funcionamento, licenciamento hoteleiro, (xvii) incentivo para investimento no sector e (xviii) fiscalização efectiva das actividades desenvolvidas. Portanto, com estas recomendações esperava-se tornar o sector hoteleiro nacional num reflexo da “dignidade dos moçambicanos” e da “grandeza das nossas realizações no campo político, económico e social” (TEMPO, 1980; 22). A introspecção que permitiu identificar problemas e soluções acima mencionadas, abriu também espaço para a apresentação de casos de sucesso que recorreram á inovação para implementar condições para um turismo diferente. A Revista TEMPO (TEMPO, 1980: 22-23) cita os casos da Ponta do Ouro, Ponta Malongane e Hotel Polana, onde a gestão conjunta e mais participativa entre responsáveis

³ Serão apenas referidas as que se considera como estando dentro dos objectivos do presente trabalho.

e trabalhadores, permitiu recorrer aos recursos locais para o abastecimento de víveres, para a remodelação das infra-estruturas e o apetrechamento de serviços; procedeu-se a formação e capacitação dos trabalhadores para serviços específicos ligados ao funcionamento das estâncias. Considere-se este como um dos primeiros exemplos de quão a inovação se mostra determinante para o desenvolvimento da actividade turística.

a) Criação da Secretaria de Estado da Cultura e seu impacto sobre o Turismo

Das leituras aos documentos que temos estado a citar ressalta-se a necessidade do recurso à Cultura como um dos alicerces da construção do Estado Moçambicano, por através dela mais facilmente se encontrar um fio condutor comum entre as Práticas, Saberes e Valores dos moçambicanos então libertos do jugo colonial. É na Cultura que se constrói a ideia do *Homem Novo*.

Este carácter aglutinador da Cultura também é estendido ao sector do turismo, de forma combinada, pois a partir das manifestações culturais poder-se-ia construir uma importante fonte de atractivo turístico nacional, sobretudo quando reforçada pelas questões relacionadas com a preservação do património histórico-cultural. Talvez por isso Costa (2018: 16-18) se refira à “novos usos do património” até então tidos como reforço da dominação colonial mas que paulatinamente se vão mesclando na história e património que se (re)construía no pós-independência, como produto da reflexão sobre a cultura moçambicana. Esta reflexão acontece no contexto da realização da Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural, entre 1978-1982.

Um dos aspectos subsequentes ao cenário atrás apresentado foi a criação da Secretaria de Estado da Cultura através do Decreto Presidencial n° 84/83. Este Decreto vai definir a cultura como “instrumento de afirmação da personalidade, entenda-se Identidade moçambicana, de consolidação da Unidade Nacional” através da inventariação, preservação e valorização do Património Cultural e da promoção de manifestações artísticas. De forma complementar é criada a Secretaria do Estado do Turismo. Deste modo, a ligação entre o Turismo e a Cultura, no Moçambique independente, começava a mostrar-se mais forte e incontornável o que anos mais tarde, em 2014, iria resultar na criação de um Ministério comum, inclusive. Não obstante, por

Decreto Presidencial nº 11/87, de 12 de Janeiro, é extinta esta Secretaria passando a denominar-se Ministério da Cultura⁴.

b) Inclusão do Sector Privado e dinâmica da actividade turística (década de 1990)

No entanto e se calhar muito por conta da situação político-económica pela qual o país passa nos anos seguintes, sobretudo pelo cenário de guerra civil que se vai intensificando cada vez mais, o desenvolvimento da actividade turística esteve longe de ser uma das prioridades quer do Estado quer do Sector Privado, este desde o início identificado como importante parceiro. A questão da segurança, da escassez de produtos essenciais, a destruição de infra-estruturas e do sistema de transportes e de comunicações constituíam-se elementos desmotivadores para qualquer iniciativa de fórum turístico (Mubai, 2014: 38-40).

A assinatura dos Acordos Gerais de Paz, em 1992 e a adopção de uma economia de mercado e não mais centralmente planificada contribuem para o revigorar da actividade turística em Moçambique, com a reabertura e diversificação de estâncias turísticas e de serviços afins (Mubai, 2014: 40). Estava implementada uma nova dinâmica neste sector e mais uma vez a inovação se mostrava crucial para alavancar um turismo que tinha que se mostrar diferente para se posicionar e firmar num mercado que já dava mostras de grande sentido de competitividade.

Enquanto isso, pelo Mundo afora iam-se promovendo reflexões e acções relacionadas com a necessidade de se alargar o sentido de património cultural e de outros elementos que serviriam de suporte identitário, sobretudo para os então denominados países em vias de desenvolvimento. O património edificado (museus, monumentos e outros edificios de interesse estético-arquitectónico) começa a dar mostras de deixar de ser principal foco de atracção turística (Filipe, 2006: 38-39). Outros elementos relacionados com paisagens culturais e naturais (loais de valor espiritual e sagrado, estações arqueológicas, áreas de conservação, entre outras) vão-se destacando nas preferências entanto que destinos turísticos. Paulatinamente destaca-se a abordagem de “busca pelas raízes culturais”, enquadrada no que foi designado como *Renascimento Africano*, o que vai contribuir para a edificação e consolidação de uma Unidade

⁴ In: BR Número 2, conjugado pelo Decreto Presidencial nº 52/87, de 30 de Dezembro, que define as competências deste ministério

Nacional assente nas manifestações culturais, processo no qual a participação comunitária mostra-se crucial (Filipe, 2006). O turismo vê reforçado o seu papel intermédio entre a Cultura e a Economia nacionais, pois mais do que nunca é percebido que através do mesmo a cultura moçambicana seria (re)conhecida e com isso a economia poderia ser incrementada.

Os desenvolvimentos que se davam em Moçambique, especificamente nas áreas de Cultura e Turismo, estavam inseridos em outros desenvolvimentos que se iam dando pelo Mundo, pelo que não se pode pensar que o florescer do turismo á nível nacional se dava como um caso isolado. Tal como referido anteriormente, houve documentos e normas aprovadas em coordenação entre a OMT, ONU e UNESCO que vão mudando ideias, percepções e práticas em relação ao turismo em si e ao Turismo Cultural em particular. Por exemplo o *Programa 21* (1991) que introduz o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Conferência de Nara (1994) que introduz o conceito de Diversidade Cultural ou a Declaração de Sofia (1996), sobre o conceito de Pluralidade Cultural, a Carta de Lanzarote (1995), sobre Turismo Sustentável podem ser vistos como elementos que inspiram a elaboração da *Política Cultural e Estratégia de Sua Implementação em Moçambique*, em 1997 (Resolução nº12/97).

Ao definir a Cultura como determinante para a “consolidação da Unidade Nacional, da Identidade Individual e de grupo” esta Política considera o turismo como “importante veículo de intercâmbio cultural, nacional e internacional, melhorando a compreensão mútua e reduzindo os preconceitos associados com as diferenças existentes”. Adicionalmente reforça a importância da relação entre a Cultura e o Turismo, de modo a maximizar as potencialidades turísticas nacionais, contando para tal, também, com o envolvimento do sector privado e da população.

O principal propósito de tudo isto, refere a política acima, é o desenvolvimento do Turismo Cultural. Em termos de instrumentos normativos e diga-se de carácter oficial, esta é a primeira referência que é feita á ideia de Turismo Cultural em Moçambique. Em termos académicos, Mubai (2014: 31-32) refere-se ao trabalho de Ricardo Teixeira Duarte, em 1996, como a primeira referência ou análise sobre Turismo Cultural em Moçambique, ao relacionar atracções culturais, como estações arqueológicas e monumentos, com atracções naturais, como as praias.

Durante muito tempo foi esta a perspectiva de Turismo Cultural em Moçambique que mais prevaleceu.

c) Novas demandas turísticas (década de 2000)

A Carta Sobre Turismo Cultural, de 1999, é outro dos instrumentos legais internacionais que vai influenciar mais directamente o sector do Turismo em Moçambique. O aumento da demanda turística nacional e internacional, em clima de estabilidade política e económica obriga á um maior cuidado em termos de regulamentação da actividade turística.

O Turismo tornara-se visível o suficiente para se forçar a criação do Ministério do Turismo, no ano 2000, garantindo assim e diga-se pela primeira vez, um suporte institucional capaz de manter toda a dinâmica que o sector do turismo vivenciava (Mubai, 2014: 42-43). O auge desta dinâmica dá-se com a aprovação da *Política do Turismo e Estratégia de Sua Implementação*, em 2003 (Resolução nº14/2003). Este documento defende um Turismo Sustentável assente na maximização das potencialidades turísticas nacionais, processo no qual a interação sectorial público-privada aos mais variados níveis de hierarquia local, nacional e regional, com forte suporte na participação comunitária surgem como alicerces para o alcance dos objectivos preconizados. A abordagem para o “desenvolvimento de novos produtos”, de facilidades de acesso, do recurso ao Marketing e á atracção de investimentos podem ser vistos como elementos inovadores trazidos pela Política do Turismo o que mais não faz senão contribuir para uma acentuada demanda turística.

Neste contexto e segundo Mubai (2014: 41-42), os factores para a revitalização do turismo em Moçambique podem ser: (i) a melhoria da rede de transportes nacional e regional; (ii) o desenvolvimento de vários segmentos turísticos como o regional ou transfronteiriço e o turismo de negócios; (iii) a supressão de Vistos de Entrada; (iv) o horário de funcionamento das fronteiras (24h); (v) a criação e diversificação de companhias de transporte diário, acessível ao bolso do mais comum dos cidadãos, entre outros aspectos. Neste conjunto de elementos, parecem-nos estarem a faltar a questão da disseminação de informação turística, do uso de recursos tecnológicos e, acima de tudo, a valorização da noção de um turismo que valorize os recursos e o potencial turístico local, mais particular.

De qualquer das maneiras, o aumento da contribuição do turismo para a economia nacional estava num caminho sem volta, mostrando-se acentuadamente consolidado. Em termos práticos a Política de Turismo traz uma nova visão sobre um melhor aproveitamento do potencial turístico nacional, frisando a necessidade e importância de uma planificação integrada para melhor benefício dos actores envolvidos neste processo de gestão turística.

É assim que em 2004 é aprovada a Lei ° 4/2004, a Lei do Turismo numa tentativa de se adequar a anterior Lei, datada de 1969, ao novo contexto sociopolítico, económico e cultural. Ambicionando o fomento do Turismo e tendo em conta a noção de património (de vários tipos) que deve ser passada de geração em geração, esta lei espelha muitos dos elementos mencionados na legislação referente ao primeiro governo de Moçambique independente, em particular as Recomendações do I Seminário Nacional da Indústria Hoteleira, realizado em 1980, conforme referido anteriormente. Apesar de se referir á importância dos aspectos culturais para a promoção do turismo, esta Lei não faz uma referência directa ou específica em relação ao Turismo Cultural.

Esta perspectiva é partilhada por Mubai (2014: 44) que considera existir ambiguidade em termos de atitude do governo moçambicano, ao não haver uma referência clara á Cultura, como “elemento que por si só pode atrair turistas ao país” e por passar a ideia de Cultura como algo “suplementar” em relação às praias e fauna bravia no âmbito da prática do turismo. Este aspecto pode induzir á reflexão em termos de nível de comprometimento do Estado/ Governo em relação á implementação do Turismo Cultural em Moçambique. O papel legislador do Estado não se mostrou suficiente para garantir um efectivo crescimento do Turismo em Moçambique, muito provavelmente porque o papel de fiscalizador como propõem os documentos normativos do sector, não se fez sentir na sua plenitude.

Esta conclusão é facilmente tirada da análise aos Programas de Governação, a partir dos quais se pode espelhar o nível de prioridade que é atribuído ao sector do Turismo. Ademais, pouco ou nada se inovava entre um e outro programa. A situação de guerra á que o país esteve votado durante muito tempo, descurando a prioridade sobre o turismo para segundo ou terceiro plano, pode ter contribuído para esta relativa morosidade no funcionamento deste sector.

Para os governos-dia, a prioridade era divulgar a imagem de que Moçambique era muito mais do que guerra mas na prática esta “promoção” era pouco ou nada visível. Mas por exemplo, o Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009 (Resolução nº16/2005) já traz novas abordagens práticas sob a forma de alicerce para a garantia de desenvolvimento do Sector do Turismo: (i) enfatiza a possibilidade de emprego e auto-emprego através do Turismo; (ii) destaca a participação da *Comunidade local* e da juventude em particular; (iii) relaciona o turismo com a valorização da produção e do investimento local; (iv) faz referência á necessidade de implementação de modelos de gestão realísticos, inovadores e pragmáticos em combinação com um Marketing turístico forte capaz de promover produtos turísticos realísticos e adequados ao mercado local. Percebe-se aqui o acentuar da perspectiva e importância do nível local para uma abrangência nacional.

Esta abordagem de descentralização de recursos e de capitais pode ter impulsionado iniciativas de investimento turísticos, ainda que maioritária e tendencialmente nos principais centros urbanos e na zona Sul, durante muito tempo (PEDTM I, 2004: 19-21). Este enfoque nas áreas urbanas é criticado pelo Plano Estratégico seguinte (PEDTM II, 2015: 15) pois esta tendência ofuscava outras potencialidades turísticas, como por exemplo o turismo em torno de lagos de água doce e barragens, bem como do turismo de mergulho.

A ambição de fazer diferente fica estampada neste plano estratégico que apresenta várias inovações que permitiram cobrir lacunas identificadas em planos anteriores. Um dos exemplos apresentados foi o incentivo á construção de infra-estruturas de qualidade elevada e competitiva, pois a maior parte delas estavam “abaixo de uma estrela” (PEDTM II, 2015). Em consequência disso abriu-se espaço para multinacionais do sector turístico o que veio elevar a procura por produtos e serviços turísticos em território moçambicano.

O Turismo voltava a viver momentos de prosperidade mas o nível comprometimento institucional e uma intervenção mais visível do Estado, continuavam a figurar como elementos menos positivos. Aliás, esta fraca capacidade institucional e interventiva do Estado é reconhecida pelos dois planos estratégicos acima referidos como factores que entravaram e continuam a entrar um desenvolvimento mais consolidado do Sector do Turismo. Não basta reconhecer o

papel primordial do Turismo para o desenvolvimento da economia nacional se não lhe são atribuídas bases, acções e procedimentos exequíveis, acessíveis e no sentido base-topo. É imperioso fazer mais e projectar menos.

Em relação ao Turismo Cultural, de forma particular, o PEDTM II define Maputo (pela concentração de locais culturais, museus, festivais e outros eventos culturais) e Ilha de Moçambique (Património Cultural da Humanidade) como “locais com maior potencial” para este segmento de turismo. Este aspecto ajuda a explicar a incidência desta Dissertação sobre estas duas cidades como o objecto de estudo. Em termos de legislação, a aprovação do Regulamento das Agências de Viagens e Turismo e de Profissionais de Informação Turística (Decreto n° 53/2015) revela o nível de preocupação em relação á necessidade de licenciamento desta actividade, dos gestores e profissionais da área. Esta preocupação pode revelar um cuidado maior em relação ao que propor como actividade turística, como proceder e a quem responsabilizar desde o nível micro ao macro. Isto pode ser visto como uma inovação muito importante para o Sector do Turismo por poder responder às exigências referentes á qualidade para satisfazer a necessária competitividade.

A criação de Cursos Superiores e cursos não formais em Turismo ou área afim é uma acção preponderante. Esta foi parte da inovação havida no Bairro da Mafalala, através da Associação IVERCA. O incremento do incentivo para pesquisa nesta área de conhecimento pode ser considerado como um importante ponto de partida para o revigorar de discussões em relação ao Turismo Cultural que se pretende para um Moçambique rico em diversidade cultural e patrimonial. Estrategicamente quem de direito pode encontrar aqui uma fonte para um emaranhado de perspectivas que permitam idealizar e implementar um Turismo inovador, renovado e por isso diferente, de forma mais constante e realística.

É dentro desta perspectiva que se enquadra um possível turismo para Moçambique dos próximos anos, tendo em conta, citando Abungu (2018: 21) a proposta avançada pela *Agenda 2063*, da União Africana, que reflecte sobre a África que os africanos pretendem. Uma África que seja reconhecida não apenas pelas suas riquezas minerais e de matéria-prima industrial ou de fonte para implementação de *Megaprojectos*, mas também e sobretudo, pela sua diversidade cultural,

natural e patrimonial (Abungu, 2018:21)). Este reconhecimento será, sem dúvida, um importante fio condutor para o desenvolvimento de um turismo firme conducente á um turismo cultural sustentável, realístico e inovador. Ou seja, um Turismo Diferente/Contextualizado.

Assim, para melhor percepção e análise do contributo dos governos-dia em relação ao período em estudo, foi elaborada a tabela abaixo. Para cada governo-dia foi colocada a perspectiva geral em relação ao Sector do Turismo e à forma como este se posiciona em termos de prioridade para cada governo.

Tabela 3- Principais perspectivas e acções dos Governos-dia em relação ao Turismo

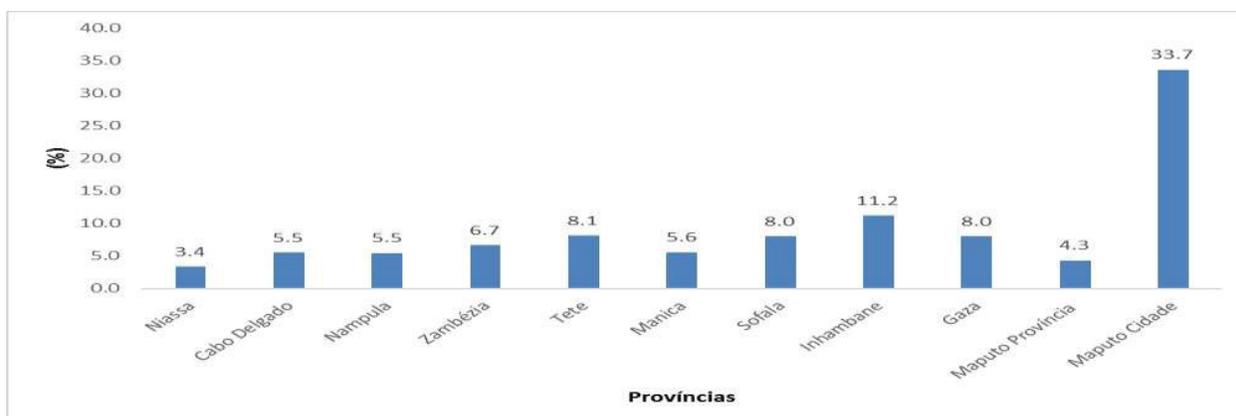
Samora Machel (1975-1986) <i>Turismo Diferente</i>	Princípios revolucionários e populares=incentivo para massificação do turismo; instrumento de coesão territorial, cultural e identitária nacional; suporte para difusão dos ideais político-económicos; tutela do sector do turismo, negligenciada entre vários ministérios. Diferencial: redefinição de turista.
Joaquim Chissano (1986-2004) <i>Turismo e desenvolvimento do Sector Privado</i>	Dinâmica legislativa do Sector; Formalização do funcionamento com a criação de um Ministério específico; Abertura para uma Economia de Mercado= Destaque do Sector privado e variedade de ofertas.
Armando Guebuza (2005-2015) <i>Turismo e o Distrito como Pólo de Desenvolvimento</i>	Distrito como Pólo de Desenvolvimento= Desenvolvimento do turismo de interior e do ramo hoteleiro (incentivo ao ramo imobiliário, grande dinâmica em termos de construção e requalificação de espaços e edifícios, inclusive para o turismo urbano); Visibilidade do turismo doméstico.
Filipe Nyusi (2016) <i>Turismo Globalizante</i>	Crescimento de um Turismo Pontual, dado que as ofertas em termos de serviços, bens e produtos afins são concebidas e implementadas para responder á necessidades imediatas, com destaque para as grandes multinacionais da área de exploração mineral; dinâmica do Turismo de Negócios.

(Fonte: Kátia Filipe)

3.2- Um Breve Olhar Sobre às Estatísticas do Turismo em Moçambique

Para dar uma visão sobre a situação actual do Turismo nacional serão a seguir focados alguns aspectos que permitem perceber o estágio desta actividade. A situação dos alojamentos (acomodação e restauração), do emprego neste sector e do volume de negócios são assim considerados como essenciais para se ter a visão geral do turismo, dentro da perspectiva desta Dissertação. A colocação destes dados estatísticos num ponto específico da Dissertação e não ao longo da mesma, serve para demonstrar a materialização dos aspectos idealizados nos vários documentos e fontes analisadas ao longo do trabalho. Assim, tem-se o gráfico a seguir:

Gráfico 1- Estrutura de quartos por Província, 2017. Fonte: INE, 2017: 10.



Deste gráfico destaca-se a Cidade de Maputo, Províncias de Inhambane e de Tete, cujo nível de ocupação dos quartos pode representar um conjunto distinto de interesses em relação á esses locais. Na Cidade de Maputo destaca-se o crescente Turismo Urbano, fora ser a capital do país e tornar-se privilegiada por isso, em termos de todo o tipo de facilidades logísticas relativas á prática do Turismo. A Província de Inhambane ressalta a beleza e diversidade de praias, elevando assim o Turismo de Praia e de Desportos Náuticos. A Província de Tete, que vem sendo reconhecida pela riqueza mineral e pela actuação e concorrência de companhias mineiras nacionais e internacionais, destaca o Turismo de Negócios.

Em termos de estadia média por hóspede⁵, pode-se estabelecer a seguinte comparação entre nacionais e estrangeiros (INE, 2017: 12-13 e 16-18): por exemplo, para nacionais e num mínimo

⁵ Definido pelo INE (2017: 8) como o indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Poderá também prolongar a estadia mas a contagem será sempre por dia de dormida.

de duas (2) noites, Província de Inhambane (7,7); Cidade de Maputo (1,6); Província de Nampula (1,3). Para os estrangeiros, destaca-se a Província de Maputo (4,9), Inhambane (3,6), Cidade de Maputo (1,4); Nampula (1,1). As províncias de Nampula e Manica, quer para nacionais quer para estrangeiros apresentam a menor média. Isto pode significar a necessidade de se repensar o turismo praticado nestas e noutras províncias com baixos níveis de estadia, o que abre espaço para mais reflexões sobre a possibilidade de implementação do Turismo Diferente apresentado nesta Dissertação. Assim, em termos gerais, a Cidade de Maputo ressalta como uma das principais escolhas em termos de hospedagem, tanto para nacionais (42,7%) como para estrangeiros (71,6%), perfazendo um total de 56,4% de hóspedes.

Em relação ao emprego (INE, 2017: 22-27), o Sector do Turismo emprega por província e distinguindo entre homens e mulheres: Cidade de Maputo 41,9% de homens e 46,3% de mulheres; Província de Maputo 4,8% de homens e 5,2% de mulheres; Inhambane 8,7% de homens e 5,9% de mulheres; Nampula 5,6% de homens e 3,8% de mulheres. As províncias foram escolhidas aleatoriamente. Percebe-se alguma diferença entre homens e mulheres. Para estas, a percentagem vai reduzindo nas províncias do centro e norte, provavelmente relacionadas com as questões culturais que colocam a mulher em posição de economicamente subalterna. Esta conclusão não é abonatória em termos da teoria de empoderamento da mulher. É uma suposição para cuja argumentação não encontramos espaço nesta Dissertação.

Em termos gerais, sem distinguir a mão-de-obra por sexo, tem-se um total de 43,3% de trabalhadores na Cidade de Maputo; 9% na Província de Gaza e 7,8% na Província de Inhambane. Refira-se a possibilidade de existência de trabalhadores sazonais, pois entre os meses de Maio-Junho/Julho, período de férias na maior parte do Mundo, há um aumento de turistas estrangeiros e consequentemente de trabalhadores. Outro aumento de trabalhadores acontece entre Novembro-Janeiro, período de férias em Moçambique, o que faz aumentar os turistas nacionais e também o número de trabalhadores. Esta oscilação em termos de efectivo laboral, pode revelar problemas de planificação ao não se ter em conta momentos de auge do turismo face aos recursos existentes. Mas também poderá significar uma maior racionalização em termos de gastos com pagamento de remunerações. De qualquer das maneiras abre-se espaço para

lacunas em termos de prática, experiência e qualificação dos trabalhadores deste sector, pois não haverá regularidade em termos de prestação de serviços.

Sobre o Volume de negócios em relação à acomodação e restauração (INE: 2017:28), a Cidade de Maputo apresenta um total de 73,2%; Cabo Delgado 5,7%; Gaza 3,5%; Niassa 0,6%; Tete 1,2%; Nampula 2,3%; Maputo Província 2,0%; Sofala 1,7%; Manica 2,9%; Inhambane 2,9%. Podemos então afirmar que percentagens tão díspares podem revelar o fraco nível de competitividade do sector de turismo em Moçambique. Se considerarmos a competitividade como um elemento impulsionador do desenvolvimento económico, estaríamos certos por conseguinte de afirmar que o “estágio emergente” com que o PEDTM II caracteriza o Turismo em Moçambique, deriva de um certo comodismo de quem pensa e implementa programas turísticos.

Não obstante, o PEDTM II (2015:1) idealiza alguma mudança de atitude á vários níveis. Por exemplo, este plano define como áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo nacional, os seguintes locais: Pemba (Arquipélago das Quirimbas), Nacala e Ilha de Moçambique; Vilankulo (Arquipélago do Bazaruto); Gorongosa (Reserva de Chimanimani); Cidade de Maputo; Reserva Especial de Maputo e Ponto D’Ouro. Destaca ainda a promoção do interesse turístico em actividades de mergulho, desportos náuticos, “estadias de luxo nas várias ilhas” nacionais, pacotes de férias de curta duração nas cidades, actividades do Turismo de Praia “de valor médio”, o Turismo de Aventura “para exploradores de elevada renda”, Turismo de Negócio e Turismo de Natureza. Sem merecer lugar cimeiro, encontram-se as actividades culturais, o que faz pensar sobre o lugar e papel atribuído à Cultura como elemento de atracção turística.

Com o posicionamento oficial proposto através do PEDTM II, já se percebe ter havido uma reflexão sobre a necessidade de se repensar o Turismo de modo á que este se adapte às tendências e exigências de um Mercado cada vez mais competitivo á nível interno e ou externo. De alguma forma fica implícita nesta chamada para mudança de atitude e de estratégias, a necessidade de inovação que sustenta a Dissertação em mãos.

As estratégias ora propostas, de modo a materializar o que se pode chamar de nova face do turismo nacional, passariam por: (i) melhorar as vias de acesso aos locais turísticos; (ii) estar atento á dinâmica da demanda do mercado interno; (iii) desenvolver atracções de Turismo Cultural e eventos afíns; (iv) facilitar investimentos na área turística; (v) melhorar a qualificação dos trabalhadores do sector; (vi) reforçar as relações entre o sector público e o sector privado, entre outros aspectos (PEDTM II, 2015: 2). Não é objectivo desta Dissertação discutir a exequibilidade ou não destas estratégias. O foco é mostrar ter havido um impulso para a inovação ao se repensar a prática do turismo em Moçambique.

É assim que no âmbito da Dissertação, ainda no contexto das estratégias acima mencionadas, iremos destacar as seguintes: (i) a redução dos custos das passagens aéreas e da burocracia no processamento de Vistos de entrada no território nacional; (ii) a garantia da qualidade e sustentabilidade dos empreendimentos turísticos; (iii) a qualificação da massa laboral do sector de Turismo e (iv) a perspectiva de reforço do “valor da marca e imagem de Moçambique” (PEDTM II, 2015: 2). Considera-se serem estes os elementos-chave para a implementação de um turismo nacional que reflecta Valores, Princípios e Identidade de um país culturalmente diverso. Esta diversidade cultural é o mote para a valorização do que é local, da inovação e do Turismo Diferente/Contextualizado.

Portanto, para sistematizar as principais ideias deste segundo capítulo, pode-se concluir que o percurso histórico do turismo levanta debates importantes que iniciam com a definição do que chamar ou não de turismo. Fica assente que parece haver algum consenso na perspectiva de relacionar o surgimento e desenvolvimento do Turismo com os vários impactos da Revolução Industrial.

O que pudemos demonstrar no presente capítulo, face aos debates acima referidos, é que independentemente da definição que queiramos atribuir á este conceito, a sua sobrevivência ao longo dos tempos para se tornar tal como o conhecemos hoje, ficou a dever-se à sua capacidade de adaptação. A actividade turística teve que se adaptar á diferentes formas de concepção, de implementação e, sobretudo de gestão, ao mesmo tempo em que se diversificava e alargava o perfil e interesses dos turistas. Atendendo à noção de inovação, que sustenta esta Dissertação,

foram usados instrumentos reguladores internacionais sobre Turismo. O objectivo era demonstrar como a partir de uma mesma base (normas, procedimentos e directrizes) se poderia implementar vários tipos de turismo, privilegiando sempre o carácter diferencial e inovador.

Em relação à Moçambique e repisando a dificuldade em estabelecer o início da prática de turismo em Moçambique, trouxemos um percurso histórico à luz do sentido de inovar, de fazer diferente. Nesse sentido, foram analisadas duas fases. A primeira diz respeito ao período colonial, focado sobretudo para demonstrar como muitos dos procedimentos, ideias e estratégias de implementação da actividade turística são produto ou inspiração do período colonial. Foram destacados, nesse contexto, alguns aspectos legislativos.

A segunda fase é relativa aos quatro (4) governos do pós-independência. Percebe-se em cada um deles um legado muito particular, decorrente do contexto sociopolítico e económico durante sua vigência. No final, foi possível perceber elementos comuns ou subsequentes que reforçam a capacidade de adaptação da actividade turística, referida em relação ao Mundo no geral.

Aspecto adicional ao estabelecimento do percurso histórico do turismo aqui apresentado é a menção aos dados turísticos. Focando aspectos basilares como alojamento, emprego e volume de negócios, procuramos espelhar através destes dados aquela que é a essência do turismo nacional. Demonstramos, acima de tudo, que o relativo comodismo de quem opera neste sector conduz à visão de um turismo promissor mas que se reflectido com mais profundidade, revela haver ainda muito por se fazer para alavancar de facto o Turismo em Moçambique.

Assim sendo, o presente capítulo pretendeu demonstrar que o percurso histórico do Turismo, em Moçambique e no Mundo, pela sua capacidade de adaptação, foi-se diferenciando e distinguindo com base na valorização de interesses, procedimentos, estratégias e normas diversas. Todos estes aspectos precisaram ser repensados para dessa maneira garantir a acima referida sobrevivência da actividade turística. Esta constatação irá assim reforçar a perspectiva de Turismo Repensado e, por tal Turismo Diferente/Contextualizado, que dá título à esta Dissertação.

Cap. IV- Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo e Ilha de Moçambique: Exemplos de Turismo Inovador que se tornou “diferente”

O desenvolvimento do Turismo Urbano na Cidade de Maputo permitiu que se definisse o Bairro da Mafalala como potencial foco turístico. O desafio seria desmistificar a visão da Mafalala como bairro perigoso e fazer reacender toda a sua importância como um dos locais de eleição de migrantes nacionais e estrangeiros, o que contribuiu para a diversidade cultural que caracteriza este bairro. A paisagem arquitectónica, a história de vida de figuras proeminentes nascidas e vividas neste bairro⁶, a miscigenação de culturas, ideologias e práticas confirmaram o potencial turístico deste bairro e tornaram-no exemplo de turismo inovador.

A Ilha de Moçambique por representar um testemunho edificado de uma história secular da penetração e presença colonial portuguesa em Moçambique que se reflecte na paisagem urbanística e na miscigenação cultural local, sempre foi um foco turístico nacional. Este potencial turístico foi-se adaptando á diferentes contextos sociopolíticos e económicos mas mais recentemente encontrou-se na requalificação dos edificios, maioritariamente históricos, uma forma inovadora de repensar o turismo local. É assim que o Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo e a Ilha de Moçambique, na Província de Nampula, são escolhidos como objectos de estudo da presente Dissertação.

Ambos configuraram como espaços que demonstram práticas de um turismo que apela á criatividade e á inovação. A reinvenção de práticas, Saberes e perspectivas em relação ao Turismo, tem feito das duas cidades pontos de referência turística nacional e com alguma influência no turismo regional. E para reforçar este posicionamento, o PEDTM II (2015: 12-13) reconhece tanto a Cidade de Maputo, incluindo o Bairro da Mafalala como a da Ilha de Moçambique como “locais com maior potencial para o turismo cultural” formalizando assim o seu papel como dois dos principais destinos turísticos nacionais. Ademais, o documento que estamos a citar (PEDTM II: 71-73) considera as duas cidades como elementos fundamentais para alicerçar uma experiência turística de carácter transnacional, reforçando os desígnios políticos relacionados com a integração regional.

⁶ Como por exemplo, Joaquim Chissano, Noémia de Sousa, José Craveirinha, Eusébio da Silva Ferreira.

4.1- O Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo

A Cidade de Maputo é a capital do país. É uma cidade rica em termos de oferta e diversidade de locais turísticos distribuídos pelos vários bairros desta urbe. O facto de ser a capital do país cria facilidades em termos de logística e oferta para a realização de festivais, sendo que alguns deles até atingem uma abrangência regional e internacional (por exemplo o *AZGO*, *Zouk*, *Msaho*). A grande, senão a maior concentração de Museus nesta cidade, faz de Maputo um ponto de referência cultural e turística. A acrescentar, a Cidade de Maputo tem muita diversidade cultural, é local de eleição para festivais internacionais, recebe cruzeiros, tem praias, tornando-se numa ponto preferencial para turismo urbano, tem muitos locais de diversão nocturna e turística (sendo até conhecida como a “cidade que não dorme”).

Pode-se também dizer que a cidade é uma espécie de mosaico cultural pois tem um pouco da cultura de cada canto do país, tem vários monumentos de natureza e função diversas, tem imponentes locais históricos, tem a Estação central dos CFM, a Casa de Ferro, tem a Sé Catedral, tem edifícios de Pancho Guedes, apenas para citar alguns dos mais emblemáticos edifícios desta cidade. Maputo tem igualmente facilidades de acesso por via terrestre, aérea, marítima e ferroviária, pressupondo-se assim várias alternativas em termos de meios de transporte, fora o facto de o maior e principal aeroporto nacional se encontrar nesta cidade. Apresenta uma grande diversidade em termos de acomodação e de restauração. Portanto, a Cidade de Maputo tem muitos ícones turísticos.

A proximidade com cidades sul-africanas como Johannesburg, Nelspruit ou Pretória torna a Cidade de Maputo um ponto de passagem turística quase que incontornável para o turista que decida fazer seu percurso á pé ou de automóvel. Toda a dinâmica referida acima forçou, de certa forma, alguma intervenção governamental mais focada no desenvolvimento da actividade turística local. A aprovação e implementação do Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo, em 2015, fazendo valer a relação entre requalificação dos espaços, valorização patrimonial e turismo, pode ser usado como um bom exemplo (Carrilho & Lage, 2018: 39). Á olhos vistos esta cidade foi crescendo no âmbito imobiliário, tornando-se regular o investimento no sector hoteleiro, de restauração e áreas afins. A transformação do Parque dos Continuadores

de uma associação local que junta habitantes e amigos da Mafalala para reavivar a importância histórica-cultural deste bairro e assim maximizar o seu potencial turístico.

Esta estratégia tem demonstrando como a valorização dos recursos locais, de forma integrada e criativa pode ser uma importante estratégia para um Turismo Cultural Repensado. Esta experiência turística do Bairro da Mafalala é mundialmente citada, como por exemplo pelos Canais VOA (www.voaportugues.com) e Globo (www.oglobo.com/cultura), como exemplo de destaque turístico brilhante e inovador. A história deste bairro confunde-se com a história cultural e política de Moçambique, por ter sido berço de figuras proeminentes. A imagem abaixo representa um resumo, podendo-se visualizar as figuras dos poetas Noémia de Sousa, José Craveirinha, do Presidente Samora Machel e do futebolista Eusébio da Silva Ferreira ou simplesmente, o *Pantera Negra*.

Fig. 1- Nomes históricos relacionados com o Bairro da Mafalala



Fonte: Foto de Marcéli Torquato, citado pelo Jornal brasileiro O Globo, tirada numa escola no Bairro da Mafalala.

Este discurso sobre estas e outras personalidades inclusive Wazimbo e Fany Mpfumo, destacáveis cantores nacionais, chegou a tornar-se rotineiro, desmotivador e entediante, como referem alguns relatos de turistas. A forma como a história da Mafalala era contada não motivava

interesse nem aos nacionais não residentes deste bairro. A “fama” de ser um bairro com grandes concentrações de gente de má conduta e de índole criminosa, mais a difícil circulação por entre as imensas casas fora as questões de saneamento como água acumulada e a ocupar os espaços que deveriam ser para a circulação de pessoas, não fazia crer que hoje em dia o Bairro da Mafalala pudesse ser uma referência turística da Cidade de Maputo e sem dúvida, de nível nacional.

Este reconhecimento em relação ao potencial turístico da Mafalala, atinge dois momentos importantes: (i) em 2010, quando o Bairro da Mafalala passa a fazer parte incontornável do roteiro turístico na Cidade de Maputo, destacando-se então a realização da 1ª edição do Festival Mafalala, no âmbito do Projecto Mafalala Turística (noticias.sapo.mz); (ii) em 2016, com o lançamento do Projecto *Mafalala, Destino Turístico de Excelência*, pelo Ministério da Cultura e Turismo (Jornal *Magazine Independente*, de 30.03.16).

O trabalho desenvolvido pela Associação IVERCA (www.iverca.org) formada por estudantes e profissionais ligados á questões turísticas e de património, contando com o apoio de residentes deste bairro, sobretudo os “mais antigos”, permitiu mudar a imagem da Mafalala. Em entrevista ao *Jornal Magazine Independente* (30.03.2016), o Coordenador da Associação IVERCA, Ivan Laranjeira, refere a implementação de vários projectos que contribuem para a materialização do programa turístico da Mafalala: (i) introdução do roteiro turístico local denominado *Mafalala Walking Tour* (passeios turísticos). Esta iniciativa pode ser considerada como uma forma original e criativa de vencer o obstáculo da dificuldade de movimentação local, pelo facto de as ruas do bairro se terem tornado estreitas à medida que o bairro ia aumentando a sua densidade populacional. (ii) criação do Festival Mafalala, que combina a exaltação das manifestações culturais e práticas locais muito próprias, com destaque para a gastronomia, Dança *Tufo*, *Marrabenta* e outras actividades que foram notabilizando este bairro e seus habitantes. (iii) iniciativas comunitárias, como a abertura da Biblioteca Comunitária da Unidade 23, a inclusão da apresentação de grupos culturais locais durante os passeios turísticos pelo bairro; (iv) o então projecto de criação de um museu local, já numa fase adiantada de implementação. São apenas alguns exemplos que servem para reforçar a escolha do Bairro da Mafalala como um exemplo de Turismo inovador, repensado e por isso, Turismo Diferente/ Contextualizado.

Fig.2 – Sobre o passeios turísticos no Bairro da Mafalala



Fonte: [ww](http://www.iverca.org)

[w.iverca.org](http://www.iverca.org)



Fonte: www.iverca.org

Estas fotografias foram estrategicamente seleccionadas. Elas validam a posição defendida nesta Dissertação de que a criatividade, o desejo de inovar e o uso de tecnologia, sobretudo da *Internet*, são factores suficientes para fazer diferença. Sem muitos recursos em termos de logística, a Associação IVERCA fez Moçambique e o Mundo repensarem o potencial turístico do Bairro da Mafalala. As mudanças propostas surtiram efeito. Já não se fala apenas do passado mas

de um presente muito vivo e por isso bastante atractivo. As fotos abaixo comprovam uma paisagem histórica-urbana local que nos remete à concepção de *Património Vivo*, o que maximiza o potencial turístico da Mafalala Turística vai mudar o conceito de fazer turismo em Maputo, em Moçambique. Levou as pessoas do bairro a contar suas histórias de vida misturadas com os sabores gastronómicos muito típicos, com as danças e trajes que emprestam cor e vida á Mafalala renovada pela criatividade. É um exemplo de empreendedorismo e de demonstração de que fazer diferente é desafiante mas no final compensa. É exemplo de que não se precisa seguir o padrão, o habitual e nem depender do orçamento do Estado para tomar iniciativa de mudança, de inovação.

Fig.3- O *Património Vivo* da Mafalala



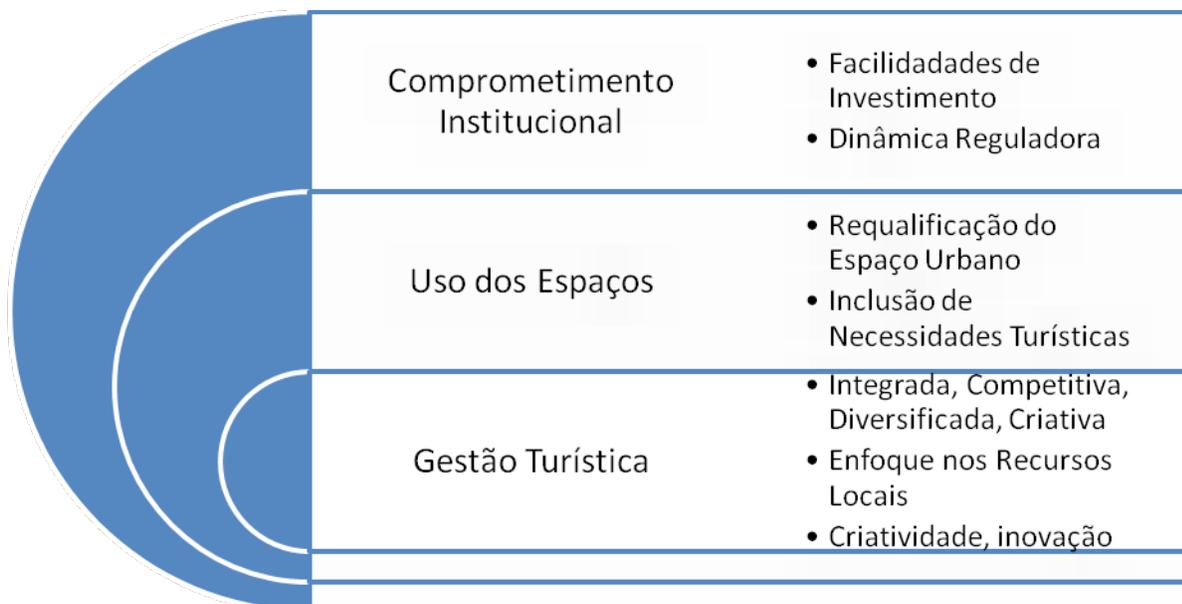


Fo

ntes: www.iverca.org; vivermaputo.com; www.mafalala.com; mosanblog.wordpress.com

Pensou-se e implementou-se inovação, houve mudança de atitude, houve criatividade, potencializou-se as plataformas de comunicação digital para maximizar os recursos locais, valorizou-se a cultura, história e património local transformando-os em produto turístico. A referência nacional e internacional ao projecto *Mafalala Walking Tour*, desta associação, inclusive com nota positiva em *sites* de divulgação turística, como o *TripAdvisor* (www.tripadvisor.com.br) fazem-nos crer que o Turismo Repensado e por isso Diferente, foi e está a ser implementado no Bairro da Mafalala. Deste modo, o esquema abaixo resume aquelas que são consideradas no presente trabalho, como as bases sobre as quais se renovou um turismo típico do meio urbano, de uma cidade capital nacional, num turismo renovado, inovador e por isso diferente e contextualizado. Mais uma vez, o exemplo da Cidade de Maputo é ditado como basilar para se perceber a importância de se valorizar e usar recursos locais para responder necessidades locais.

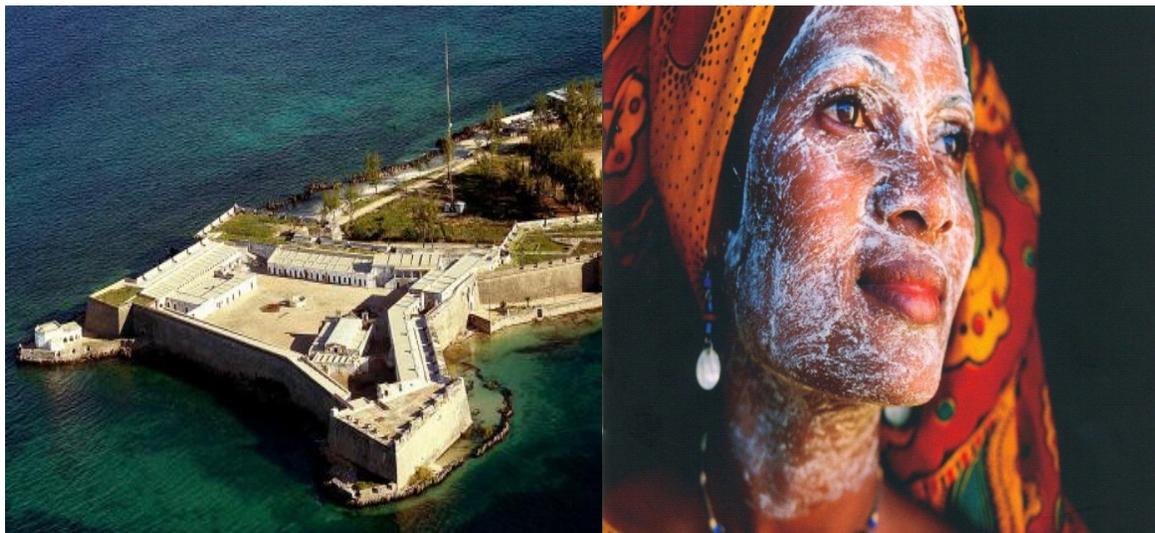
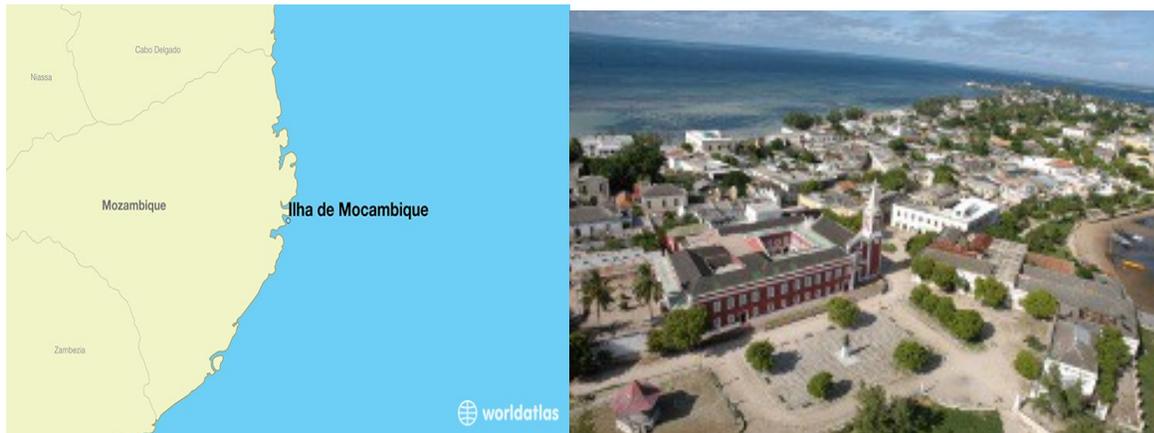
Esquema 2 – Pilares da “Reinvenção” da Cidade de Maputo, a exemplo do Bairro da Mafalala



4.2- A Ilha de Moçambique

A Ilha de Moçambique está localizada na Província de Nampula, no Distrito do mesmo nome, ocupando uma área de cerca de 245km², com uma população estimada em 2017, em 15.705 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2007 (Matsui, 2017: 3). A ilha divide-se em vários bairros mas para os efeitos desta Dissertação iremos nos cingir no Bairro do Museu, no norte da ilha conhecido como área administrativa e o Bairro de Macúti, no sul, que sempre foi zona residencial para os nativos (Matsui, 2017: 4).

Fig.4: A “Imagem turística” da Ilha de Moçambique



Fontes: www.ilhademocambique.co.mz; Wordlatlas; flickr.com; mz.geoview; macuablogs

A Ilha de Moçambique remete-nos á um cenário similar ao da Cidade de Maputo. A Ilha de Moçambique distingue-se por uma história de encontro de culturas nativa-Macua, indo-árabe, Swahili e portuguesa que traz á este lugar um misto de manifestações culturais, artísticas, ideológicas, arquitectónicas e gastronómicas. Ter sido a primeira capital de Moçambique e

declarada em 1991 como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO, torna ainda mais peculiares os 3 km de comprimento desta ilha (DNPC/UNESCO, 2014:12). A Ilha de Moçambique tem uma diversidade de museus que contam histórias de Moçambique e do Mundo.

A arquitectura típica é caracterizada por casas de macúti e de pedra e cal. Macúti é material típico de construção local, usado para a cobertura das casas ou palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal, que por regulamento urbano colonial distinguia esta zona habitacional como especificamente para os “indígenas”, ao passo que as casas de pedra e cal seriam para a “população de expressão portuguesa” (Hoougaard, 2018: 138). A praia, a Fortaleza de São Sebastião (um dos destaques em termos de “imagem turística” que se tem desta ilha- Vide foto acima), a dança tufó e as cores vibrantes dos trajes locais, são elementos que se destacam em termos de atractivo turístico (Hougaard, 2018). Muitas vezes considerado como factor negativo e não “cultural”, destaca-se o fecalismo á céu aberto. A explicação para esta prática não cabe nesta Dissertação, mas não deixamos de referir que visual e turisticamente não é uma imagem abonatória.

Fig.5: Casa típica coberta por macúti.



Fonte: mz.geoview.info

Fig.6: Distinção entre bairros de macúti e do Museu (de pedra e cal)



Fonte: www.ilhademocambique.co.mz

A heterogeneidade cultural típica desta Ilha, pelo seu peso sociocultural foi sendo manipulada ao longo dos tempos para servir interesses políticos distintos (Jopela, 2015). No período colonial serviu para demarcar espaços entre os nativos e não nativos, bem como para passar uma falsa imagem de abertura do governo colonial á possibilidade de convivência intercultural face ao desenvolvimento de ideias nacionalistas. No período pós-independência, a Ilha de Moçambique simbolizou marca indelével da segregação colonial, sendo que a distribuição, forma, tipo e cuidados em termos de conservação das casas locais constituíram-se em evidências dessa história (Hougaard, 2018: 139-140). A autarcização também tem suas marcas na Ilha, dado que durante o

período em que esteve sob gestão da Renamo (2003-2007) a Ilha foi de certa forma “esquecida” em termos de acções de desenvolvimento local (Jopela, 2015: 48-49).

Entretanto, em qualquer um dos cenários acima foi impossível não perceber o potencial turístico da Ilha de Moçambique, sobretudo em termos de paisagem natural e do património edificado. A construção da ponte que liga a Ilha ao continente, em 1967, a criação do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977) e depois do Gabinete de Restauro⁷ (1980) deram mais visibilidade á esta Ilha, atingindo o auge em 1991 com a nomeação como Património Mundial (Hougaard, 2018: 140-141). Em 1998, Carducci (1998: 8), refere já haver preocupação acrescida em relação ao desenvolvimento do turismo local, sobretudo em termos de impacto. Continuando, Carducci (1998) sugere alguma cautela sobre um eventual *Turismo de Massas* e uma chamada de atenção em relação á possível “ameaça á conservação do património local”. Para concluir, Carducci (1998) sugere algumas inovações que poderiam contribuir para um turismo local de características competitivas: (i) melhoria de infra-estruturas, sobretudo aéreas, na parte continental para complementar o acesso á Ilha e respectiva acomodação; (ii) desenvolvimento de um Turismo Regional, valorizando mercados como as Cidades de Nairobi e de Johannesburgo.

A criação do GACIM⁸, em 2007, a aprovação do (Decreto n°54/2016), Regulamento sobre Classificação e Gestão do Património Edificado e Paisagístico da Ilha de Moçambique (Carrilho & Lage, 2018: 40) são alguns dos indicadores da preocupação em relação aos aspectos relacionados com a conservação face á necessidades turísticas. Mais recentemente, através da página oficial do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (www.ilhademocambique.co.mz), percebe-se alguma preocupação em relação á informação turística (formas de acesso á ilha, preços, acomodação, restauração e pontos de interesse turístico). Apesar de a maior parte da população local não se dedicar integralmente ao turismo, mas sim á pesca, por exemplo, existe sempre a possibilidade de uma renda complementar advinda do turismo.

⁷ Na verdade esta instituição funcionou antes de 1980, mas sem muita visibilidade, o que muda com o reconhecimento “a nível superior” da “necessidade de uma planificação mais profunda” (Hougaard, J. 1981. In: Relatório Sobre os Trabalhos Feitos Pelo Gabinete de Restauro e Conservação da Ilha de Moçambique, no âmbito da Campanha Nacional de Preservação Cultural.

⁸ No âmbito da atribuição de Estatuto Especial á Ilha, pelo Decreto n° 27/2006, de 13 de Julho (Jopela, 2015: 48).

É consensual que a prática do turismo nesta ilha é dominada por turistas estrangeiros ou por turistas nacionais mas com algum rendimento acima da média. Os custos de transporte para acesso á Ilha (200,00Mt para transporte público; 3.500-22.000,00Mt para transporte privado, dependendo se é individual ou em grupo), por exemplo, podem ser uma forma de excluir a maioria dos potenciais turistas nacionais (www.ilhademocambique.co.mz).

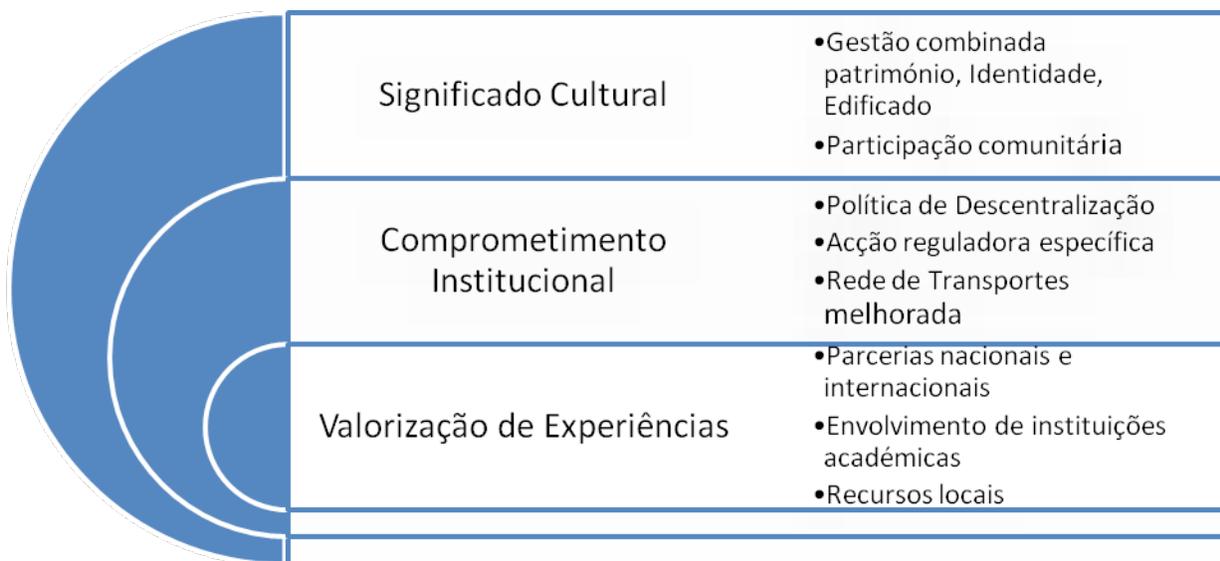
É praticamente no diverso património edificado local que assenta o turismo praticado nesta ilha, pelo que acções de gestão local não obstante todas eventuais limitantes serão e têm sido importante mais-valia para um desenvolvimento local sustentável e integrado. Esta perspectiva de descentralização, bastante apregoada ao longo desta Dissertação como um dos pilares para o sucesso da actividade turística, é partilhada por Jopela (2015). Assim se tornaria mais fácil explicar a implementação de um Plano de Acção para gestão e desenvolvimento da Ilha de Moçambique (2007-2011), que define medidas urgentes para reduzir a degradação dos edifícios da Ilha (Jopela, 2015: 48-49). Em todo este processo e citando o próprio Plano de Acção (2014:56-61), a participação comunitária e a valorização da identidade cultural local como importante atractivo turístico, seriam o grande diferencial para o turismo praticado nesta Ilha.

A gestão integrada da Ilha e do seu potencial turístico pode ser exemplificada pelo funcionamento da APETUR (Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo da Ilha de Moçambique), desde 2005 e em estreita colaboração com o Município local. Maioritariamente formada por mulheres, esta associação procura “reunir sinergias para o desafio de desenvolver e promover” a Ilha como “destino turístico regional, nacional e internacional” (www.ilhademocambique.co.mz). Tal como nos referimos anteriormente, as cores e “sabores” da ilha tornam o património local algo vivo, o que motiva um turismo diferente do praticado em outros locais. Isto permite tornar o turista cultural mais activo e interactivo, tal como previsto na Carta de Turismo Cultural, podendo aprender fazendo ou participando do quotidiano local. Esta possibilidade é também mencionada no Plano de Acção que temos estado a citar (2014: 61), ao fazer referência á implementação de *Homestays*, casas da comunidade onde o turista se poderia hospedar. Este facto responde às estratégias apresentadas nos esquemas 4 e 5.

Outro aspecto diferencial importante do turismo na Ilha de Moçambique é a possibilidade de combinação do património natural com o patrimonial. E porque a Ilha responde muito bem a posição defendida na presente Dissertação, de ciclo e continuidade em termos de pensar em fazer sempre mais e melhor e, portanto, fazer diferente, mais recentemente se tem idealizado um presente e futuro mais turística e patrimonialmente atractivos para a Ilha. Reforça-se a ideia de *Homestays*, com o projecto “uma casa, um estudante” idealiza-se uma rede de transportes mais eficaz e integrada, uma requalificação mais planificada dos espaços, bem como uma relação mais intrínseca entre os recursos ambientais, naturais, patrimoniais e turísticos (Calmeiro & Aboo, 2018: 77-83).

Portanto, o esquema abaixo resume a forma como o turismo na Ilha de Moçambique soube capitalizar os testemunhos de uma história de Moçambique e do Mundo que pode ser contada a partir da história da própria Ilha. Este aspecto torna o turismo praticado aqui, diferente do praticado em outros locais dado que a combinação da história oral local com os edifícios, com as danças e com a gastronomia fazem da Ilha de Moçambique um destino turístico de eleição. Para manter este estatuto a Ilha teve que se reinventar e adaptar-se á cada novo cenário que se lhe surgisse mas mantendo sempre o foco na sua importância turística.

Esquema 3- Pilares da “Reinvenção” da Ilha de Moçambique



Capítulo V- Estratégia para a Implementação de um Turismo Diferente/ Contextualizado

Apresentados os exemplos sobre o Bairro da Mafalala, na Cidade de Maputo e o da Ilha de Moçambique, apresentamos a seguir um conjunto de cinco (5) directrizes que respondem á preocupação central desta Dissertação sobre como implementar um Turismo Diferente/ Contextualizado em Moçambique. Esta parte da Dissertação poderia ser também ser chamada de recomendações, mas a opção pelo título acima constitui uma tentativa mais prática e objectiva de fazer vincar o conceito de Turismo Diferente/ Contextualizado. As directrizes serão a seguir apresentadas sob a forma de cinco (5) representações gráficas ou esquemas, sendo que cada uma faz referência á um aspecto específico e apresenta estratégias também específicas para a sua implementação. São elas:

- i- Inovar em Turismo;
- ii- Informação Turística a produzir e formas de divulgação;
- iii- Aspectos a considerar em termos de Facilidades Turísticas;
- iv- Repensar a Acomodação e a Restauração;
- v- “Oficinas Turísticas”.

5.1- Inovar em Turismo

O propósito de apresentação do primeiro esquema está relacionado com a necessidade de reforçar o argumento que norteia a presente Dissertação, no sentido de se repensar o Turismo Cultural praticado em Moçambique. De acordo com o esquema 1 o ponto de partida para se repensar o Turismo Cultural deve ser em simultâneo o ponto de chegada, ou seja, o sentido de inovar, de criar coisas, produtos e serviços que respondam á um turismo competitivo deve ser cíclico. Não deve haver, neste contexto, o posicionamento ou sentimento conformista de que já se fez o melhor. Há sempre algo mais que pode e deve ser feito. Neste contexto, encontramos o caso do projecto turístico da Mafalala. Este projecto notabilizou-se pela conjugação dos seguintes elementos: (i) disseminação turística através dos meios de comunicação físicos e virtuais; (ii) envolvimento e capacitação de membros da comunidade local em torno do Turismo

Cultural e Educação Patrimonial; (iii) incentivo á produção artesanal para fins turísticos e de auto-sustento; (iv) promoção de boas práticas para divulgação da riqueza gastronómica local.

Tal como referido o longo do trabalho, o posicionamento de empacotamento ou padronização do perfil de turista que visita Moçambique faz com que, erradamente, se generalizem perspectivas, recursos e ofertas. Pouco ou nada se faz no sentido de atender às actuais demandas do turista cultural, que ciente do seu papel activo e com poder de decisão sobre o que se oferece e como se oferece em termos de turismo, vai-se tornando cada vez mais exigente. Já não basta promover Turismo Cultural se este for réplica do turismo implementado em outro local, país ou região. É aqui que se encontra o cerne da ideia de inovar. Na necessidade de se reinventar ofertas e produtos turísticos a partir das histórias e manifestações artístico-culturais localizadas, específicas de um local e não assumidas como de todo o país, no caso específico de Moçambique. Desta forma, cientes da existência de uma diversidade de tais recursos turísticos, torna-se muito mais fácil combinar o Turismo Cultural com outros segmentos de turismo.

Por exemplo, no caso específico da Cidade de Maputo, a oferta cultural é e pode ser complementada pela oferta em termos de recursos ligados ao Turismo de Praia (praias da Costa do Sol, Macaneta, Inhaca, Catembe, por exemplo), Turismo Religioso (visita á monumentos de imponência arquitectónica como a Sé Catedral, Igreja da Polana, Igreja da Munhuana, Nossa Senhora das Victórias, Mesquitas diversas, Locais de Culto e de Peregrinação, como a Vila de Namaacha), Ecoturismo (Reserva Especial de Maputo, Ponta de Ouro), Turismo de Negócios (realização de Conferências e feiras de venda de produto diversos), entre outros.

Portanto, ainda que sob a capa de turista cultural, pela motivação da visita, este indivíduo pode beneficiar de experiências combinadas com elementos diversos, permitindo-lhe obter um conhecimento mais completo e abrangente do local que ele visita. Não perde o seu carácter de turista cultural mas ganha a posição de quem aprende e conhece a cidade de forma prazerosa e eloquente. Apesar de parecer difícil tal pode muito facilmente ser implementado se for concebido e materializado através de uma prestação de serviços e oferta com elevado nível de qualidade (o que não quer dizer necessariamente encarecer ofertas para lucrar mais e assim compensar os gastos). A noção de simplicidade deve ser tomada em conta, mas na perspectiva de que o luxo

também pode vir do que é simples. O recurso á mão-de-obra e recursos locais pode ser uma mais-valia neste toque de simplicidade. Entanto que uma actividade marcadamente competitiva, a busca por elementos diferenciais e não necessariamente caros e luxuosos, pode tornar este Turismo Cultural uma novidade que se pretende conhecer, explorar e difundir. Ao agir assim, garante-se que a *deselitização* desta actividade seja uma realidade, tal como referido anteriormente. Estaríamos a falar de um turismo acessível á todos, incluindo o turista nacional muitas vezes automaticamente excluído pelos preços exorbitantes, mas mantendo a qualidade de ofertas e serviços. O Turismo Cultural seria uma realidade cujos benefícios económicos locais, sobretudo, iriam para além dos “sonhos” plasmados nos documentos estratégicos deste Sector. Assim sendo, almejados aspectos concretos em termos de benefícios do Turismo Cultural estar-se-ia em condições, se devidamente planificado, de repensar ideias e estratégias de implementação de um Turismo que assentasse em aspectos locais, específicos para desse modo trazer soluções locais para problemas locais.

Esquema 4- Sobre o que se deve entender como inovar para um Turismo Repensado



Portanto, com o esquema 4 se comprova a necessidade de se reflectir sobre que tipo de Turismo Cultural é oferecido em Moçambique, que tipo de expectativas são depositadas neste turismo e o

que fazer para que o mesmo seja reconhecido como Turismo Cultural repensado, a partir da valorização de aspectos muito particulares da cultura e identidade nacionais. Estaria assim respondida uma das questões prementes deste trabalho.

5.2- Informação Turística e sua divulgação

Em relação à segunda questão ou segundo esquema. O início de qualquer actividade passa pela informação que se produz, que se tem e que se recebe em torno da mesma. No turismo não é e não pode ser excepção esta forma estratégica de proceder. A oferta e o produto turístico só são e podem ser validados se houver conhecimento da sua existência. Pode-se então dizer que é aqui que se começa a desenvolver a actividade turística e não necessariamente quando o turista chega ao seu local de destino.

No entanto, estas constatações são muitas vezes descuradas. Uma vez assume-se que divulgando uma vez já se terá feito o suficiente em termos de disseminação turística e apenas se aguardaria pela chegada dos turistas. Outras vezes ainda prefere-se não fazer muito esforço nesse sentido porque vai encarecer o custo de produção e, conseqüentemente, vai-se lucrar menos.

Esta reflexão pode ser contextualizada em relação ao Balcão Turístico da Cidade de Maputo. A sua página na rede social *facebook*, importante instrumento de divulgação turística, não demonstra a riqueza patrimonial, cultural e turística que caracteriza Maputo. Enfatiza os Mapa de Arte mas não destaca aspectos complementares sobre alguns locais largamente reconhecidos como pontos turísticos de eleição, como é o caso do Bairro da Mafalala. Nem a menção à existência de Walking Tours na Cidade de Maputo nos remete aos passeios turísticos na Mafalala.

A visão materialista, de busca pelo lucro de muitos gestores ou agentes turísticos contribui sobremaneira para que se tenha um “falso desenvolvimento” do turismo. Em outras palavras, constrói-se uma abordagem de turismo que não tem bases sólidas quer em termos de investimento quer em termos de rendimento. Resultado maior e constrangedor, olhando para o caso de Moçambique, é que decorridos 43 anos de independência, depois de muito discurso político apregoando a importância do Sector do Turismo para a economia nacional e após muitas

boas intenções não tão bem planificadas, considera-se que o Turismo em Moçambique se encontra num “estágio emergente” (Vide Planos Estratégicos). Deste modo e conforme abordado ao longo da Dissertação, há que inovar e reflectir sobre que tipo de informação turística é produzida e difundida em e sobre Moçambique. Um bom ponto de partida passaria por desmistificar o posicionamento de que difundir turismo sobre Moçambique é algo homogéneo ou padronizado, muitas vezes resumido em “muitas praias, muito sol, mosaico cultural e gastronómico”.

É preciso ter em conta as potencialidades turísticas que sendo nacionais por Soberania, são contextualizadas pelo Valor, importância e influência que exercem sobre um determinado local ou comunidade. Por não se respeitar o ponto anterior, tem-se muitas vezes mapas de cariz turístico que apenas repetem o que outros mapas e experiências referem. Não se faz estudo de viabilidade de mercado, não se pesquisa sobre pontos turísticos alternativos aos já imensamente conhecidos, não se valoriza novas iniciativas, quer pelo risco de investimento que representam quer pelo facto de aumentarem a competitividade num mercado muitas vezes assumido como já “dominado”. Repensar para inovar é uma ferramenta muito importante para inverter este cenário.

A imperiosa combinação entre desenvolvimento tecnológico e a actividade turística é muitas vezes descurada em Moçambique e o turismo no Bairro da Mafalala confirma esta importância, quer através da Associação IVERCA quer por *sites* como o da Marktour (www.marktour.co.mz). A informação turística que muitas vezes é produzida nem sempre reflecte o facto de hoje em dia o turista guiar-se pelo uso de recursos como o GPS, quer pelo telefone quer no carro. A indicação exacta das coordenadas do destino turístico deve merecer melhor atenção por parte de quem difunde informação turística (Santos: 2012: 57). O turista cultural e não só, tem tendencialmente se aventurado sozinho em actividades turísticas e valendo-se apenas de recursos tecnológicos. Assim, é importante inovar para responder também as necessidades deste turista aventureiro.

Ainda sobre a localização, poucas ou nenhuma vez se tem em conta a indicação e a designação local dos pontos turísticos. Mais recorrente em regiões de interior, quando consultados sobre o nome e significado dos locais de atracção turística, a Comunidade não se

revido nas designações de fórum turístico, não estará em condições de colaborar na localização desse ponto turístico. Uma estratégia importante e de carácter integrado, seria a inclusão da designação de pontos turísticos a partir das línguas locais e não apenas em Língua Portuguesa e ou Inglesa, por exemplo. Para o turista, este aspecto linguístico é uma mais-valia para o seu processo de aprendizagem, enquanto que turista activo (disposto a aprender enquanto faz turismo, tal como já definido anteriormente e de acordo com os preceitos da Carta de Turismo Cultural) e não meramente um simples visitante, um turista passivo como o foi durante muito tempo.

A imagem de fora para dentro em relação à África e à Moçambique em particular é muitas vezes pejorativa. Ainda que se divulgue todo o potencial turístico nacional, esta informação é depois acompanhada por uma série de estereótipos: muitas doenças, problemas de saneamento, insegurança alimentar e militar, altos índices de criminalidade e todo um conjunto de elementos que pintam um quadro muito negro da realidade moçambicana. Esta imagem pouco abonatória não favorece a imagem de Moçambique como destino turístico. Inovar aqui é urgente e imperioso.

Um dos principais exemplos de inovação bem-sucedida em resposta às inquietações acima diz respeito ao sucesso que o Projecto Mafalala Turística trouxe com o *tour* por este bairro emblemático. A partir da sua página *Web* a Associação IVERCA conseguiu difundir uma imagem menos negativa de um bairro até então temido pelos índices de criminalidade que constituíam um entrave em termos de circulação até para os próprios moradores. Através do que designa como *Turismo Comunitário* ou *Turismo Histórico-Cultural Suburbano* (www.iverca.org) este projecto criou bases para que este bairro passasse a ser visto sob outra perspectiva, tornando-se hoje em dia em uma referência incontornável em termos de turismo na Cidade de Maputo e em Moçambique, no geral.

Para o caso da Ilha de Moçambique, a inovação aconteceu em termos de a imperiosidade de se repensar o marketing turístico relativo à esta Cidade. Foi uma forma de responder ao *10º Projecto Estruturante*, relacionado com estratégias para tornar a Ilha de Moçambique mais atractiva do que é e sempre foi (Calmeiro & Aboo, 2017: 82). Os autores apresentam um total de quinze (15) Projectos Estruturantes, cada um deles dizendo respeito à uma área específica:

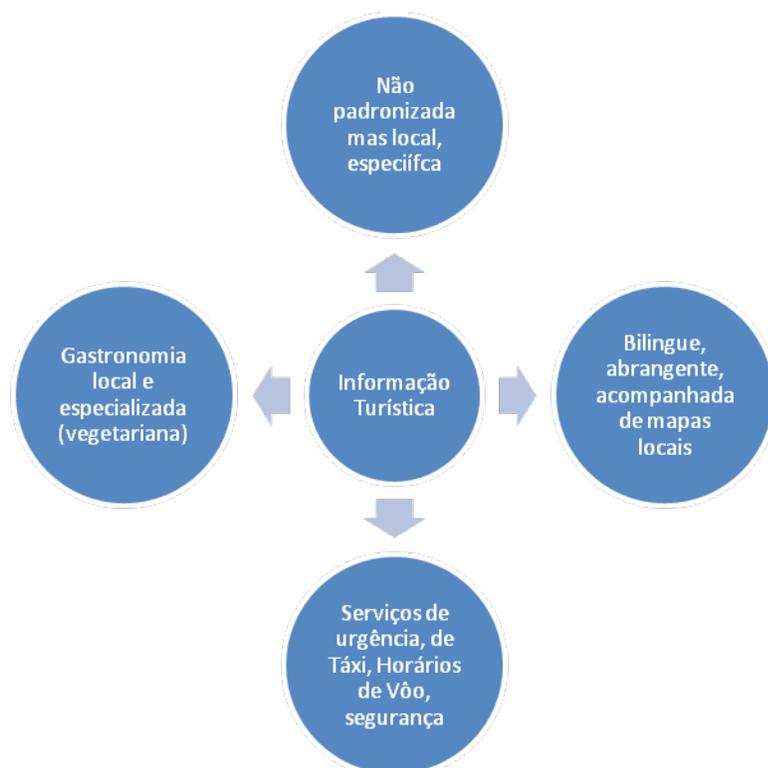
mobilidade, ligação ao continente, Rede de transportes públicos, Valorização da Habitação do tipo *Macúti*, infra-estruturas, habitação comunitária, Mercado para venda de pescado, empreendedorismo, atracção turística, requalificação das praias, desportos náuticos, qualificação de espaços públicos, reflorestamento e reabilitação do edificado (Calmeiro & Aboo, 2017: 78-84).

Mais atractivo também se torna o potencial destino turístico que se antecipa, estrategicamente, em termos de informação (Santos, 2012: 58). Há, nesse sentido, alguns aspectos muitas vezes relevados para segundo plano, como por exemplo: (i) as indicações do tipo de traje que não pode ser usado em certos locais, de modo a não ferir Valores culturais locais; (ii) a indicação prévia de locais em que não se pode tirar fotos ou fazer vídeos, sobretudo nos dias de hoje em que as Redes Sociais se alimentam deste tipo de material; (iii) a indicação de elementos gastronómicos muito típicos de um local, a indicação de locais de confecção de comida especializada (vegetariana, *vegana*, sem glúten, *Light*, por exemplo); (iv) a indicação de certas práticas contrárias aos costumes locais, entre outros aspectos.

As cautelas acima sugeridas podem ser percebidas como aspectos bastante sensíveis que quando desconhecidos pelo turista se tornam num verdadeiro embaraço, criando uma situação de desconforto perante as pessoas que vivem nos locais que esse turista visita. Este aspecto, mais uma vez, revela a importância crucial de uma planificação bem cuidada, abrangente e inclusiva para o sucesso de qualquer que seja a oferta turística.

O cumprimento destas estratégias poderia resultar num maior aproveitamento das potencialidades locais, num maior reconhecimento de Princípios e Valores locais e assim facilitar a convivência entre o turista e o nativo, sem os habituais choques culturais que depois acabam por desmerecer o momento de lazer que deveria ser a actividade turística. Isto faz-nos concordar com Samora Machel (1976: 27) ao afirmar que a imagem que o Sector do Turismo passa para os turistas é também a imagem do país em si. E tal como refere o PEDTM I (2004-2013: 41), o facto de a imagem e posicionamento de Moçambique como destino turístico “permanecer obscura” constituiu um dos constrangimentos para o desenvolvimento do Turismo nacional.

Esquema 5- Sobre o que se deve considerar em termos de informação turística



Portanto, as estratégias referidas nos parágrafos acima, revelam a importância e o peso da informação turística para alavancar, diversificar e manter os níveis de competitividade necessários para um turismo cultural que inove para se posicionar como diferente. É assim que o esquema cinco apresenta algumas propostas para um melhor uso do que se produz em termos de informação turística nacional, de modo a contribuir igualmente para um sector turístico competitivo e economicamente viável. A informação turística assim planificada permite a implementação de programas de Educação Patrimonial. O Património local, tanto do Bairro da Mafalala como da Ilha de Moçambique irá assim sobressair, não apenas como produto turístico mas também e, sobretudo, como suporte dos Valores identitários locais.

5.3- Aspectos a considerar em termos de Facilidades Turísticas

A terceira estratégia é sobre facilidades turísticas. O conceito de facilidades turísticas para os efeitos da presente Dissertação, diz respeito ao conjunto de acções e intervenções que de forma isolada e ou combinada, contribui para a fluência da actividade turística, desde a altura em que o

potencial turista se interessa em visitar um determinado local, passando por toda a tramitação processual inerente e conseqüente desfrute, até ao momento em que o turista retorna ao seu local ou país de origem. Nesse sentido e num paralelismo com o esquema anterior relacionado com a informação turística é importante que haja uma planificação atempada de aspectos cruciais, sobretudo os relacionados com as autorizações para se sair do país ou local de origem, circular pelo destino escolhido e regressar ao ponto de partida.

A tramitação de Vistos de Entrada e de Fronteira tem-se mostrado um verdadeiro *calcanhar de Aquiles* para quem se aventura em turismo. Para o caso de Moçambique em particular, as enormes filas e burocracia processual afim, as idas e vindas de balcões, a resiliência às facilidades que a tecnologia pode trazer, continuam a constituir uma imagem pouco positiva para quem quer fazer turismo no nosso país. É em torno desta constatação que através dos Planos Estratégicos do Sector, o Governo objectiva a “facilitação do acesso de turistas ao país” (PEDTM I, 2004: 15 e 42), como forma de sanar o constrangimento causado pelas “longas esperas”. Aqui também, continuando a citação, se encontram bases para o desenho de uma “má imagem” em relação aos serviços de fronteira nacional. A julgar pelas críticas menos positivas do PEDTM II (2015: 11 e 20) em relação ao processo de imigração e de acessos á Vistos de Entrada, considerando-o como “restritivo, de custo elevado” e às limitações tecnológicas, este aspecto persiste como um entrave ao desenvolvimento da actividade turística.

Para além da lacuna em termos procedimentos migratórios, o Sector dos transportes e Comunicações levanta outros problemas, que serão abordados citando o PEDTM II (2015:18-21). (i) A maior parte das estradas nacionais não está pavimentada e nem devidamente sinalizada, o que influencia negativamente na possibilidade de escolha de certos locais potencialmente turísticos mas com restrições em termos de acesso; (ii) a Rede Ferroviária sendo rigidamente estruturada em três (3) Corredores (Centro, Sul e Norte), limita eventuais prioridades em relação á ligações terrestres complementares; (iii) o sistema de Portos não prevê Terminal de Cruzeiros, descurando-se da grande vantagem moçambicana em termos de extensão costeira face á um mercado internacional de cruzeiros em franca ascensão, sobre a qual pouco ou nada se faz, inclusive aspecto tão simples quanto assistência em terra para os cruzeiros (PEDTM II, 2015: 25); (iv) a Rede Eléctrica não é abrangente nem satisfatória; (v) o abastecimento de

água e saneamento, apesar da tendência de melhoria, é contrastado pelo deficiente tratamento de resíduos sólidos e consequente aumento dos níveis de poluição; (vi) a grande dinâmica da telefonia móvel não é suficiente para elevar os níveis de qualidade, acesso e de distribuição da Internet, tão fundamental e incontornável nos dias de hoje quer para a disseminação turística, quer para o processo de selecção dos pontos turísticos a visitar.

Portanto, aspectos de fácil implementação são relegados, esquecidos, não priorizados e não implementados, muito provavelmente por influência do que se pode chamar de ditadura das prioridades governamentais. Deste modo, fica a impressão de que as acções desenhadas para os Planos Quinquenais são concebidas de forma centralizada, sem ter em conta a realidade e necessidades locais, não obstante haver um discurso político de descentralização entando que um dos pilares para a implementação dos objectivos preconizados em tais planos. Ademais, o PEDTM I (2004: 77) considera a descentralização como um dos elementos sob o qual se assenta o desenvolvimento do turismo, o que corrobora o argumento da presente dissertação de que o Turismo Repensado deve ser inovado tendo em conta soluções locais para problemas locais.

Um dos aspectos-chave que o documento que temos vindo a citar (PEDTM I, 2004) refere, está relacionado com o acesso aéreo. Caracterizado como caro e restritivo, este acesso condiciona uma escolha mais abrangente e integrada dos destinos turísticos. Relacionando o “elevado preço das passagens aéreas” com o monopólio da Companhia de bandeira nacional, a LAM, o PEDTM II (2015: 18-20), considera a liberalização do espaço aéreo nacional como uma das soluções para vários dos problemas que afectam o Turismo.

Pode-se citar como exemplos de tais problemas: (i) as limitações logísticas, tecnológicas e de serviços dos aeroportos dos locais de destino turístico, sobretudo em termos de (ii) capacidade para a recepção de voos internacionais, o que se reflecte em constantes (iii) atrasos nos horários dos voos, na (iv) fraca qualidade de serviços de apoio em terra e no ar, entre outros. Deste modo, fica assim patente que o nível de comprometimento institucional em termos de facilidades turísticas contribui negativamente para a melhoria da imagem turística de Moçambique. Ao contrário do que referem os documentos reguladores do Sector do Turismo, ao considerarem-no como um Sector Transversal por seu funcionamento estar, de certa maneira, dependente da

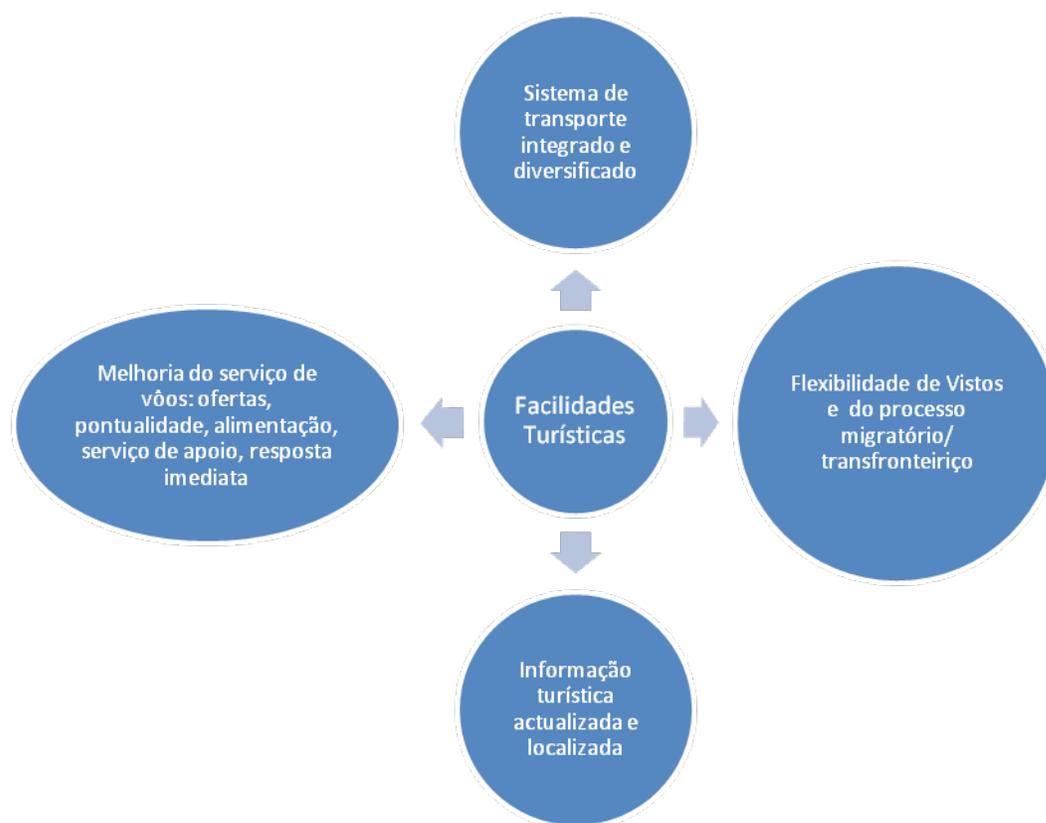
conjugação de acções e estratégias de outros sectores da economia nacional, a leitura possível é de que o Sector do Turismo funciona como uma unidade isolada.

Para se ter um posicionamento contrário, seria preciso conceber-se acções integradas de desenvolvimento turístico. Seria preciso inovar. Como, pode-se questionar. Para o caso das facilidades turísticas, estas só seriam (mais) eficazes se a tramitação burocrática para imigração fosse concebida á luz de experiências bem-sucedidas, pelo menos regionais e que se fizesse valer, incondicionalmente, dos desenvolvimentos tecnológicos (solicitação de Vistos *on-line* e apenas confirmação á entrada física no país, de modo a evitar-se as tão comuns e aborrecidas filas).

Outro aspecto diz respeito á informação atempada sobre a existência de várias formas de acesso ao país, desde a zona costeira ao interior, inclusive de forma combinada entre companhias de transporte nacional e regional, através das chamadas *Rotas Turísticas* e *Circuitos de Turismo* (PEDTM, 2004: 71-73). Seria interessante ver compensadas as lacunas de um país a partir das ofertas de outro país e assim ganharia não apenas o turismo de Moçambique mas sim o turismo da região. E isto, num mundo globalizado e cada vez mais pequeno pela proximidade trazida pela tecnologia, seria mais do que apropriado e benéfico. A ser assim, o Turismo tornar-se-ia um importante pilar para uma apregoada integração regional efectiva, pois cada país contribuiria com seu potencial turístico cujo valor se acresceria quando combinado com o potencial turístico dos países vizinhos.

O ponto anterior faz-nos voltar á questão de informação turística, demonstrando assim uma relação de complementaridade entre as estratégias propostas. Lembre-se que a informação turística deve ser considerada incontornável em todo o processo de implementação da actividade turística. Com a questão das facilidades turísticas não podia ser diferente. Se o potencial turista tem o máximo de informação possível (em termos de entrada e saída do país que pretende visitar, horário de voos, tipo de transporte a usar, quanto pagar pelo transporte, acomodação e alimentação, entre outros), torna-se mais fácil ele planificar a sua viagem e, com certeza, mais prazerosa a sua estadia. Em simultâneo, valoriza-se os recursos locais e ganha o turismo nacional.

Esquema 6- Sobre o que ter em conta quanto á facilidades turísticas



Os aspectos até aqui mencionados reflectem parte da estratégia do Turismo Diferente/Contextualizado que se almeja para Moçambique, de maneira que se estabeleceriam novas e renovadas directrizes para que o turismo “bonito” que se sonha nos PEDTM I e II e em outros documentos reguladores do sector se possa materializar. Só assim estaremos no caminho certo para que 2025 se efective como a meta para uma “indústria turística crescente e saudável” (PEDTM I e II).

5.4- Repensar a Acomodação e Restauração

Um dos aspectos condicionantes da actividade turística é o da acomodação e por inerência, da restauração. Saído da sua zona de conforto, de origem, o turista precisa saber onde dormir e onde comer. Este saber implica a garantia da qualidade de serviços afins, servindo assim como importante termómetro do nível de visitação de um local, região ou país. O PEDTM II (2015: 16) reconhece o impacto negativo da “baixa qualidade e elevados preços de acomodação com uma

classificação inadequada” para a boa imagem turística de Moçambique. Este contra-senso entre cobrar muito caro pela acomodação e prestar serviços de baixa qualidade pressupõe um papel mais interventivo do governo através de acções como o licenciamento, classificação e fiscalização de empreendimentos turísticos. Este último aspecto, entre 2016-2017 mereceu algum destaque até na *media*, com a actuação da INAE em muitos estabelecimentos. Contudo, o que se pretende não são acções pontuais e sob os holofotes da imprensa, mas sim que esta fiscalização seja contínua, incontornável e sancionável de modo a elevar-se a qualidade de serviços prestados.

Esta abordagem de acções pontuais em termos de acomodação e do elevado preço da hospedagem é igualmente referida pelo PEDTM II (2015: 9-11), que menciona que os dados estatísticos do sector em relação á hospedagem conduzem á uma constatação de tendência de aumento e construção de hotéis em regiões de exploração mineira como a Província de Tete, em detrimento do sentido inverso em relação á Cidade de Maputo. Por exemplo, o que se foi verificando mais recentemente, é que muito desses hotéis acabaram por se tornar um mau investimento, dado que a planificação não previu outros clientes que não os ligados á exploração mineira, o que coloca estes empreendimentos em situação de suspense face á um eventual bom ou mau momento desta actividade económica. Depreende-se daqui que esta tendência do imediatismo em nada poderá contribuir para melhorar o 125º lugar de Moçambique (de um total de 140 países avaliados), em termos de *Ranking* da Indústria Turística, também condicionado pela qualidade de serviços prestados em actividades afins como o sector de transporte turístico, migração, entre outros (PEDTM II, 2015: 10).

Outro aspecto menos positivo que o PEDTM II (2015: 17) refere, está relacionado com questões de procedimento: (i) fraca articulação institucional afim; (ii) não cumprimento dos parâmetros de classificação ou licenciamento, quer por ignorância quer por actos de corrupção ou ainda por o próprio sistema de classificação estar ultrapassado; (iii) fraca qualificação em termos de domínio de procedimentos sobre informação e gestão turística por parte dos funcionários responsáveis pelo licenciamento, pela classificação e pela inspecção, entre outros aspectos.

Daqui nascem os principais problemas do Turismo em Moçambique. Se é criada uma falsa imagem de que tudo está bem encaminhado em termos de acomodação e restauração, concorre-se para disseminar uma também falsa imagem em termos de ofertas turísticas. O turista cria expectativas rapidamente goradas quando chega ao local de destino. Com o nível de satisfação em baixo tudo o resto se estraga e o que o turista mais quer é interromper sua viagem. E assim, a chegada deste turista é estatisticamente contabilizada mas o *feedback* da sua estadia não. Em consequência disso mantém-se o “estágio emergente” com que os PEDTM caracterizam o turismo nacional, contrariando os planos governamentais.

Não obstante, pondo-se em prática a política de descentralização, de uso de recursos, produtos e material local pode-se muito mais facilmente imprimir uma dinâmica inovadora no Sector do Turismo. As acções de licenciamento, classificação e fiscalização poderão ser implementadas e acompanhadas mais de perto e passo a passo, o que dará abertura para se ir corrigindo eventuais erros. Em termos práticos, a descentralização pela facilidade local de acesso aos recursos necessários irá possibilitar o uso de material e mão-de-obra local (sobretudo por ser menos oneroso, dado não ser preciso pagar deslocação e alojamento) para se erguer empreendimentos turísticos com características específicas, o que por si só constitui uma mais-valia em termos de atractivo turístico. Pode-se ainda recorrer á produção local em termos de géneros alimentícios e afins, para alimentar os empreendimentos turísticos. Uma tendência que pode muito bem ser usada no turismo, seria os empreendimentos turísticos terem suas próprias hortas e fontes particulares de produtos básicos. O Hotel Polana, num dos piores momentos da crise económica moçambicana usou esta estratégia para não deixar faltar comida aos seus hóspedes (TEMPO, 1980: 22). Garante-se assim produtos frescos, típicos e ainda se incrementa a gastronomia local, o que irá significar uma maior participação comunitária em termos de mão-de-obra e Saber local nesse sentido. Para o turista cultural, não haverá forma melhor e mais completa de aprender sobre o local que visita, o que nos faz complementar aqui a estratégia de oficina turística.

Esquema 7- Sobre aspectos a ter em conta quanto á acomodação e fiscalização



Portanto, ao se relevar aspecto tão crucial e incontornável quanto a acomodação e restauração, qualquer actividade turística corre o sério risco de se tornar apenas mais uma e contribuir senão para o manter do “estágio emergente” turismo nacional. É imperioso que haja uma planificação mais metódica, mais integrada, inclusiva e em respeito pela diversidade cultural dos turistas. Tanto a acomodação como a restauração são, no final das contas, o selo da imagem do turismo nacional que se pretende passar para os turistas. É igualmente aqui onde se deve fazer sentir o punho legislador e fiscalizador do governo. Aqui se começa a fazer diferente para se fazer melhor.

Em relação ao Bairro da Mafalala e Ilha de Moçambique, poderia ser recriada uma casa de arquitectura local na qual o turista poderia se hospedar e passar refeições. Ou, algumas famílias locais poderiam adaptar suas residências como casas de alojamento temporário, apenas para fins turísticos, desde que devidamente licenciadas e aprovadas pelas entidades competentes. Outra perspectiva é a de criação de redes ou parcerias destes dois locais com entidades turísticas, para

uso do nome, marca e aspectos característicos de ambos locais, como forma de uma divulgação turística mais flexível e integrada.

5.5- “Oficinas Turísticas”

Esta estratégia pode ser considerada como o resumo dos aspectos aflorados em relação aos quatro (4) esquemas ou estratégias anteriores, pelo facto de enquadrar aspectos cruciais relacionados com noção que se deve ter de turista cultural. Denominá-lo “Oficinas Turísticas” foi a estratégia encontrada para demonstrar que o Turismo Cultural Repensado, discutido ao longo desta Dissertação, passa e deve passar por uma maior interacção entre o turista e a Comunidade Local. Desta interacção criam-se alicerces para o aprendizado que se dá a partir da troca de experiências e saberes entre um e outro. Portanto, este conceito de “Oficinas Turísticas” foi escolhido a pensar na necessidade de dinâmica, da perspectiva de ciclo, de um recomeço a partir de onde se termina para assim se perceber que através do turismo é possível valorizar, disseminar e preservar histórias, práticas, hábitos, manifestações culturais e artísticas de uma região ou de um país.

A mensagem que se pretende passar é a de que o turista não deve ser visto como elemento passivo, pronto a receber informações sobre o local que visita. Pelo contrário, deste turista se espera que colabore na definição das potencialidades turísticas locais e que, sentindo-se satisfeito com as experiências que vai vivendo localmente, ele possa contribuir para uma maior disseminação turística local. Deste turista, almeja-se resposta imediata sobre o que se oferece em termos turísticos e do que pode ser melhorado. Assim sendo, garantir-se-ia uma maior e melhor revitalização dos pontos turísticos nacionais. Atendendo à necessidade de se ter um turista cultural activo, interventivo o suficiente para aprender, acredita-se que a melhor maneira de proceder seja: (i) idealizar actividades em que o próprio turista participe, como por exemplo na elaboração da sua refeição, na colecta de produtos para o seu uso durante a sua estadia, (ii) que o turista conceba e crie seus próprios *souvenirs*, (iii) que o turista colabore na produção de arte local (por exemplo artesanato, pinturas, esculturas, material têxtil como o *batique*). O Turista pode igualmente pescar e caçar. O Turista pode vestir-se em trajes típicos locais, aprender danças típicas locais. Em poucas palavras, o turista pode ser convidado a imiscuir-se no modo de vida

local e assim valorizar sobremaneira a sua experiência enquanto turista. Mais interessante ainda, seria poder se expor os produtos elaborados pelos turistas para que outros turistas se sentissem motivados a fazer o mesmo e assim por diante.

Esquema 8- Sobre Oficinas Turísticas



Portanto, o que se almeja com o desenvolvimento das oficinas turísticas é implementar a ideia de que o turista cultural não é, não pode e não deve ser mero agente passivo da actividade turística. É preciso que se repense a possibilidade de usar o turismo como instrumento de valorização de práticas e conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que se estabelece um conhecimento intercultural entre o turista e a comunidade local. Estar-se-ia assim a fazer valer os propósitos primários da Carta de Turismo Cultural, um dos documentos normativos que norteia a elaboração da presente Dissertação.

No caso do Bairro da Mafalala, o turista pode aprender a dançar *Tufo*, a *Marrabenta*, a confeccionar pratos típicos, a aprender línguas nacionais faladas no bairro, a conceber seus

próprios *tour* ou roteiros turísticos, a partir de locais que ele mesmo julgue interessantes. O produto desta actividade do turista poderia ser exposto no museu local.

Para a Ilha de Moçambique, as hipóteses são na mesma perspectiva, mas adicionada a possibilidade de o turista participar da pesca que depois seria parte da sua refeição, igualmente por si confeccionada, por exemplo. Aqui existe a possibilidade de roteiro turístico pelas regiões circundantes, a recriação do cenário de transporte de escravos ou da administração colonial (as peças de teatro são uma importante estratégia nesse sentido). Há ainda a possibilidade de actividades de mergulho para lazer ou para visualização do diverso espólio arqueológico nos arredores da ilha. A elaboração de bijutaria a partir das missangas encontradas normalmente à beira-mar é outro aspecto a destacar.

Deste modo e através dos cinco (5) esquemas trazidos, respondendo cada um deles á uma pergunta específica, pretendeu-se demonstrar ser possível pensar num Turismo Diferente/ Contextualizado desde que se tenha em conta uma adequada e pontual planificação em termos de recursos, de logística, de garantia de qualidade, de Segurança, de um carácter integrado e inclusivo de acções e estratégias. Trata-se de acções a serem concebidas e implementadas em respeito às perspectivas, interesses e benefícios dos principais integrantes deste processo, com destaque para as autoridades governamentais e locais, a *comunidade local* e o sector privado. Lembre-se que as directrizes ou estratégias acima afloradas devem ser vistas numa perspectiva local e não de forma generalizada, pois só assim se garante que dos muitos turismos diferentes existentes em cada canto de Moçambique, se tenha um Turismo Diferente quando se fala de Moçambique. Diferente porque se distingue de outros países, pelos aspectos muito particulares da cultura nacional, vistos de forma particularizada e não empacotada, padronizada. Este é o ponto central da presente Dissertação alimentado por vários exemplos nacionais e internacionais que reforçam a perspectiva que vem sendo o fio condutor deste trabalho, segundo a qual a inovação e a criatividade devem ser o ponto de partida e simultaneamente de chegada de toda e qualquer iniciativa turística, pois o turismo diz respeito á continuidade mas animada por uma dinâmica constante e sempre em busca de inovação.

Capítulo VI- Conclusões e Recomendações

6.1- Conclusões

A Dissertação com o título “A Madeira e Zinco da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique como Exemplos de um Turismo Cultural Repensado em Moçambique, 1975 à Actualidade”, pretendeu demonstrar a importância do Turismo Diferente/Contextualizado para a reconceptualização do Turismo nacional. Assim sendo, definiu-se que a implementação do Turismo Diferente/Contextualizado assenta em cinco (5) pilares: (i) inovação, (ii) informação turística, (iii) facilidades turísticas, (iv) acomodação e restauração, (v) “oficinas turísticas”. O cumprimento destas estratégias é que garante a reconceptualização do Turismo em Moçambique.

Deste modo, o Turismo Diferente/Contextualizado aqui proposto significa: (i) continuidade de outras perspectivas académicas e institucionais sobre gestão turística, o que justifica a nossa perspectiva de o definir como um Turismo Repensado; (ii) valorização do contexto espacial e temporal como suportes primordiais para a sua implementação; (iii) adopção de uma abordagem de gestão descentralizada (local), inclusiva e realística, implementada no sentido base-topo e, finalmente, (iv) impulso para uma nova dinâmica em relação ao turismo nacional.

A análise sobre as principais directrizes dos governos-dia e a forma como cada uma dessas directrizes é materializada na situação actual, constituiu um dos principais aspectos abordados ao longo da Dissertação. O percurso histórico do Turismo em Moçambique e no Mundo foi assim usado para sustentar a elaboração de estratégias de implementação turísticas, a partir de um Turismo Repensado. O Bairro da Mafalala e a Ilha de Moçambique constituíram exemplos importantes em termos de visualização dessas estratégias. Desta forma foram validadas as três (3) hipóteses propostas para esta Dissertação.

Assim, a presente Dissertação contribui para o reforço da importância da adopção de uma perspectiva histórica no contexto de discussão sobre Turismo ou de implementação turística. Outro grande contributo está na sistematização da perspectiva dos governos-dia em relação ao Sector turístico nacional, procedimento no qual foi importante a adopção do método qualitativo. Ao comparar o Bairro da Mafalala com a Ilha de Moçambique, entanto que exemplos de

Turismo Repensado, esta Dissertação considera a possibilidade de mais estudos similares pelos vários locais turísticos nacionais. Desse modo, a perspectiva de Turismo Diferente/Contextualizado tornar-se-ia mais abrangente. Em termos de debates teóricos, a presente Dissertação apoia a necessidade de maior reflexão sobre conceitos e teorias em Turismo. Por exemplo, a discussão sobre “Comunidade Local” e perfil do turista em Moçambique, apesar de mencionadas na Dissertação, carecem de mais espaço de análise e de forma contextualizada. É mais uma possível abordagem para os estudos sobre Turismo.

Ter discutido os conceitos de Turismo, Turismo Cultural, Turismo Diferente/Contextualizado, Património, Património Cultural e de Participação Comunitária revelou a complexidade que é abordar questões sobre Turismo. Entretanto, estes conceitos revelaram ser difícil discutir a implementação de actividades turísticas sem ter em contas necessidades locais para problemas locais, ou seja, sem ter em conta as pessoas, suas expectativas e perspectivas em torno do desenvolvimento que o Turismo pode trazer. Esta reflexão foi feita e demonstrada ao longo da Dissertação.

De forma complementar, às conclusões acima, apresentamos em anexo (tabela 4) uma cronologia sobre Turismo em Moçambique, partindo de uma perspectiva geral para mais específica. Pela natureza e extensão da cronologia, não iremos apresentar sob a forma de texto corrido mas sim de tabela.

6.2- Recomendações

Com base em experiências nacionais e internacionais, foram seleccionados oito (8) exemplos do que consideramos como boas práticas para a implementação do Turismo Diferente/Contextualizado. Estes exemplos foram seleccionados a partir dos critérios de inovação, similaridade com os casos do Bairro da Mafalala e da Ilha de Moçambique e pelo seu enquadramento com as estratégias apresentadas e discutidas no capítulo cinco (5) desta Dissertação. Os exemplos foram retirados de Santos (2012); Taruvinga (2018); Ceesay (2018); Battle (2018); Almeida, Mello e Costa (2017); Godinho & Solha (2018); Silva & Miranda (2013); Estima, Ventura, Rabinovic e Martins (2017); Martins & Gustavo (2018). Foi adoptada a

apresentação sob a forma de tabela por julgarmos dar mais objectividade à perspectiva comparativa que nos motivou à sua elaboração.

Tabela 3- Recomendações para o Turismo em Moçambique, com base em outros países

Cidade/país	Ação/estratégia	Desafio/recomendação para Moçambique
Óbidos, Portugal e Kilwa, Tanzania	Economia criativa local	Desenvolvimento de uma marca cultural local- ou <i>Marca lugar</i> ⁹ a ser usada como elemento comercial e turístico para identificar o local. Exemplo, produção de <i>souvenirs</i> , de gastronomia com a marca Mafalala ou Ilha de Moçambique.
Gâmbia	Planificação local para responder problemas locais	Auscultação prévia sobre formas de impacto local para o turismo a ser desenvolvido- formalização das associações de guias, de artesãos e de outros talentos locais, permitindo pagamento de uma taxa para benefício geral e não individual.
Baixa Pombalina, Lisboa- Portugal	Requalificação de locais históricos para fins turísticos; conceito de <i>gentrificação turística</i>	Tornar edifícios/casas “abandonadas” como locais de actividade turística, que podem ser usados para as oficinas turísticas, para <i>homestays</i> , para apresentação de eventos culturais, entre outros.
Kilwa, Tanzania	Informação turística produzida em colaboração com a <i>Comunidade Local</i>	Maior valorização das línguas locais para a elaboração de mapas, de placas sinaléticas, de desdobráveis e de outras facilidades turísticas.
Robben Island, África do Sul	Valorização da criatividade e capacidade de inovar	Recurso ao conhecimento e outros aspectos locais para contar a história para além do que é conhecido ou sabido, de forma integrada e inclusiva.

⁹ Numa tentativa de tradução de *place branding*, entanto que atribuição de uma marca á um lugar ou país, a partir de aspectos que lhe sejam muito típicos, tornando-se assim numa ação de Marketing Turístico a partir do potencial deste local. Adaptado de Rebelo & Gonçalves, 2018: 234.

Diamantina, Brasil	Impulso para um turismo virado para auto-emprego e desenvolvimento local	Criar redes de criativos e empreendedores locais para desenharem estratégias de ganhos complementares, integrados e inclusivos a partir da actividade turística.
Açores, Portugal	<i>Planejamento integrado</i> para desenvolvimento local; maior participação de ONG's	Auscultar e considerar a comunidade local e seus parceiros como parte integrante da actividade turística. A ideia de criação de redes de parceria prevalece.
Tomar, Portugal	Redefinição de destino turístico; valorização do sentido de competitividade	Auscultar a <i>comunidade local</i> sobre os bens e locais a serem incluídos nos pacotes turísticos locais, permitindo o uso do nome original ou localmente reconhecido, bem como a divulgação turística em língua local.

Portanto, foram referenciados exemplos com características distintas mas tendo em comum o facto de transmitirem boas práticas relativas á implementação da criatividade e da inovação, o que permitiu ao locais acima citados, a possibilidade de se reinventarem em prol de um turismo que valorizou e potenciou recursos locais, que atendeu a necessidades locais, e pôde assim diferenciar-se. Com tudo isto, os exemplos trouxeram um diferencial importante e preencheram as inquietações sobre como fazer ou implementar um Turismo Diferente/Contextualizado, tal como nos propusemos com a presente Dissertação. No entanto, numa outra perspectiva, pode-se considerar a abordagem de inovação nos museus, entanto que importantes locais de visitaçãõ turística. Usaremos o exemplo do Museu de Arqueologia, da FLCS-UEM, pela sua proximidade e facilidade de acesso. Num espaço relativamente pequeno quando comparado aos outros museus, podem ser concebidos programas distintos para um público-alvo também distinto. Por exemplo, programas para estudantes, para crianças de diversas faixas etárias, para jovens, adultos e para o turista no geral. Seria um primeiro passo para se sair da perspectiva padronizada de programas de visita aos museus compactados sob a forma de um lema, um *slogan*, o que muitas vezes faz ignorar necessidades, interesses e experiências de um público que se prevê diversificado. O Museu de Arqueologia pode ser transformado em local onde a visita só fica

completa se houver possibilidade de colocar em prática técnicas ou procedimentos muito próprios da área de especialidade do Museu. Portanto, a menção ao Museu de Arqueologia serve para demonstrar não ser o espaço ou a limitação de recursos, impedimento suficiente para se inovar e assim fazer-se algo diferente. Fundamenta-se assim a necessidade de inovação virada para a implementação de acções ligadas à Educação Patrimonial, entanto que parte dos suportes do Turismo Diferente/ Contextualizado.

A tabela abaixo apresenta uma sistematização das nossas principais recomendações:

Tabela 4- Recomendações a partir do Turismo Diferente/ Contextualizado

Nível de actuação	Descrição
Gestão turística	Marketing turístico nacional assente em Place branding/ Marca Lugar, usando o potencial turístico de forma contextualizada; requalificação de locais históricos e patrimoniais para fins turísticos e enquadrados com projectos de desenvolvimento urbano ou territorial; uso e valorização das línguas e manifestações culturais locais para dinamizar a divulgação turística.
Suportes de implementação turística	Valorização da memória colectiva e do sentimento de pertença; participação comunitária; rede colaborativa de acção e de gestão turística; inclusão de outros espaços e lugares como parte dos roteiros turísticos para os tornar mais abrangentes e diversificados.
Políticas Públicas	Formalização/legalização de acções, associações e actividades relacionadas com a actividade turística (como os guias), para imprimir a devida qualidade e fiabilidade de serviços, bem como permitir o incremento da renda local e o auto-emprego; promoção de uma Educação Patrimonial virada para o Turismo Contextualizado, recorrendo á exemplos locais e diversificados para constar do Currículo Nacional de Educação; criação de instituições

	<p>descentralizadas (locais) para formação qualificada dos intervenientes do Sector Turístico (funcionários administrativos, gestores turísticos e do património cultural, funcionários de empreendimentos turísticos, guias, entre outros); intervenção reguladora e fiscalizadora do Estado face à novos desafios e novas necessidades; incentivo á práticas e gestão turística contextualizadas, tendo em conta recursos locais para necessidades locais.</p>
--	--

7 - Referências Bibliográficas

a) Referências

Artigos

ABUNGU, George (2018). African Heritage and its Sustainable Development. In: UNESCO. *World Heritage For Sustainable Development in Africa*. Paris: UNESCO, p. 17-23.

ALMEIDA, J; MELLO, M; COSTA,A. (2017). Avaliação do Impacto do Turismo na Reabilitação e Uso do Edificado dos Centros Históricos: O Caso da Baixa Pombalina. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 493-507.

AMARO, C; SILVA,C; SEABRA,C. (2017). Determinantes do Consumo de Souvenirs: Proposta de um Modelo Conceptual de Análise. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p.1971-1978.

BATTLE, S; MORISET, S; MUÑOZ,; MAGINA, T. (2018). Kilwa, Tanzania: Conservation and Promotion of Heritage Resources for Social and Economic Development. In: UNESCO. *World Heritage for Sustainable Development in Africa*. Paris: UNESCO, p.189-197.

CALMEIRO, Margarida R., ABOO, V. (2018). Estratégias Para o Desenvolvimento Sustentado. In: Rossa, W.; Lopes, N; Gonçalves, N. [Orgs.]. *Oficinas de Muhipiti: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 67-85.

CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. (2018). Sobre a Preservação do Património Cultural Edificado em Moçambique. In: Rossa, W.; Lopes, N; Gonçalves, N. [Orgs.]. *Oficinas de Muhipiti: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 25-48.

CARNEIRO, E; OLIVEIRA, S de; CARVALHO, K. (2010). Turismo Cultural e Sustentabilidade: Uma Relação Possível? In: *Revista Electrónica de Turismo Cultural*, vol. 04, nº1. São Paulo: ECA/USP, P. 4-22.

CEESAY, Baba (2018). Revamping a Heritage Tourism Destination For More Sustainable Growth. In: UNESCO. *World Heritage For Sustainable Development in Africa*. Paris: UNESCO, p. 93-97.

COMOANE, Ana (2009). *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo: Contingências e Estratégias*. In: Comunicações Apresentadas nos Seminários do Gabinete de Estudos da Presidência da República: Gabinete de Estudos da Presidência, p. 115-166.

COSTA, A. (2018). Preservar e Valorizar o Património Cultural dos Moçambicanos: Histórias e Reflexões do Passado e do Presente. In: Froner, Y [Org.]. *Património Cultural e Sustentabilidade: Ação Integrada entre Brasil e Moçambique*. Belo Horizonte: Editora São Jerónimo/IEDS, p.13-23.

CUNHA, Ana; COSTA, Erval. (2017). Turismo e Economia Criativa: Uma Análise da APL Turística Sob a Concepção de Negócios Sociais em Taquaruçú, Tocantins, Brasil. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 483-491.

CHIRIKURE, S; PWITI, G. (2008). Community Involvement in Archaeology and Cultural Heritage Management. In: *Current Anthropology*, vol. 49, nº 3.

CHIRIKURE, S; MANYANGA, M; NDORO, W; PWITI, G. (2010). Unfulfilled Promises? Heritage Management and Community Participation at Some Africa's Cultural Heritage Sites. In: *International Journal of Heritage Studies*, 16, p.30-44.

CRUZ, Rita da. (2012). "Patrimonialização do Património": Ensaio Sobre a Relação Entre Turismo, "Património Cultural" e Produção do Espaço. In: *Revista GEOUSP- Espaço e Tempo*, nº 31. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 95-104.

Eco, Umberto. (2007). *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*. 13ª edição. Lisboa: Editorial Presença.

- ESTIMA, D; VENTURA, M; RABINOVICI, A; MARTINS, F. (2017). Condicionantes e Contributos das Organizações Não Governamentais de Ambiente Para a Sustentabilidade do Turismo em Ilhas: Estudo de Caso do Arquipélago dos Açores, Portugal. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p.1627-1637.
- FERREIRA, L; AGUIAR, L; PINTO, J. (2012). Turismo Cultural, Itinerários Turísticos e Impactos Nos Destinos. In: *Revista de Cultura e Turismo*, ano 06, nº 02. Bahia: Universidade Estadual de Santa Cruz, p. 109-126.
- FILIPE, Kátia (2014). *O Turismo Cultural no Contexto da Gestão do Património Cultural*. In: Jopela, A. [Coord]. Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique. Maputo; Ministério da Cultura/ DNPC, P. 67-71.
- FRONER, Yaci-ara. (2018). Património em Tempos Difíceis: A Actuação do ICOMOS/BRASIL desde 2005. In: Froner, Y [Org.]. *Património Cultural e Sustentabilidade: Ação Integrada entre Brasil e Moçambique*. Belo Horizonte: Editora São Jerónimo/IEDS, p.61-76.
- GODINHO, Taysa; SOLHA, Karina. (2018). Percepções da Comunidade Local em Cidades Património da Humanidade: Diamantina, Minas Gerais, Brasil. In: PASSOS, *Revista de Turismo y Património Cultural*, vol. 16, nº 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 213-231.
- HOUGAARD, Jens. (2018). Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma Leitura do Património Histórico, Cultural e Edificado. In: Rossa, W.; Lopes, N; Gonçalves, N. [Orgs.]. *Oficinas de Muhipiti: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 137-152.
- JOPELA, Albino. (2015). Conserving a World Heritage Site in Mozambique: Entanglements between politics, poverty, development and governance on the Island of Mozambique. In: Labadi, S; Logan, W. [Edits]. *Urban Heritage, Development and Sustainability: International frameworks, national and local governance*. London: Routledge, p.37-56.

JOPELA, A; FREDRIKSEN, P.D. (2015). Public Archaeology, Knowledge Meetings and Heritage Ethics in Southern Africa; An Approach From Mozambique. In: *World Archaeology*, vo. 47(2) Public Archeology. London: Routledge., p. 261-284.

JONES, Siân. (2009). Experiencing Authenticity at Heritage Sites: Some Implications for Heritage Management and Conservation. In: *Conservation and MGMT of ARCH. Sites*, vol.11, nº 2. Manchester: Univeristy of Manchester, p. 133-47.

KÖHLER, André; DURAND, José. (2007). Turismo Cultural: Conceituação, Fontes de Crescimento e Tendências. In: *Revista Turismo-Visão e Ação*, vol. 9, nº 2. Vale do Itajaí: UNIVALI, P. 185-198.

LIMA, Fabiana; ALVES, Jordânia. (2011). Inovação no Sector do Turismo: Apontamentos do Processo Inovador Através do Estudo do Grupo PESTANA. In: *Book of Proceedings* vol. 1- International Conference on Tourism & Management Studies. Algarve, p. 629-638.

MACAMO, Solange, (2018). Sistema de Gestão da Ilha de Moçambique: Implementação da legislação na área do património edificado. In: Rossa, W.; Lopes, N; Gonçalves, N. [Orgs.]. *Oficinas de Muhipiti: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 89-104.

MARTINS, André; GUSTAVO, Nuno. (2018). Planeamento Estratégico de Destinos Turísticos: Contributos Para o Desenvolvimento da Actividade Turística no Concelho de Tomar. In: *International Forum on Management*. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril

MATSUI, Azusa (2017). *Migration to the Island and a Dynamic Change in Social Network of Migrants. A Case of Mozambique Island*. Kyoto: Kyoto University, Disponível em matsui@jambo.africa.kyoyo-4acjp

MUNYARADZI, Manyanga. (2015). *Intangible Cultural Heritage and the Empowerment of Local Communities: Manyanga (Ntaba Zi Ka Mambo) Revisited*. ICOMOS Papers at openarchive.icomos.org disponível em www.icomos.org.

NAVALSHANKAR, D; NHATITIMA, V; YOSSOF,A. (2007). Reinventando Moçambique: Estratégias de Marketing Turístico Para Maputo. In: *Revista HUMANITAS*, n°3. Maputo: Universidade Politécnica/ Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologia, p.23-46.

PAES, Maria Tereza. (2012). *Património Cultural, Turismo e Identidades Territoriais- Um Olhar Geográfico*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, disponível em: Observat6riogeograficoamericalatina.org.

PALMER, Catherine. (2009). Reflections on the Practice of Ethnography Within Heritage Tourism. In: Sørensen, M. L; Carman, J. [edits]. *Heritage Studies; Methods and Approaches*. London: Rourledge, p. 123-139.

PELLICCIOTTA, Mirza; SOLHA, Karina. (2016). Turismo e Preservação do Património Cultural: Uma Trajectória (pouco conhecida) de Interações. In: *SAECULUM- Revista de História* [35]. João Pessoa: SECULUM, p.157-176.

REBELO, Helena; GONÇALVES, Nuno. (2018). Marca-Lugar Muhipiti. In: Rossa, W.; Lopes, N; Gonçalves, N. [Orgs.]. *Oficinas de Muhipiti: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 233-254.

RICHARDS, Greg. (2009). Turismo Cultural: Padrões e Implicações. In: de Camargo, P; da Cruz, G [Edits] *Turismo Cultural: Estratégias, Sustentabilidade e Tendências*. UESC: Bahia, p. 25-48.

SILVA, Vanessa Da; Teixeira, Micheline. (2017). Práticas de Inovação Como Ferramenta de Desenvolvimento PRA Micro e Pequenas Empresas em Porto Alegre, RS. In: *Revista Gestão. Org.* vol.14, n°2. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, p. 393-400.

SILVA, Marina; MIRANDA, Elis. (2013). Planejamento do Turismo Para o Desenvolvimento Local. In: *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, vol. 2, n°2. Curitiba: CAPES, P. 94-103.

SILVA, Elsa Peralta da. (2000). Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural. In: *Revista Antropologias*, n°4. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ ISCSP, P. 217-224.

TARUVINGA, Pascall (2018). Challenges and Opportunities of Involving Stakeholders in Developing World Heritage Sites as “hybrid” Institutions. In: UNESCO. *World Heritage for Sustainable Development in Africa*. Paris: UNESCO, p.175-181.

TEATHER, E; CHOW, C.S. (2003). Identity and Place: The Testament of Designated Heritage in Hong Kong. In: *International Journal of Heritage Studies*, vol. 9, nº2. London: Routledge, p. 93-115.

VAFADARI, A. (2008). Visitor Management, the Development of Sustainable Cultural Tourism and Local Community Participation at Chogha Zanbil, Iran. In: *Conservation and MGMT of ARCH. Sites*, vol.11, nº 2. Manchester: University of Manchester, p. 264-304.

Teses e Dissertações

FILIPE, Kátia (2006). *Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

JOPELA, Albino. (2017). *The Politics of Liberation Heritage in Postcolonial Southern Africa With Special Reference to Mozambique*. Tese de Doutoramento. Johannesburg: University of Witwatersrand.

MARTINS, José. (2011). *Turismo, Inovação e Desenvolvimento: O Caso da Província de Cabo Delgado em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Economia e Gestão.

SANTOS, Joana. (2012). *As Cidades Criativas Como Modelo Dinamizador do Destino Turístico*. Dissertação de Mestrado. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar/ Escola Superior de Gestão de Tomar.

Livros e Revistas

BAUMAN, Zygmunt (1999). *Globalização: As Consequências Humanas* (Tradução de Marcus Penchel). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- CARVALHO, José E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico: Saber-fazer da Investigação Para Dissertações e Teses*. Lisboa: Escolar Editora.
- CASTELLS, Manuel (1999). *O Poder da Identidade: A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, Vol 2.
- DAVA, F; ARTUR, D; ENOSSE, C (2003). *A Participação das Autoridades Comunitárias na Governação Local*. Actas do Seminário de Capacitação das Autoridades Comunitárias em Chimoio. Maputo: ARPAC.
- GILLMAN, Derek (2018). *The Idea of Cultural Heritage*. Cambridge: Cambridge University Press (Revised Edition).
- GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio (2015). *Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates y Problemas*. Madrid: BásicosARTECátedra.
- HANLON, Joseph; SMART, Teresa (2008). *Há mais Bicicletas- mas há mais Desenvolvimento?* Maputo: Missanga Ideias & Projectos Lda.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Estatísticas do Turismo 2015-2017*. Maputo: INE.
- LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. (1991). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Editora ATLAS.
- LESSARD-HÉBERT, M; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (2008). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. 3ª edição. Lisboa: Instituto PIAGET.
- MUBAI, Marlino (2014). *Turismo Cultural em Moçambique: Uma Abordagem Histórica*. Maputo: Imprensa Universitária.
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT, LucVan. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Grádiva Publicações.
- SMITH, Laurajane. 2006. *Uses of Heritage*. London: Routledge.

SMITH, Laurajane. 2010. *Archaeological Theory and the Politics of Cultural Heritage*. London: Routledge.

TEMPO. (1980). Turismo: Apostar nas Nossas Potencialidades- Que Indústria Hoteleira? Que Turismo? Revista n° 515, de 24 de Agosto. Maputo: Tempográfica, p. 12-25.

Fontes primárias

DNPC (2014). *Ilha de Moçambique, Património Mundial: Plano de Acção*. Maputo: Ministério da Cultura.

FRELIMO. (1977). *Directivas Económicas e Sociais: Documentos do III Congresso da FRELIMO*. Maputo: FRELIMO.

MACHEL, Samora. (1976). *Dar ao Nosso Turismo Um Conteúdo de Classe*. Discurso proferido na Reunião com os trabalhadores da Indústria Hoteleira, em 24 de Julho. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.

MACHEL, Samora. (1977). *Relatório do Comité Central da FRELIMO Para o III Congresso do Partido (Fevereiro de 1977)*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO. Disponível em JSTOR, <http://www.aluka.org/struggles>, Collection Core Readings.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO (2004). *Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique I (2004-2013)*. Maputo: MICULTUR.

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO (2015). *Plano Estratégico Para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique II (2016-2025)*. Maputo: MICULTUR.

OMT. *Glossary of Tourism Terms*. Disponível em <http://mdia.unwto.org>

Legislação/ Documentos Normativos

Decreto n° 53/2015, de 31 de Dezembro, que aprova o Regulamento das Agências de Viagens e Turismo e de Profissionais de Informação Turística e Revoga o Decreto n° 41/2005, de 30 de Agosto. In: Boletim da República, I Série, número 104.

Decreto n° 1/75, de 29 de Julho, que define as tarefas que cabem a cada Ministério na realização do programa geral de actividade do Conselho de Ministros. In: Boletim da República, I Série, número 15.

Decretos Presidenciais n° 65 a 90/83, de 29 de Dezembro, que define as competências dos vários órgãos centrais do Estado e cria secretarias de Estado. In: Boletim da República I Série, número 52.

Decreto-Lei n°1/2014, de 22 de Maio, que regula a aplicação de princípios, critérios, competências e procedimentos para atribuição e alteração de topónimos. In: Boletim da República, I Série, número 41.

ICOMOS. (1999). The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance.

Lei n° 4/2004, de 17 de Junho, que aprova a Lei do Turismo. In: Boletim da República, I Série, número 24.

Lei n° 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. In: Boletim da República, I Série, número 51.

Resolução n°14/2003, de 04 de Abril, que aprova a Política de Turismo e Estratégia da Sua Implementação.

Resolução n° 16/2005, de 11 de Maio, que aprova o Programa Quinquenal do governo para 2005-2009.

ANEXO

Contributo para a Cronologia Sobre Turismo

Documento	Designação Completa	Data	Contexto	Resultado
		Séc. XIX		Criação da Aliança Internacional de Turismo ¹⁰
Carta de Atenas	_____	1931 e 1933	Como Definir património?	Enfoque Património Monumental
		Anos 40		Criação da União Internacional de Organizações do Turismo
	ONU/UNESCO	1945/46	Visível interação entre as pessoas	Ideia de Património da Humanidade
	ONU/UNESCO	1950	Preservação Patrimonial no Egipto	Integração do Turismo no contexto de preservação do património
		1963	Conferência da ONU Sobre Turismo e Viagens Internacionais	Turismo passa também a ser percebido como importante suporte económico
Carta de Veneza		1964	Discussão sobre Valores	Redefinição de Monumento Histórico,
Recomendação de Paris		1964	UNESCO	Conceito de bens culturais
		1964	XII Conferência da UNESCO	Obriga á inclusão do Turismo na Conservação de Monumentos; Turismo Cultural passa a ser susceptível de

¹⁰ Esta organização e a criada nos anos 40, seriam as antecessoras da OMT- Organização Mundial do Turismo (Pellicciota & Solha (2016: 159).

				financiamento pelo PNUD
		1965-1969	Criação do ICOMOS, Colóquio Protecção, Conservação e Turismo	Criação do Comité Científico Internacional Sobre Turismo Cultural
		1970-1972	Convenção Sobre Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural (UNESCO)	É lançado o conceito de Património Mundial;
Carta de Restauro		1972	Apelo á interdisciplinaridade	Declaração de Amesterdão.
		1975	Criação da OMT	Estruturação dos objectivos da OMT com base na Convenção de 1972: impulso para o contributo económico do Turismo, protecção do Meio-Ambiente e dos destinos turísticos.
Declaração de Amesterdão		1975	Congresso do Património Arquitectónico Europeu.	Define a implementação de Conservação integrada, como Modelo de Gestão de Centros Históricos.
		A partir de 1975	Colaboração entre ONU, UNESCO, ICOMOS e OMT	Turismo não deveria continuar a crescer isoladamente. Resultado: Carta do Turismo Cultural.
Carta de Turismo Cultural	Carta de Bruxelas	1976		Considera o Turismo como “feito social, humano, económico e cultural irreversível”.
Recomendação de Nairobi	Sobre Salvaguarda dos	1976		Preservação de Conjuntos Históricos ou Tradicionais (para além do

	Conjuntos Históricos e Sua Função na Vida Contemporânea			Monumental/Edificado)- Exemplo depois sobre a Ilha de Moçambique
		A partir de 1976	Institucionalização do Turismo Cultural (ICOMOS)	Resultado: gestão da preservação do património mundial passa a ser compartilhada (Ilha de Moçambique).
		De 1976 em diante	Interacções crescentes dos autores/ organismos na área de preservação do património	Desenvolvimento e estruturação do Turismo no âmbito da preservação.
Carta de Machu Picchu		1977	Encontro Internacional de Arquitectos	Introduz o conceito de Cidade-Região;
Carta de Burra/ Burra Charter		1980		Introduz o conceito de Significação Cultural e uso compatível dos bens culturais; alargamento do conceito de Património Cultural
Declaração de Manila	Sobre o Turismo Mundial	1980	Conferência Mundial de Turismo	Discute o desenvolvimento do Turismo Chama atenção para a Capacidade de Carga e Ordenamento Turístico
Carta de Florença		1981		Centra-se na Manutenção, Conservação, Restauração, Uso e protecção dos Jardins Históricos e Sítios
Declaração de Tlaxcala		1982	Conservação do Património Monumental	Retoma o foco sobre os Centros Históricos e sua fragilidade

Declaração de Nairobi		1982	UNEP	Revisita a Convenção de 1972, protecção e melhoramento do Meio Ambiente
Declaração de Acapulco		1982	Conferência Mundial de Turismo	Novas recomendações sobre protecção do Meio Ambiente, Património Histórico, Cultural e Natural, gestão turística qualitativa, através da autenticidade, da educação e do respeito entre turistas e comunidade local
Declaração do México		1985	Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais	Novas percepções de Cultura, Identidade Cultural e Património Cultural, em contexto de desenvolvimento, educação e comunicação (Globalização)
Carta do Turismo	Código do Turista	1985	VI Assembleia Geral da OMT	Idealiza o que passaria a ser o Código de Conduta para os intervenientes da actividade turística (respeito mútuo)
Carta de Washington	Salvaguarda das Cidades Históricas	1986		Define Cidade Histórica; Estabelece orientações para a definição de bairros; alarga a ideia de Núcleo Urbano, implicando maior cuidado e atenção (que se reflecte sobre o Bairro da Mafalala)
Carta de Washington	Conservação de Populações e Áreas Urbanas Históricas	1987		Recomendações específicas sobre preservação de sítios históricos, mas com enfoque nas Comunidades locais (Ilha de Moçambique)
Declaração de		1989	Conferência Interparlamentar	Gestão racional do Turismo para

Haia Sobre o Turismo			Sobre o Turismo	desenvolvimento socioeconómico em benefício da comunidade local
Carta de Lausanne	Gestão e Protecção do Património Arqueológico	1990		Procedimentos para a protecção do Património Arqueológico; Políticas de Conservação Integrada
<i>Programa 21</i>	Princípios ambientais e de Desenvolvimento Sustentável	1991	Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	Introduz o conceito de Desenvolvimento Sustentável;
Conferência de Otawa		1991		Recomenda medidas de segurança do turismo; Chama atenção para um turismo inclusivo (tendo em conta pessoas com necessidades especiais)
Declaração de Québec	Sobre a Protecção dos Conjuntos Urbanos Históricos em Tempos de Mudança	Década de 1990		Firma necessidade de acções colaborativas entre cidades históricas; Resultado: Criação da OPCM ¹¹ em 1993 (depois com impacto na Ilha de Moçambique)
Carta Sobre Ética do Turismo e Meio Ambiente		1992		Bases para uma actividade turística eticamente comprometida com a protecção do património cultural e com o comportamento dos turistas e gestores do turismo

¹¹ Organização das Cidades do Património Mundial.

Carta de Fez		1993		Criação da OPCM
Carta de Aalborg	Carta das Cidades Europeias Pela Sustentabilidade	1994		Directrizes de sustentabilidade nos espaços urbanos: Gestão descentralizada do Turismo e do Património Cultural; Reforça a ideia de sustentabilidade
Conferência de Nara		1994	UNESCO, ICCROM, ICOMOS	Conceito de Diversidade Cultural; Discute questões de valores e de Autenticidade
Declaração de Samarkanda		1994		Bases do programa de turismo cultural na ‘Rota da Seda’
Carta de Lanzarote	Carta do Turismo Sustentável	1995	Conferência Mundial Sobre Turismo Sustentável	Sustentabilidade garantida por uma planificação e gestão integrada entre turismo e preservação cultural. Resultado: Declaração de Montreal (sobre visão social e humanista do turismo); Declaração de Madrid (sobre o desenvolvimento de recursos humanos em turismo); Acta de Copenhaga (Sobre Turismo Social); Carta de Lisboa (sobre Turismo de 3ª idade); Carta Mediterrânea do Turismo, Declaração de Barcelona, Declaração de Malta, Declaração de Male.
Declaração de Accra		1995		Define programa específico de Turismo Cultural (Rota da Seda’)

Declaração de Buenos Aires		1991		Introduz a ideia do contributo do turismo para a conservação dos bens culturalmente atractivos
Declaração de Osaka	Declaração de Osaka Sobre o Turismo	2001?		Enfatiza o conceito de sustentabilidade no Turismo; Torna o turista um agente activo, com responsabilidade, no desenvolvimento da actividade turística
Recomendação R		1995	Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas	Define o conceito de Paisagem Cultural
Declaração de Sofia		1996		Conceito de Pluralismo Cultural
Chamamento de Évora		1997		Desenvolvimento turístico á luz da salvaguarda e preservação das cidades históricas
Declaração de Khiva	Declaração Sobre Turismo e Conservação do Património Cultural	1999		Relação directa entre a conservação do património cultural e a actividade turística
Carta Internacional Sobre Turismo Cultural	Carta sobre Gestão do Turismo em Sítios com Património	1999		Especifica os procedimentos relacionados com a conservação patrimonial

	Significativo			
Recomendações de Paris		2003		Salvaguarda do património imaterial
Política Nacional do Turismo (Moçambique)	Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação	2003		Define o conceito de Turismo e suas especificidades no contexto moçambicano; política de descentralização no turismo; Turismo como garante de uma gestão integrada do Património Cultural; Define Turismo Sustentável
Declaração de Xi' An	Sobre a Conservação, Sítios e Áreas do Património Cultural	2005		Alarga espacialmente as medidas conservativas em relação aos sítios e áreas patrimoniais
Declaração de Québec	Declaração de Québec Sobre a Protecção do <i>Spiritu Loci</i> ¹²	2008?	XVI Assembleia Geral do ICOMOS	
Carta dos Itinerários Culturais		2008		Define o processo de interacção cultural como um bem comum, da Humanidade

Fonte: Adaptação da autora

¹² Significando “espírito do lugar”, Segundo Pellicciota & Solha (2016: 167)